

PARTE I

Capítulo 1

A Lei de Defesa Permanente da Democracia e a restrição aos preceitos democráticos*

Os impactos da Guerra Fria e do embate “mundial” entre “democracia” e “comunismo” repercutiriam mais nitidamente no ambiente político chileno no dia 16 de abril de 1947. Naquele dia, o Poder Executivo afastou os comunistas do gabinete de governo de que faziam parte desde sua posse em novembro de 1946, em virtude da aliança eleitoral vitoriosa entre o Partido Comunista e o Partido Radical, que conduziu Gabriel González Videla à presidência da República. A partir de então, se iniciou um gradual processo de alijamento dos comunistas da cena política chilena. Em setembro de 1948, o processo culminou com a entrada em vigor da *Lei de Defesa Permanente da Democracia*, ou para seus detratores *Lei Maldita*. O Partido Comunista foi proscrito. Foi proibida a participação comunista em cargos da administração pública e em direções sindicais. Os filiados ao partido e até mesmo simpatizantes chegaram inclusive a serem excluídos dos registros eleitorais e a terem seu direito individual de voto cassado⁶⁹. Além dos reflexos no campo das liberdades políticas, a nova lei foi secundada pela promulgação de diversas outras leis restritivas à atividade sindical que também elevaram as disputas e a tensão no interior dos diversos grupos políticos chilenos⁷⁰.

* A título de referência ressalta-se que todos os nomes, filiações e cargos de personalidades políticas chilenas presentes neste trabalho foram conferidos baseados em, Armando de Ramón. *Biografías de chilenos: Miembros de los Poderes Ejecutivo, Legislativo y Judicial - 1876-1973*. Santiago: Ediciones Universidad Católica de Chile, 2000, volumes I – IV.

⁶⁹ Para números mais precisos de uma exclusão que atingiu diversos níveis do funcionalismo público, aí incluídos professores, ver, Valentina Orellana. "Profesores rojos" y "amenaza soviética": el alineamiento de la educación y la depuración de las escuelas durante la "guerra contra el comunismo" en Chile. 1947-1949. Dissertação de Mestrado. Pontificia Universidad Católica de Chile, 2013.

⁷⁰ Alberto Aggio qualifica o período que se sucede a decretação da lei de fase da “democracia restrita”. *Democracia e socialismo: a experiência chilena*. São Paulo: Ed. UNESP, 1993, p. 79. De fato, em função das restrições às liberdades de pensamento e associação, a lei impunha limites a valores caros a experiência democrática. Contudo, em um mundo permeado pelas pressões políticas e ideológicas da Guerra Fria se faz necessário um debate mais amplo acerca das possibilidades de avanço dos regimes democráticos dos países sul-americanos, em sua condição periférica no contexto mundial.

Ao longo de um período de cerca de um ano e meio, o gradual processo de convencimento na busca de apoio para a imposição de medidas restritivas que, em última instância, limitavam o sistema democrático chileno, se deu a partir da utilização de significados específicos de diversos conceitos políticos fundamentais. Neste cenário, como se tentará mostrar adiante, os conceitos de democracia, povo e legalidade, matizados, relegados, reforçados ou realçados com distintos sentidos ganharam destaque em meio aos debates. A Lei de Defesa Permanente da Democracia não foi elaborada em função de uma situação pontual, mas sim discutida a partir de uma série de acontecimentos ocorridos ao longo dos anos de 1947 e 1948. Além disso, foi antecedida por uma série de medidas repressivas e persecutórias aos comunistas, fundamentadas em leis de exceção. Neste sentido, o uso dado a estes conceitos pelos órgãos de imprensa aqui pesquisados também foi sofrendo alterações em função das situações de momento.

Neste capítulo, assim como na tese em um todo, procura-se dar conta do cenário político e das matrizes ideológicas em disputa para fundamentar a análise dos usos e significações atribuídos aos conceitos de democracia, povo e legalidade e da forma como eles operaram no processo de construção do discurso. Nesta análise, atenta-se não somente para a maior ou menor relevância destes conceitos, nas distintas situações de momento, como também no conjunto dos argumentos em torno da proscrição do Partido Comunista Chileno do cenário político oficial. Contudo, visando expor o gradual processo de incorporação das massas populares na cena política chilena e os sentidos apontados para os conceitos em análise, se faz necessária uma discussão, ainda que fundamentalmente bibliográfica, acerca de um processo que se iniciou anos antes, e sua influência entre os grupos políticos em disputa, realizada na primeira seção deste capítulo. As demais três seções deste capítulo, apoiado no debate da imprensa, imiscuem-se diretamente no processo de exclusão dos comunistas na cena político-institucional chilena. Na primeira, procura-se dar conta do debate em torno da saída dos comunistas do gabinete ministerial, fundamentado no questionamento dos rumos do regime democrático constitucional. Posteriormente, a reflexão perpassa um período de perseguição às ações dos comunistas, no qual as discussões se polarizam em meio a um embate entre doutrinas supostamente incompatíveis. Já na última seção, reflete-se sobre os momentos que antecederam a publicação da *Ley de Defensa*

Permanente de la Democracia e as justificativas apresentadas para a limitação das liberdades individuais por ela imposta.

1.1 - Os Ecos de 1938: o povo, a política e a gradual ampliação da democracia

Diferentemente do que aconteceu no Brasil, em que o processo de integração das massas à política se inicia com a democratização de 1945 e com o fim do Estado Novo, no Chile, ainda que de forma lenta e gradual, o processo de incorporação das camadas populares no jogo político democrático se iniciara alguns anos antes. Desde 1932⁷¹, o país elegia de forma ininterrupta seus presidentes. Concorro, entretanto, com a afirmação do historiador Armando de Ramón de que só é possível se falar em um Chile democrático, ou em franca expansão de um processo de democratização política, a partir de 1938. Durante o período do governo de Arturo Alessandri (1932-1938), frequentemente o Executivo exerceu o poder apoiado em faculdades extraordinárias e na imposição de estado de sítio, suprimindo as liberdades e desrespeitando os direitos pessoais do cidadão⁷². Da mesma forma, foi justamente neste período que o sistema de partidos assumiu a configuração mais estruturada que se manteria nos anos seguintes. De fato, somente com a vitória eleitoral de Pedro Aguirre Cerda e da *Frente Popular* nas eleições presidenciais de 1938, se inaugurou uma “nova era política”⁷³ no país com a legitimidade do governo baseada no apoio das massas urbanas. A partir daquele momento, a vivência democrática começa a se constituir em uma experiência de massas. Embora as eleições de 1938 tenham se desenvolvido em condições similares às anteriores, com um reduzido número de votantes⁷⁴, foi depois deste pleito que ganhou impulso o processo de

⁷¹ Embora tenha elaborado uma nova Constituição em 1925, que tentava romper com o modelo parlamentar restritivo adotado no século XIX, os anos 20 chilenos foram marcados por golpes militares, pelo governo de cunho ditatorial do então coronel Carlos Ibáñez del Campo e por uma tentativa de instalação à força de uma República Socialista em 1932.

⁷² Armando de Ramón. *Historia de Chile: desde la invasión incaica hasta nuestros días (1500-2000)*. Santiago: Catalonia, 2003, 117-119.

⁷³ Ver, Paul Drake. Chile 1930-1958. In: Leslie Bethell. *The Cambridge History of Latin America: Latin America since 1930 – Spanish South America*. London: Cambridge University Press, 1991, Volume VIII, p. 290.

⁷⁴ Cabe ressaltar que desde a Constituição de 1925, o registro eleitoral era obrigatório para aqueles aptos a votar, nas eleições presidenciais de 1938, homens, maiores de 21 anos e alfabetizados, entretanto, o voto era facultativo. Ver, Ricardo Cruz-Coke. *Historia electoral de Chile 1925 –*

generalização do sufrágio⁷⁵. Nos anos seguintes, este cenário que incorporava o povo enquanto efetivo ator no jogo político obrigou diversas forças políticas, em especial aquelas mais à direita do espectro político, a reavaliar suas estratégias de atuação política e a reformular seus discursos. O final da II Guerra Mundial e as posteriores pressões estabelecidas pelo ambiente da guerra fria, impuseram uma nova pauta de questões e um novo vocabulário que foi apropriado e interpretado pelos atores políticos chilenos de distintas maneiras.

A perspectiva metodológica adotada nesta tese busca, na linguagem, elementos da transformação política e social ocorrida no Chile a partir da “combinação” da ampliação da participação popular no cenário político com a influência da Guerra Fria. Neste sentido, esta reflexão inicial sobre o debate em torno do pleito eleitoral de 1938 aponta para os primeiros movimentos de um processo de incorporação democrática que, no Chile, se iniciara antes das pressões do mundo Pós II Guerra Mundial. Contudo, os caminhos escolhidos pelas principais forças políticas chilenas não somente respondiam a um conjunto de questões que perderiam relevância no cenário político internacional⁷⁶, como seguiam um modelo de “fazer política” que será reformulado em virtude das transformações ocorridas no pós II Guerra Mundial. Ao longo dos 35 anos posteriores de experiência democrática, novos grupos ganharam proeminência na cena política chilena e alguns dos mais tradicionais setores políticos do país tiveram que adotar novas estratégias na tentativa de manter sua secular influência nos destinos políticos do país.

1973. Santiago: Editorial jurídica de Chile, 1984. De acordo com o censo de 1940, a população do Chile era de 5.023.000 de habitantes, dentre eles 1.904.000 com direito a voto. Entre 1937 e 1938, houve uma alta de 22,42% dos inscritos para votar que ainda assim perfaziam um total de apenas 612.749 inscritos. Em uma eleição em que houve 27,5% de abstenção, 443.992 chilenos votaram no pleito de 1938. Pedro Aguirre Cerda, candidato vitorioso, obteve 222.720 votos (50,1%) e Gustavo Ross, seu oponente, recebeu 218.609 votos (49,2%). Tomás Moulian. *Fracturas: de Pedro Aguirre Cerda a Salvador Allende*. Santiago: LOM ediciones, 2006, p.52

⁷⁵ Segundo Tomás Moulian e Isabel Torres Dujsin, a massificação do sufrágio no Chile só ocorreria de forma efetiva com as reformas iniciadas em 1949 com a incorporação do voto feminino e completadas com a obrigação do sufrágio em 1962 e com o direito de voto aos maiores de 18 anos e analfabetos em 1969. *Discusiones entre honorables: las candidaturas presidenciales de la derecha entre 1938 y 1946*, Santiago: Akhileus, 2011, p. 10. A esta relação podemos incluir o restabelecimento do direito de voto aos comunistas em 1958, proscritos desde 1947, e a adoção, no mesmo ano, da cédula única de votação confeccionada pelo Estado. Esta medida reduziu em muito as fraudes, a corrupção eleitoral e o efeito da diferença de poder financeiro dos partidos, até então responsáveis pela impressão de suas cédulas particulares.

⁷⁶ Neste contexto, pode-se citar, por exemplo, não somente as alianças contra os fascismos, com suas idas e vindas, como também a grande influencia internacional das teorias antiliberais. Cf. p. 32-33.

Em 1938, diante das questões de momento, pode-se dizer que as principais forças presentes no plano político partidário chileno conformavam o seguinte espectro. À direita, os tradicionais partidos Conservador e Liberal. No campo da esquerda, destaca-se a forte atuação tanto do Partido Comunista, como do Partido Socialista. Quanto ao Partido Radical, embora esta agremiação não somente se auto definisse como também fosse percebida pelos demais partidos tradicionais como de esquerda, pode-se classificá-la em uma posição de centro.

Representantes dos setores proprietários e mais abastados, os partidos Conservador e Liberal detinham o controle da política institucional chilena desde a segunda metade do século XIX⁷⁷. Naquele período, as diferenças entre estes partidos se concentravam no enfrentamento doutrinal laico-católico. Os conservadores estavam ligados aos interesses da Igreja Católica e alinhavam-se à sua hierarquia na luta contra o estabelecimento de leis secularizantes. Os liberais, por sua vez, buscavam diminuir a influência do catolicismo na vida social e cultural do país⁷⁸. Durante os anos 1930, o crescimento da representatividade das forças socialistas desafiou pela primeira vez este manejo indisputado do poder, estimulando a polarização. Embora se definissem como defensores da democracia liberal consagrada na Constituição de 1925 e como herdeiros de uma tradição de respeito incontestável à legalidade, o avanço das “esquerdas” estimulou novos comportamentos no seio de conservadores e liberais. No final dos anos 20, particularmente após a crise mundial, frente ao governo ditatorial de Ibáñez, que conquistara um apoio, mas também um rechaço transversal em todos os setores do espectro político, a direita anti-ibanista alcançou uma posição protagonista empunhando a bandeira das liberdades individuais e das garantias constitucionais. Já nos anos 30, ambos os partidos chegaram a sugerir a alteração da ordem jurídica na tentativa de impor limitações ao sufrágio universal, como o voto plural

⁷⁷ Sofia Correa reflete sobre a unidade entre estas duas agremiações ao afirmar que a direita chilena tinha características particulares em virtude de representar uma só elite unida economicamente sem fissuras. Para a autora, ao contrário do que ocorria em outros países latino-americanos, a classe dirigente chilena não enfrentava disputas com elites regionais, detendo um caráter centralizado e nacional. Tampouco havia disputa entre setores latifundiários e industriais, já que estes se misturavam por meio de ligações familiares. Sofia Correa. *Con Las Riendas del Poder: la derecha chilena en el siglo XX*. Santiago: Randon House Mondadori, 2011, p. 31.

⁷⁸ Tomás Moulian entende que este enfrentamento doutrinal pode ser relacionado à crescente perda de legitimidade do “poder forte” das classes dominantes no início do século XX. A ele, soma-se a disputa entre os setores mineiros orientados para o comércio exterior e os latifundiários orientados para o mercado interno, ainda que este embate tenha sido efêmero e solucionado por meio de alianças familiares. Op. Cit., 2006, p.17.

e a inclusão da representação corporativa no Congresso. Contudo, não passaria despercebida ao núcleo dirigente destes partidos a necessidade de tentar ampliar suas bases junto às massas populares.

Ainda que o fator religioso se mantivesse como elemento diferenciador entre conservadores e liberais, os dois partidos compartilhavam um decidido anticomunismo, combatiam a organização sindical vinculada aos partidos de esquerda e eram reticentes quanto à intervenção estatal na economia. Ambos se posicionavam em defesa da propriedade privada, rechaçavam a luta de classes e insistiam que o progresso nacional dependia do estabelecimento de relações harmoniosas entre classe, ordem e trabalho⁷⁹. Em verdade, durante toda a década, seu discurso basicamente incorporava um projeto de ordem. Este visava o restabelecimento da “paz civil” abalada pela instabilidade política do final da década de 20, fruto da crise econômica e de governos “frágeis” que não souberam lidar com as pressões de grupos grevistas e com os “instigadores da agitação”⁸⁰. Esta posição se evidenciou na postura assumida pelo jornal *El Mercurio* frente ao pleito eleitoral de 1938. Em editorial publicado no dia 24/02/1938, os redatores defenderam que os “partidos da ordem” eram os mais indicados para continuar a obra política realizada no governo Alessandri. Diante de um momento histórico em que se vivia um refluxo das ideias de liberdade, fruto das agitações e perturbações ocorridas em diversas partes do mundo, esta postura não significava apoiar uma ditadura, mas sim impor desejáveis limitações à liberdade. Dentre estas limitações, a mais relevante seria colocar “a ordem como mais desejável que a liberdade, ao ponto de, em caso de conflito, a segunda deveria ceder passo a primeira”⁸¹. Neste sentido, frente ao pleito de 1938, primeira eleição presidencial em que os partidos se dividiram entre “direita” e “esquerda”, pode-se pensar em um projeto de governo dos partidos de direita que, ao fim e ao cabo, se propunha a conter a participação das massas populares na política.

⁷⁹ Thomas Wright. *Landowners and reform in Chile*. Apud. Sofia Correa. Op. cit., 54. A autora destaca a proeminência de uma visão paternalista na qual a diversidade natural entre “*los de arriba*” e “*los de abajo*” deveria ser minimizada pela justiça social e pela caridade em uma equilibrada relação de generosidade e respeito.

⁸⁰ Tomás Moulian e Isabel Torres, op. cit., p. 37.

⁸¹ *El Mercurio*, 24/02/1938, p. 3. Apud. Tomás Moulian, 2006. Op. cit., 31. Conforme se verá ao longo deste trabalho, nos anos seguintes, este discurso de defesa da ordem sobre as liberdades assumirá novos contornos em virtude das exigências de uma nova linguagem, proveniente de novas demandas e imposições de um distinto ambiente local e internacional.

O perfil do candidato escolhido para concorrer à presidência da República reforçava este ponto de vista. Gustavo Ross Santa María, ex-ministro da Fazenda no governo de Arturo Alessandri, era um tecnocrata ligado ao mercado financeiro com uma visão política autoritária, que entendia a manutenção da disciplina na atividade laboral como essencial para o saneamento econômico das finanças chilenas. Ross não escondia seu desdém pelos setores populares a ponto de afirmar que “democracia é o governo da seleção e não da massa inculta”⁸². Seu discurso tinha como foco a valorização da “raça chilena” e das “tradições nacionais”, vinculadas ao arrojo, ao amor à ordem e ao trabalho⁸³. Seu discurso era otimista e difundia a fé em um destino manifesto chileno. Para ele, os problemas sociais não se resolveriam com reformas, mas sim com o aumento da produção; daí a necessidade de uma autoridade forte que garantisse a normalidade do processo produtivo. Esta postura revela uma concepção democrática restritiva que o filia, inclusive, às vertentes do pensamento autoritário do início do século. *El mercúrio*, em mais um artigo publicado em elogio às características pessoais do candidato liberal-conservador, o apresentava como um líder que não vacilava em sacrificar seu prestígio junto às massas em prol de uma “causa superior”⁸⁴. Gustavo Ross tinha a seu favor a imagem de uma administração bem sucedida à frente de um Ministério da Fazenda que recuperara a economia do país. Da mesma forma, a tranquila maioria estabelecida pelos partidos de direita nas eleições parlamentares de 1937 parecia lhes dar a certeza de vitória, a despeito das restrições internas ao seu nome⁸⁵.

⁸² Armando de Ramón, op. cit., p. 143.

⁸³ Sofia Correa argumenta que os partidos de direita, por evidentes razões políticas e mesmo eleitorais, procuram ser o mais pluriclassistas do espectro político. Neste sentido, se veem obrigados a recorrer a símbolos identitários mais abrangentes do que a identidade de classe, tais como a ideia de nação e pátria, negando o conflito de classes como elemento de diferenciação na vida política. Op. Cit., p.27.

⁸⁴ *El Mercurio*, 16/10/1938, p. 1-2. Apud. Tomás Moulian e Isabel Torres, op. cit., p. 84.

⁸⁵ Setores do partido conversador, em especial aqueles ligados à juventude católica, ofereceram resistência à indicação de Gustavo Ross, muito em função de sua alegada falta de sensibilidade social. Estes grupos, que chegaram a propor a candidatura de Jorge Matte Gormaz, entendiam que o país necessitava de uma autoridade forte, entretanto, este deveria mover-se estritamente dentro dos marcos legais. Para os defensores de Jorge Matte, enquanto que para Ross sua “voluntad era ley y Constitución”, para seu candidato a lei e a Constituição eram “la voluntad del pueblo”. Em última instância, Matte Gormaz significaria uma opção moderada que evitaria a exacerbação da luta política e a pacificação dos espíritos. Diante da intransigência dos setores que apoiavam Ross, Matte Gormaz desistiria de levar seu nome à convenção diretista. Neste cenário de disputas internas, também cabe ressaltar o crescimento de um projeto que pensava uma direita a partir de uma política nacional e não classista encarnada pelos falangistas da juventude conservadora e que, anos depois, ganharia cada vez mais corpo. Tomás Moulian, 2006, op. cit., p. 32-34. As restrições da Juventude Conservadora ao nome de Ross eram de tal forma acentuadas, que seu presidente,

Este conjunto de transformações também atingiria diretamente o Partido Radical. Durante o século XIX esta agremiação estabeleceu suas bases doutrinárias fundamentadas no liberalismo democrático, no positivismo e em uma postura anticlerical que se manteria ao longo do século XX. Já ao final do regime parlamentarista, ocorrido em 1925, o Partido Radical assumiu um caráter heterogêneo e plural, desempenhando um papel de força moderadora em meio ao novo ambiente político⁸⁶. Seus dirigentes pronunciavam um caráter reformador e estatista. Seria justamente o acirramento, ou não, destas posições que aproximariam ou distanciariam o partido de setores mais à esquerda do espectro político⁸⁷.

Durante os anos 1930, com o aumento da representatividade de comunistas e socialistas, o Partido Radical, de base eleitoral concentrada em empregados públicos e professores, consolidara sua posição intermediária no espectro político. Entretanto, em um cenário em que os partidos de direita, por opção própria, cada vez mais se isolavam no governo, as tentativas de aproximação de comunistas e socialistas aos radicais desembocaram na criação da *Frente Popular* em 1936. Encabeçada pelo Partido Radical e contando também com a presença de partidos de esquerda menores, a *Frente* incorporava novas demandas políticas de diversos setores da sociedade chilena e das camadas populares. Ao assumir um projeto de reformas que reconhecia na intervenção estatal um importante elemento para superação da crise econômica vivida no país, colocou-se em oposição aos

Ignácio de Palma, declarou liberdade de ação aos seus membros no pleito eleitoral. Logo após a derrota conservadora nas eleições a Falange, reafirmaria sua vontade em defender sua autonomia e integridade, acabando por declarar sua independência do partido e celebrar seu primeiro congresso nacional em março de 1939. A eleição foi o golpe final. Entretanto, o que levava à divisão do Partido Conservador em duas agremiações fora a “questão social”. Enquanto os falangistas, por sua adesão às posturas social-cristãs das encíclicas católicas, rechaçavam o liberalismo econômico, os conservadores entendiam que sua maior clientela era formada por aderentes ao capitalismo liberal. Luz María Díaz de Valdes. *La Democracia Cristiana, una opción ideológica y real frente al marxismo en Chile: (1957 – 1964)*. Santiago: Tesis para optar el grado de licenciatura en Historia. PUC-Chile, 2003, p. 54-56.

⁸⁶ Conforme analisa Frederico Gil, o “partido deixou de ser a ala extrema do liberalismo para converter-se em cidadela das massas médias e de parte do proletariado, com orientações ideológicas que flutuavam em todos os matizes da escala, desde o socialismo moderado até o comunismo. Tendo representado em sua época a vanguarda do movimento liberal, os radicais estavam destinados a ter um novo papel: o de força moderadora ou central nas filas do novo esquerdismo social-econômico”. Frederico G. Gil. *Los Partidos Políticos Chilenos: Genesis y evolución*. Cuadernos de Ciencia Política de la Asociación Argentina de Ciencia Política. Buenos Aires: Ediciones De Palma, 1962, p. 59.

⁸⁷ Para Sofia Correa, para além de sua tradição histórica mesocrática e secularizante, o caráter esquerdista do partido provinha mais destes elementos do que de eventuais posturas revolucionárias, op. cit., p. 47.

princípios liberais defendidos pela direita tradicional. No projeto da *Frente Popular*, o Estado entrava em cena como agente promotor do desenvolvimento econômico e da justiça social. Suas duas grandes estratégias, além de atrair a simpatia do movimento sindical já unificado em torno da CTCH⁸⁸, se aproximavam do discurso dos comunistas ao constituírem uma proposta de superação de um modelo agrário-exportador por um projeto modernizante ligado ao aumento da produção industrial e na democratização da vida política e social chilena⁸⁹.

Nas eleições parlamentares de 1937, o Partido Radical se consolidou como terceiro conglomerado mais poderoso eleitoralmente com 18,6% dos votos⁹⁰. Esta posição intensificou os debates no interior do partido com relação a sua participação no pleito de 1938. A despeito das resistências internas antifrentistas, que viam vantagens em uma possível aproximação com o governo, que incluía a ocupação de cargos ministeriais, a maioria do partido optou pela permanência na *Frente Popular*. Sua posição proeminente abriu espaço para uma candidatura Radical à presidência. Contudo, a escolha de Pedro Aguirre Cerda, um representante dos setores mais moderados do partido, se apresentou como um gesto preventivo antipolarização, já que possibilitaria uma relação menos hostil,

⁸⁸ Em 1934, após violenta repressão do governo Alessandri a uma greve de ferroviários, iniciou-se um processo de unificação de diversas organizações de trabalhadores como forma de reagir à ação governamental. Em 1936, após a organização de um comando de central e a direção de diversos movimentos grevistas realizou-se, em dezembro, o Congresso de Unidade Sindical que deu origem a *Central de Trabajadores Chilenos* (CTCH). Foram justamente a coesão, a unidade e a força política desta nova agremiação que permitiriam sua vinculação a candidatura da *Frente Popular* em 1938. Para maiores detalhes sobre o processo de formação da CTCH, ver: Mario Garces Duran. *Movimiento obrero en la década del treinta y el Frente Popular*. Tese de Licenciatura em Historia, Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago, 1985.

⁸⁹ Alberto Aggio, op. cit., p. 74. Cabe ressaltar que o governo da *Frente Popular*, talvez em virtude do equilíbrio de forças ainda presentes tanto no parlamento como na sociedade chilena, não conseguiria incorporar algumas das demandas populares como um projeto de reforma agrária e de reforma da legislação eleitoral. A despeito destas limitações, os governos da *Frente Popular* conseguiram importantes avanços no campo da liberalização dos direitos políticos e na implantação de direitos sociais que ampliaram significativamente o espaço de exercício da cidadania no Chile. Da mesma forma, o recurso à estratégia de negociação política garantiu uma estabilidade política dentro de um sistema democrático em um contexto político internacional no qual se instalavam diversos regimes autoritários.

⁹⁰ Tomás Moulian entende que a representatividade do Partido Radical foi importante na manutenção do sistema de partidos chilenos nos anos seguintes, uma vez que a existência de um centro poderoso eleitoralmente impedia a tendência de aniquilação mútua entre os extremos políticos e se configurava como condição necessária para o funcionamento do sistema. Op. Cit., 2006, p. 20. Cabe ressaltar que durante este período democrático chileno, estabeleceu-se um cenário de disputa político-partidária pautado sobre bases ideológicas bem definidas e marcado pelo crescente equilíbrio eleitoral das forças de direita, centro e esquerda. Em todos os pleitos nacionais em que se conseguiu estabelecer alianças entre dois destes setores, as candidaturas por eles apoiadas sagraram-se vencedoras do processo eleitoral.

ou mesmo apaziguadora, com os partidos de direita. Desta forma, “o Partido Radical, que se auto definia duas funções, a de modernização desenvolvimentista e a de contenção ou moderação, partia privilegiando a segunda”⁹¹. Ainda assim, a possibilidade de chegada ao Poder Executivo de um candidato apoiado pelos partidos de esquerda representava uma mudança significativa na cena política chilena. A surpreendente vitória eleitoral por uma apertada margem de votos⁹² de Pedro Aguirre Cerda e da *Frente Popular* teve forte impacto no ambiente político eleitoral gerando diversos questionamentos no interior dos grupos mais à direita acerca da forma de condução de seus projetos políticos e do perfil de seus discursos⁹³. Ao longo dos anos seguintes, os partidos tradicionais de direita chilenos se veriam diante do desafio de incorporar e valorizar a ação das massas populares e suas demandas, em seu discurso eminentemente elitista e paternalista. Em termos eleitorais, este movimento já realizado com sucesso pela esquerda, poderia representar a efetiva presença, ou não, nas esferas do Poder Executivo.

Ao se pensar o papel das esquerdas⁹⁴ na cena política chilena, é preciso considerar o relevante papel assumido pelo Partido Comunista e pelo Partido

⁹¹ Idem, p. 47.

⁹² A diferença percentual de votos entre o candidato da *Frente Popular*, Pedro Aguirre Cerda e o representante da coligação entre o Partido Conservador e o Partido Liberal, Gustavo Ross, foi menor do que 1%, com o primeiro obtendo 50,17% dos votos e o segundo 49,24%. Ver, Joaquín Fernández Abara, *El ibañismo (1937-1952): un caso de populismo en la política chilena*. Santiago de Chile: Instituto de historia – Pontificia Universidad Católica de Chile; LOM ediciones, 2007, p. 206, anexo 2.

⁹³ As novas vitórias eleitorais da *Frente Popular* nas eleições de 1942 e 1946 reforçaram ainda mais este cenário.

⁹⁴ Inúmeras foram as tendências de esquerda que se colocaram no cenário político chileno durante todo seu período democrático, ao longo deste trabalho, se refletirá acerca das variadas linguagens e nuances políticas que se apresentam em meio ao discurso de seus representantes. Contudo, definir com precisão o perfil dos cidadãos que se aglutinaram em torno deste imaginário político se constitui em difícil tarefa. Assumo aqui a interpretação proposta por Alfredo Riquelme na qual visualiza a esquerda do período como “uma comunidade vivida e imaginada de pessoas unidas pela convicção de que é possível criar uma ordem social em que os seres humanos sejam livres da exploração, dominação e violência que acompanharam - de diversas formas e com distinta intensidade – as sociedades historicamente existentes. Consideravam-se herdeiros de uma longa luta pelo progresso social e cultural dos setores mais desfavorecidos da sociedade, assim como pelo reconhecimento de seus direitos, que estaria culminado no século XX com o encontro entre história e utopia, através da transição do capitalismo ao socialismo. Estas pessoas militavam em, simpatizavam com, ou votavam por uma ou outra das organizações políticas articuladas em torno deste imaginário; majoritariamente envolvidos em movimentos sociais que impulsionavam o alinhamento com esses ideais e objetivos, e se congregavam em entidades ou desenvolviam práticas culturais, nas quais estes ideais e objetivos eram elaborados e representados.” Alfredo Riquelme Segovia. Política de reformas e imaginación revolucionaria en el Chile constitucional (1933-1973). In: Marianne González Alemán y Eugenia Palieraki (comps.), *Revoluciones imaginadas. Itinerarios de la idea revolucionaria en América Latina contemporánea*, Universidad Nacional de Tres de Febrero, Université de Cergy-Pontoise, RIL Editores, Santiago de Chile, 2013, p. 153-184.

Socialista do Chile como principais - ainda que não únicas - forças político-partidárias neste espectro político. Os projetos destes partidos dividiram as opiniões e a preferência do eleitorado⁹⁵ expondo diferenças estratégicas e programáticas. O Partido Comunista do Chile (PCCh), fundado em 1922⁹⁶, mantinha o discurso do protagonismo operário aderindo ao modelo proposto pela *Terceira Internacional*. Seu foco principal eram a luta contra o imperialismo e a liberação nacional do “colonialismo”, inserindo-se no contexto de uma luta global do operariado rumo ao socialismo. Embora não eliminasse a possibilidade do estabelecimento de uma política de alianças nacionais com forças “antioligárquicas” para transformação da sociedade, entendia a ação de cada povo como subordinada a um processo revolucionário mundial. Associada a uma crescente defesa da URSS, esta visão se tornaria marca do partido nos anos posteriores. A política de alianças com partidos nacionalistas e “democráticos”, aqui entendidos como aqueles que se aproximavam dos “verdadeiros” interesses da maioria da população, se ampliou em 1936 com a formação da *Frente Popular*. A participação dos comunistas em uma coalizão de partidos de centro e de esquerda se inseria no contexto da luta contra o fascismo, compreendido, juntamente com o imperialismo, como principal entrave ao progresso histórico. Naquele período, os comunistas passaram a adotar um discurso de caráter mais nacional e menos classista, ou seja, associaram o interesse do proletariado aos da nação, identificando-se com a defesa da República, da democratização e da industrialização⁹⁷. Esta política resultou na ampliação de sua participação no

⁹⁵ Vale lembrar que estes dois partidos tiveram liberdade de ação política no final dos anos 30 e início dos 40, participando, com alguma representatividade, dos processos eleitorais pelo menos a partir das eleições parlamentares de 1937. Os socialistas obtiveram relevante votação já nas eleições presidenciais de 1933. Ainda que não estivessem efetivamente organizados como um partido, mas como uma série de pequenas organizações, os socialistas conseguiram levar a candidatura de Marmaduke Grove, naquele momento um líder com expressivo apelo eleitoral, a conquistar 17,5% dos votos. Em 1937, já sob a legenda de Partido Socialista Chileno, receberam cerca de 11% dos votos e elegeram 18 deputados. O Partido Comunista obteve 4,2% dos votos na eleição de 1937 conquistando seis cadeiras parlamentares. Ver, Tomás Moulian e Isabel Torres, op. cit., p. 11-12.

⁹⁶ O partido já atuava na política chilena desde 1912, sob o nome de Partido Operário Socialista (POS), sendo transformado em Partido Comunista após o sucesso da revolução soviética. Emir Sader, *Chile (1818-1990). Da independência à redemocratização*. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 26. Esta mudança representou uma virada de posição no partido, uma vez que o discurso do POS vislumbrava a revolução social a partir de um horizonte utópico. Ver, Alfredo Riquelme. *Rojo Atardecer: El comunismo chileno entre dictadura y democracia*. Santiago del Chile: centro de investigaciones Diego Barros Arana; Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, 2009, p. 55.

⁹⁷ Alfredo Riquelme, 2009, op. cit., p. 61.

cenário eleitoral já nas eleições parlamentares de 1937 e foi importante para a vitória da *Frente Popular* no pleito presidencial de 1938.

O Partido Socialista do Chile foi fundado em 1933 com a união de três grupos políticos de orientação socialista que haviam participado das eleições de 1932. Embora fracassada, a curta experiência da República Socialista⁹⁸ que se instalou no país em 1932 deixou como legado um grupo político heterogêneo formado por ex-militares, dirigentes maçons e outros setores que defendiam a superação da miséria através da implementação da ideia de justiça social e redistribuição de renda. Além disso, alçou a figura de Marmaduke Grove, líder do movimento, à condição de potencial candidato com algum apelo eleitoral. A inserção dos socialistas no jogo político partidário levou a constituição de um “bipartidarismo revolucionário de tendência marxista”⁹⁹ em meio à disputa democrática pelo poder. Segundo Andrew Barnard, o socialismo proclamado pelo partido não tinha um perfil bem definido, embora não se alinhasse diretamente com a social-democracia, não aceitava as orientações do “Comintern” e se distanciava dos comunistas¹⁰⁰. Já Alfredo Riquelme compreende o Partido Socialista como a expressão de um “encontro entre populistas, socialistas democráticos e marxistas antiestalinistas, provenientes das classes médias e dos setores populares”. Seu programa de transformação da ordem econômica e social, tal como definido pelo próprio partido, teria como fundamento um “marxismo enriquecido pelas constantes mudanças sociais”¹⁰¹. Para o pleito de 1938, setores socialistas entendiam que o lançamento de uma candidatura própria com Grove seria uma

⁹⁸ Em 4 junho de 1932, após uma série de sublevações de suboficiais militares ocorridas ao longo do primeiro semestre, um golpe de estado liderado, dentre outros, pelo comandante da aeronáutica Marmaduke Grove, instalou uma efêmera República Socialista, desmantelada pelos próprios militares apenas doze dias depois. Paul. Drake, op. cit., p. 278. O curto período de governo não impediu que a junta “revolucionária” decretasse medidas como a anistia a todos os presos políticos, suspensão dos despejos de arrendatários que pagassem 200 pesos ou menos de aluguel, readmissão de todos os professores demitidos por motivos políticos. Também propuseram a nacionalização das indústrias de carvão, cobre e salitre, dando impulso ao movimento sindical. A junta de governo que então se estabeleceu, ainda em junho, sob a liderança de Carlos Dávila, rechaçou a radicalização do movimento, expulsando do governo o comandante Grove e Arturo Matte, decretando estado-sítio, impondo a censura à imprensa e perseguindo os comunistas. Embora continuasse a se autodenominar governo provisional da República Socialista, a falta de apoio civil e militar levaria a queda de Dávila por um novo golpe em 13 de setembro de 1932. Ver Frederico Gil, op. cit., p. 56.

⁹⁹ Tomás Moulian. *La Forja de las ilusiones: El sistema de partidos, 1932-1973*. Santiago do Chile: Akhilleus, 2009, p.80.

¹⁰⁰ Ver, Andrew Barnard, Chile. In: Leslie Bethell e Ian Roxborough. *A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001, op. cit., p.120.

¹⁰¹ Alfredo Riquelme, 2009, op. cit., p. 59.

oportunidade de aperfeiçoar sua institucionalidade e consolidar sua posição no cenário eleitoral. Entretanto, a possibilidade de constituição de uma aliança de esquerda com chances de vitória e o risco de isolamento contribuíram para que o partido se alinhasse à *Frente Popular*¹⁰². Outro ponto que merece destaque nos debates em torno do pleito de 1938 é a participação na disputa eleitoral do ex-ditador Carlos Ibáñez Del Campo. Apesar de seu passado¹⁰³, sua plataforma pregava o respeito às liberdades públicas e de expressão da vontade cidadã. Propunha uma política econômica de caráter protecionista que incluía o apoio aos pequenos produtores e um maior controle nacional dos recursos minerais, além de uma série de melhorias nas condições de seguridade social dos setores populares¹⁰⁴. Ainda em seu primeiro governo, Ibáñez construiu a imagem de mediador dos conflitos sociais assumindo uma posição em defesa dos interesses “maiores da nação”. Em 1938, o então candidato procurava se apresentar como elemento aglutinador de forças políticas independentes ao jogo político-partidário. Segundo os setores da imprensa que o apoiavam, Ibáñez era o “candidato dos pobres e dos trabalhadores”.

Ibáñez no es un candidato de partido.
Su bandera no es de ninguna tienda electoral.
Ese hombre representa algo más amplio, más grande y más respetable.
Representa al pueblo, al sufrido pueblo de Chile que quiere vivir y pone al servicio de él sus energías.
Su Partido es la nación, es la chilenidad...¹⁰⁵

Nota-se que o discurso ibanista também apela para o interesse nacional e para a tradição, aqui representada pela chilenidade. Assim como Gustavo Ross, que se apresenta como técnico, o general procurou se afastar do debate partidário. Contudo, ao contrário do candidato Conservador-Liberal que insistia em um

¹⁰² Tomás Moulian, 2006, op. cit., 39. Durante os governos da *Frente Popular*, a participação socialista será permeada de idas e vindas. Seus membros, por diversas vezes, entrariam em conflito com as políticas assumidas pelo governo e a situação desembocaria na divisão do partido em inúmeras facções e partidos menores.

¹⁰³ Ministro da Guerra nos governos provisórios de transição que se instalaram após a renúncia de Arturo Alessandri em 1925, Ibáñez ocupou a presidência do Chile entre 1927 e 1931 após uma eleição realizada sob o signo da coerção em que recebeu 98% dos votos. Embora seu governo tenha apresentado traços modernizantes como a aplicação de um conjunto de leis sociais relativas à proteção do trabalhador, a presidência de Ibáñez foi marcada por um projeto nacionalista autoritário, que não se furtou em adotar inúmeras medidas repressivas à oposição, censurar a imprensa e submeter o movimento sindical ao controle do estado.

¹⁰⁴ Joaquín Fernández Abara, op. cit., p.68.

¹⁰⁵ Un candidato nacional. In: *Trabajo*, 30/12/1937. Apud: Joaquín Fernández Abara, op. cit., p. 41-42.

discurso que considerava a “massa inculta” somente a partir do ponto de vista assistencial e não participativo, Ibáñez se apresentou como representante do “povo sofrido do Chile”. Seu objetivo era tentar incorporar determinadas demandas sociais para mobilizar as massas populares em prol de um projeto, que ao mesmo tempo olhasse para seus interesses e se afastasse do discurso de luta de classes da esquerda comunista e socialista. A ideia de povo tal como foi apropriada por Ibáñez, ainda que insistisse na noção de condução, certamente, não excluía as massas. Tobias Barros Ortiz, dirigente da *Alianza Popular Libertadora*, que concentrava as bases de apoio ibanistas, chegou a afirmar que este movimento político era “uma força progressista. Aliança do povo, mas povo em seu amplo sentido de raça e nação, não limitado absurdamente pela riqueza, pelo nascimento ou pela educação”¹⁰⁶. Ibáñez e seus partidários não conseguiram arregimentar apoio suficiente para se apresentarem como uma força eleitoral efetiva neste pleito. Seu recente passado autoritário e o apoio nazista declarado¹⁰⁷ dificultaram a articulação de alianças políticas. A candidatura não “decolou” e ele a retirou às vésperas da eleição. O clima de confronto entre o governo de Alessandri e os nazistas havia chegado a seu ponto máximo com o massacre de jovens nazistas após uma tentativa frustrada de *Putsch* contra o governo. O impacto deste episódio ocorrido a poucas semanas do pleito eleitoral foi fundamental para a desistência de Ibáñez¹⁰⁸. A violência da ação do governo contra os nazistas levou este grupo a despejar seus votos no candidato da *Frente Popular*, se constituindo em um fator relevante e paradoxal – dado o caráter antifascista da Frente - para uma eleição definida por uma margem estreita¹⁰⁹.

Após a vitória eleitoral de Aguirre Cerda, ainda houve uma incipiente tentativa de desqualificar os resultados por parte da direção de campanha de Gustavo Ross. Entretanto, o alto comando militar se opôs a qualquer reclamação, reconhecendo o triunfo do candidato da *Frente Popular*. Por “razões de Estado” o

¹⁰⁶ Tobías Ortiz Barros. Discurso. Tobías Barros. In: *Alianza Popular Libertadora, Tres discursos e una doctrina*. Apud. Joaquín Fernández Abara, op. cit., p. 41-42.

¹⁰⁷ Apesar das relutâncias em aceitar o apoio dos nazistas à sua candidatura, o projeto de Ibáñez se encaixou ao programa nacional socialista. Os nazistas tinham uma penetração considerável em alguns setores da sociedade e contavam inclusive com meios de divulgação próprios como o jornal *Trabajo*. Para eles, Ibáñez levaria adiante um governo nacionalista, anti-imperialista dotado de um forte reformismo social, no qual um plano de integração e de unidade nacional se propunha a superar os embates da luta de classes. Joaquín Fernández Abara, op. cit., p.39.

¹⁰⁸ Ver, Alfredo Riquelme, 2009, op. cit., p. 60.

¹⁰⁹ Joaquín Fernández Abara, op. cit., p.74.

Comandante em chefe do Exército recomendou que os partidários de Ross retirassem suas apelações junto aos tribunais eleitorais. Esta atitude, que surpreendeu a muitos conservadores e liberais, pode ser entendida como a expressão de certo constitucionalismo, ou legalismo, que tomava forma nestes anos. Após os sucessivos pronunciamentos militares dos anos 20 e a restauração dos governos civis, se cortou qualquer incentivo à ação das Forças Armadas no “acontecer nacional”. O desgaste sofrido pela instituição durante este período conduziu a um processo de retorno dos militares aos quartéis e às suas obrigações estritamente profissionais, ligadas à defesa da soberania nacional. No interior das Forças Armadas, o antimilitarismo e o civilismo vigentes expressavam-se neste constitucionalismo militar¹¹⁰. A principal preocupação do Alto Comando foi despolitizar a instituição e restaurar os princípios de hierarquia e de unidade de corpo que haviam se partido nos anos anteriores¹¹¹. O dever com a pátria passa a se manifestar de forma mais evidente no juramento de respeito à bandeira, à legalidade e à Constituição, momento mais solene da vida de um oficial. Esta atitude de defesa das leis vigentes e de profissão de fé constitucionalista que já havia se expressado no episódio da tentativa de *Putsch* nazista, voltaria a se manifestar em agosto de 1939, quando se impediu a tentativa de golpe promovida pelo general Ariosto Herrera, e por Ibáñez, contra o governo. Apesar da ação ter recebido apoio de alguns setores, como comprovou a reforma forçada de 38 oficiais, a maioria das Forças Armadas se manteve em uma posição constitucional. Na ocasião, a alta oficialidade da Marinha afirmou em declaração oficial que: “A marinha chilena estará, como sempre, como zelosa guardiã, junto às leis e ao governo que democraticamente se deu o povo”¹¹².

Neste cenário, os partidos Liberal e Conservador já haviam calculado que os custos de subversão da ordem seriam muito grandes. Assim, conforme declarou

¹¹⁰ Augusto Varas, Felipe Agüero e Fernando Bustamante. *Chile, Democracia, Fuerzas Armadas*. Santiago: Facultad Latino Americana de ciencias sociales (Flacso), 1980, p. 73. Os autores consideram ainda que o perfil institucional alcançado pelas Forças Armadas neste período se propunha a alçar a instituições armadas por sobre as lutas e disputas de classe. Elas se constituiriam assim em portadores dos ideais democráticos e de progresso material, além de exercer um papel mediador para resolução dos conflitos. Idem, p. 84.

¹¹¹ Verónica Valdivia. La vida en cuartel. In: Rafael Sagredo e Cristián Gazmuri. *Historia de La vida privada en Chile*. Santiago Del Chile: Aguilar Chilena de Ediciones (Taurus), 2008, p.217.

¹¹² Esta atitude se repetiu entre diversos comandos em todo o país. O comandante do regimento de encouraçados de Viña Del Mar declarou que “O governo do Excelentíssimo Senhor Pedro Aguirre Cerda é um governo legalmente constituído, eleito pelo povo e a este mandatário e a este governo devemos plena obediência”. Apud. Augusto Varas et alli, op. cit., p-77-78.

o então senador conservador, Rafael Luis Gumucio, “uma vez que não podíamos contar nem com as massas e nem com os militares... coube a nós [os Conservadores], ainda mais do que a nossos adversários, a manutenção da democracia constitucional”¹¹³. Essa postura que se manteve durante todo o governo da *Frente Popular*, embora mantivesse a direita distante do centro das decisões, lhe garantia certo compromisso com os radicais que protegiam o seu *status quo* social e lhe asseguravam a manutenção de seus bens e propriedades. Este perfil “legalista” voltaria a se manifestar nas eleições presidenciais de 1942¹¹⁴, quando os partidos de direita apoiaram formalmente a candidatura de Carlos Ibáñez. Neste pleito, o ex-presidente mais uma vez se colocou como um candidato nacional, anticomunista e com um discurso de apelo ao homem comum. Entretanto, não conseguiu se apresentar como candidato dos trabalhadores, tornando fundamental para um possível êxito o apoio de conservadores e liberais. Embora classificassem o acordo eleitoral como um “compromisso desinteressado”, o apoio a Ibáñez se sustentava no discurso do “mal menor”. Impossibilitados de lançar um candidato que tivesse efetivas chances de vitória, liberais e conservadores, ainda que divididos¹¹⁵, lançaram-se a favor do general em função do temor anticomunista e da oposição ao projeto de “democracia social” proposto pela *Frente Popular*. Contudo, as resistências ao passado ditatorial de Ibáñez fizeram com que a imprensa conservadora publicasse, por diversas vezes, que a aliança somente se estabeleceria em função do compromisso assumido pelo ex-presidente de proceder “dentro do respeito à Constituição e às leis”¹¹⁶. Independente desta união, a vitória eleitoral novamente seria de um bloco

¹¹³ Rafael Luis Gumucio. *Me defiendo: Misión conservadora*. Santiago. Imp. La economía, 1939, p. 65. Apud. Paul Drake, op. cit. p. 289.

¹¹⁴ As eleições presidenciais foram antecipadas em função do falecimento do presidente Aguirre Cerda em 25 de novembro de 1941. No período entre a morte de presidente e a posse do novo presidente eleito em abril de 1942, o país foi governado provisoriamente pelo então vice-presidente Jerónimo Méndez.

¹¹⁵ No Partido Conservador a divisão se dava em função de determinados grupos apresentarem uma visão menos anticomunista com uma imagem paternalista das camadas populares, entendidas como o “pueblo bueno” do sistema rural. Por outro lado, outros setores do partido se aproximaram de Ibáñez, justamente por temer a avanço da participação popular e considerarem o povo como um inimigo em potencial. Já com relação aos liberais, a divisão se deu em função da trajetória autoritária de Ibáñez e da tradicional oposição dos setores filiados ao ex-presidente Alessandri ao general. Mais permeáveis a um projeto de reformas, os liberais também poderiam considerar uma aproximação aos radicais, entretanto, assim como os conservadores optaram em favor de Ibáñez. Ver, Tomás Moulian e Isabel Torres, op. cit., p. 117-119.

¹¹⁶ *Diário Ilustrado*, 06/01/1942, p.3. Apud. Tomás Moulian e Isabel Torres, op. cit., p.126.

de centro-esquerda, liderado pelo Partido Radical. Seu candidato, Juan Antonio Ríos, recebeu o apoio de comunistas e socialistas¹¹⁷.

A despeito de caminharem juntas em mais um pleito eleitoral, as esquerdas enfrentaram algumas fraturas e divisões durante o primeiro governo da *Frente Popular*. Naquele momento, socialistas e comunistas “passaram a defender a ‘revolução democrática’ como etapa prévia à construção do socialismo”¹¹⁸. Contudo, mantiveram uma relevante diferença com relação às suas referências internacionais. Enquanto os comunistas insistiam na identificação com a URSS e na filiação às instâncias internacionais de unidade dos partidos comunistas, os socialistas criticavam as posturas de Stalin. Entre os anos 1939 e 1941, período que se insere entre a assinatura do pacto de não-agressão Ribbentrop – Molotov e o ataque nazista à URSS, o alinhamento com a política externa da União Soviética conduziu a um transitório arrefecimento da postura antifascista do Partido Comunista Chileno. A conseguinte adoção de um discurso “genérico” anti-imperialista e anticapitalista, que redefinía as forças políticas do cenário mundial¹¹⁹, afastou os comunistas dos socialistas, que insistiam na manutenção de um bloco antifascista. As divergências entre os dois partidos também se materializavam nas disputas pelo controle das organizações sindicais. Em meados dos anos 1940, os comunistas tinham a maioria na Confederação dos Trabalhadores de Chile (CTCh). A ampliação de seu controle sobre a organização levou os socialistas a abandonarem a CTCh dividindo o trabalho organizado entre as duas correntes. A proximidade com os Estados Unidos durante a II Guerra Mundial levou setores socialistas a se alinharem com a Federação Americana do Trabalho e Congresso das Organizações Industriais (AFL-CIO) e “a sua cruzada internacional contra os comunistas”¹²⁰. O restabelecimento da luta contra o

¹¹⁷ O heterogêneo conjunto de forças organizado em torno do candidato radical era denominado “Bloco Nacional Democrático Antifascista” e era integrado por um espectro político amplo que, além dos partidos comunista e socialista, incluía a Falange Nacional, o Partido Democrático e um setor do Partido Liberal denominado “liberais antifascistas”.

¹¹⁸ Alberto Aggio, op. cit., 78.

¹¹⁹ O discurso então adotado pela URSS e seguido pelo PC Chileno concebia a Guerra como uma disputa interimperialista pela hegemonia mundial em que ambos os lados eram apresentados como inimigos da libertação nacional pelos trabalhadores. Neste cenário, Estados Unidos, França e Inglaterra, até então aliados, se convertiam em inimigos. Alfredo Riquelme, op. cit., p.64.

¹²⁰ Naquele momento, o Partido Socialista tinha maior representatividade entre os trabalhadores do cobre, dos transportes públicos, das ferrovias e das indústrias têxteis e químicas. Enquanto os comunistas controlavam os sindicatos ligados à exploração do nitrato, do carvão, à construção civil, ao porto, além do sindicato dos padeiros e de diversos outros ligados a atividade industrial. Paul Drake, op. cit., p. 299.

fascismo, especialmente após a invasão da URSS pela Alemanha nazista, em junho de 1941, acabou se constituindo em importante fator para a retomada da aliança entre comunistas e socialistas para o pleito eleitoral de 1942¹²¹. No entanto, as divergências entre estas agremiações políticas não foram totalmente sanadas e, ao término do conflito mundial, novamente vieram à tona.

Durante seu governo, Juan Antonio Ríos deu seguimento ao processo de modernização capitalista, implantado por seu antecessor, no qual o Estado sustentava o desenvolvimento industrial. Estas medidas impulsionaram o setor de infraestrutura e fomentaram a produção em setores como a siderurgia e a eletrificação urbana, dando também os primeiros passos rumo à exploração de petróleo. Da mesma forma, enfatizou o programa de democratização de oportunidades, base do projeto inicial da *Frente Popular*, em especial no tocante a habitação. Por outro lado, a despeito de tentar promover a tecnificação da agricultura, não avançou na questão da sindicalização do trabalhador rural. Tema este pivô de fortes tensões no governo posterior. No plano político, Ríos tendia a um movimento de defesa das atribuições e prerrogativas do Executivo, gerando uma centralidade administrativa que dificultava sua relação com os partidos. Os conflitos entre o presidente, os partidos e o Congresso ganharam ainda maior vulto a partir da diminuição de sua base parlamentar, com a saída dos socialistas e o crescente “giro esquerdista” Radical¹²². Após assumir o controle do comitê central em 1944, o setor mais a esquerda do partido criticou a proximidade do governo com a direita e com os “interesses da elite” concitando o presidente a romper com os liberais no parlamento. Diante dos “riscos a governabilidade”, Ríos não cedeu.

¹²¹ Em um primeiro momento, o lançamento da candidatura de Juan Antonio Ríos, pelo partido Radical foi rechaçado tanto por socialistas como por comunistas, já que ele era visto como um representante das tendências conciliadoras com os setores da “oligarquia” e mesmo com os fascistas. Enquanto os comunistas tentavam articular um “governo nacional” através da apresentação de um único candidato “popular”, os socialistas lançaram a candidatura do ex-ministro da Fazenda Óscar Schnake. O bom desempenho do partido nas eleições parlamentares de 1941, quando obtiveram 16,8% dos votos, estimulou o lançamento de uma candidatura própria. Entretanto, os socialistas tiveram dificuldades em encontrar aliados. O arraigado anticomunismo de Schnake acabou por deixar os socialistas sozinhos. O crescimento da candidatura Ibáñez devido ao apoio da direita, e o perigo de uma vitória “fascista” levou os socialistas a reavaliarem sua posição e a retirar sua candidatura. O apoio a Ríos foi considerado um grande esforço para deter o fascismo. Os comunistas também aceitaram um acordo de apoio ao candidato radical, mesmo com a manutenção de um programa de governo ao qual tinham restrições. Para eles, era de fundamental importância que todo o país estivesse unido contra Ibáñez e contra o fascismo. Ver Tomás Moulian, 2006, op. cit., p. 60-62; 78-79.

¹²² Tomás Moulian, 2006, Op. Cit., 87-88.

O governo de Juan Antonio Ríos, também seria permeado pelas questões inerentes ao ambiente da II Guerra Mundial. Em 1942, em meio a um momento delicado do conflito, publica-se a Lei 7.200 que permitia o temporário controle de partes do território nacional por autoridades militares. As chamadas “zonas em estado de emergência” se justificariam frente ao perigo de ataque exterior, invasão, ou mesmo a atos de sabotagem contra a segurança nacional, e seu controle poderia durar até o limite máximo de seis meses¹²³. Outro ponto relevante refere-se à participação do país no conflito. Ao contrário da maioria dos países latino-americanos, o Chile mantivera uma posição de neutralidade durante praticamente todo o período da II Guerra Mundial¹²⁴. Embora os Estados Unidos tenham exercido grande pressão para que o país se juntasse a “seus irmãos e vizinhos das Américas” na luta pelas “liberdades e pela integridade do Novo Mundo”¹²⁵, o governo chileno somente rompeu relações diplomáticas com os países do Eixo em janeiro de 1943¹²⁶. A partir de então, o país se esforçou em legitimar-se como integrante do campo aliado, visando “recuperar o tempo perdido” na busca de um lugar privilegiado no quadro latino-americano, redesenhado pelos Estados Unidos para o mundo pós-guerra. A oportunista declaração de guerra ao Japão, ocorrida em 13 de abril de 1945, após a detenção do embaixador chileno em Tóquio, também se insere neste contexto.¹²⁷

¹²³ Como veremos, esta lei, regulamentada em novembro do mesmo ano, a despeito de ter sido elaborada em uma situação específica, terá sérias consequências políticas.

¹²⁴ As causas alegadas para esta posição de neutralidade, compartilhada na América do Sul apenas com a Argentina, foram: a presença no Chile de numerosa população de ascendência alemã, pela existência no país de interesses de todos os países beligerantes e ainda pelo temor com relação a uma possível incapacidade dos Estados Unidos em defender seu vasto litoral no caso de represálias do Eixo à ruptura das relações com seus integrantes. Armando de Ramón. Op. cit., 148-149.

¹²⁵ Idem, p. 150.

¹²⁶ De acordo com Rafaelle Nocera, o prolongamento do conflito atrapalhou os planos chilenos de manter boas relações com as duas bandas envolvidas na Guerra. As pressões dos EUA, as dificuldades econômicas, o isolamento continental e mesmo risco de que os países vizinhos se reforçassem em demasiado no plano militar obrigaram o Chile a recuar de suas posições e romper relações com o Eixo. Rafaelle Nocera. *Chile y la Guerra: 1933 – 1943*. Santiago: Lom Ediciones; DIBAM, 2006, p. 203.

¹²⁷ Ocorrida em um momento em que o conflito mundial já se encontrava definido, a atitude do governo chileno, para além de qualquer solidariedade regional, teve o objetivo de garantir a participação do país na futura Organização das Nações Unidas. Esta, por influência da URSS, fora limitada às nações que haviam declarado guerra ao Eixo. O desejo de participar da futura organização internacional também levaria o país a tentar estabelecer relações diplomáticas com a URSS. Constituíam-se pré-requisito fundamental para entrada no órgão, a manutenção de relações com as potências firmantes da declaração das Nações Unidas. O estabelecimento destas relações já vinha sendo proposto pelo Partido Comunista, pela CTCH e por alguns membros do próprio governo, entretanto encontravam resistência no anticomunismo da maioria do gabinete ministerial e do próprio presidente. Diante do novo cenário, o governo cedeu realizando as gestões necessárias para o restabelecimento das relações com a URSS, concretizadas em 11 de dezembro de 1944. Em

A postura de neutralidade, assumida por Ríos foi interpretada por seu sucessor na Presidência, Gabriel González Videla, como um grave erro, já que provocara problemas políticos e econômicos com o principal parceiro comercial do país¹²⁸. A despeito do aparente afastamento político durante a Guerra, o Chile detinha fortes laços de dependência econômica com os Estados Unidos. Após o rompimento da neutralidade, diversos acordos comerciais foram estabelecidos para se aumentar a produção de materiais estratégicos destinados aos Estados Unidos. Em agosto de 1943, os dois países firmaram um acordo no qual o Chile se comprometia a reduzir as cotas de cobre reservadas a outros países latino-americanos e a seu consumo interno, limitando-as a 3300 toneladas anuais. Todo o restante da produção, estimada em 500.000 toneladas, seria destinada aos Estados Unidos¹²⁹. A parceria comercial com os Estados Unidos com relação à exportação deste produto, já bastante significativa ganhou um impulso. O volume de negociações do cobre, que era de US\$ 329 milhões em 1938, saltou para US\$ 406 milhões em 1945 e para US\$ 547 milhões em 1952. Em verdade, a dependência financeira dos empréstimos bancários norte-americanos, a ação de suas empresas e as relações comerciais estabelecidas no âmbito da exploração mineral, principal fonte de riqueza chilena, acentuavam a proximidade entre os dois países¹³⁰. Os investimentos estrangeiros no país, representados em 70% por capital dos EUA, aumentariam substancialmente após a II Guerra Mundial passando de US\$ 847 milhões em 1945 para US\$ 1.025 bilhões em 1952¹³¹.

Ao final do conflito mundial, a cena político-partidária chilena ganhou novos contornos. O Partido Socialista, já afastado do governo desde 1943, sofrera um processo de divisão¹³². A substituição de Salvador Allende por Bernardo Ibáñez no posto de secretário-geral do partido evidenciava uma “virada à direita” e o aumento da influência dos setores anticomunistas. Os comunistas, por sua vez, se orientavam a uma política menos conciliadora de tom anti-imperialista,

verdade, esta medida que despertou a “ira do Partido Conservador” já havia sido considerada em 1939, nos primeiros meses da administração de Aguirre Cerda. Contudo, as reações negativas da Igreja católica e de políticos conservadores frearam o processo. Rafaelle Nocera, op. cit., p. 210-215.

¹²⁸ Carlos Huneeus. *La guerra Fría Chilena: Gabriel González Videla y la ley maldita*. Santiago de Chile: Random House Mondadori, 2008, p. 26.

¹²⁹ Rafaelle Nocera. Op. Cit., p. 205.

¹³⁰ Andrew Barnard, op. cit., p. 114-115.

¹³¹ Paul Drake, op. cit., p.301.

¹³² A ruptura do partido se consumara em julho de 1944 com a fundação do Partido Socialista Autêntico encabeçado por Marmaduke Grove. Ver, Tomás Moulian, 2006, op. cit., p. 90.

pleiteando uma participação mais efetiva no gabinete ministerial de modo a neutralizar as “vacilações dos setores burgueses” frente ao processo de mudanças. Para se colocar em prática uma política de efetiva democratização, havia a necessidade de se impor uma direção popular ao processo¹³³. Este quadro de realinhamento se intensificaria ainda mais após o pleito parlamentar de 1945. Nele, o fracasso socialista se fez evidente através de uma acentuada queda no seu percentual de votação. Os resultados de radicais e comunistas, a despeito de uma pequena queda, demonstraram certa estabilidade eleitoral destas agremiações com os últimos passando a se constituir na principal força eleitoral de esquerda. Por outro lado, os resultados revelaram uma recuperação da direita¹³⁴.

Em janeiro de 1946, o presidente Ríos se afastou do cargo por motivos de saúde e foi substituído interinamente pelo também radical Alfredo Duhalde. Seu curto governo foi marcado pelo afastamento entre PS e PC. Embora Duhalde tenha lançado uma ofensiva contra o movimento sindical que, em um primeiro momento unira socialistas e comunistas, a chamada aos socialistas para compor o gabinete ministerial definiu o afastamento entre as duas agremiações. A partir de então, a rivalidade entre os partidos se acentuou evidenciando-se em confrontos nas ruas e no aprisionamento de dirigentes comunistas por ordem de ministros socialistas. Durante aqueles embates, estas agremiações incorporaram o conflito de uma Guerra Fria que começava a ganhar mais forma, com cada lado identificando seu rival com um inimigo de origem estrangeira em um confronto entre “imperialismo norte-americano” e “penetração soviética”. Enquanto Duhalde e os socialistas acusavam os comunistas de terem elaborado em conjunto com Moscou um plano para tentar destruir a democracia chilena, os comunistas afirmavam que o governo se aliara aos Estados Unidos e à oligarquia local para a manutenção dos privilégios de classe e da expropriação capitalista¹³⁵.

¹³³ Tomás Moulian, 2006, op. cit., p. 91.

¹³⁴ Comparados os resultados dos pleitos parlamentares de 1941 e 1945, os partidos de direita aumentaram seu percentual de votação em 10%, atingindo 41% dos votos. Os radicais tiveram uma ligeira queda de 2%, mantendo 20% dos votos, o mesmo ocorreu com os comunistas, que então passaram a ter 10%. Já os socialistas baixaram de 17% para apenas 7%, mesmo se somássemos os votos do a partir de então separado Partido Socialista Autêntico, ainda se teria uma queda de 4%. Ver, Tomás Moulian, 2006, op. cit., p. 93.

¹³⁵ Marcelo Casals Araya. *Anticomunismos, Política e ideología en Chile. La larga duración de la “Campaña del Terror” de 1964*. Tesis para optar el grado de Magíster en Historia. PUC-Chile, Instituto de Historia, 2012, p. 171.

A morte de Juan Antonio Ríos, em junho, precipitou o processo eleitoral para a presidência da República. Gabriel González Videla, embora tivesse conseguido com facilidade sua nomeação como candidato presidencial radical em abril, enfrentou a resistência de setores do partido, que, com um discurso anticomunista, tentaram emplacar o nome do presidente interino Duhalde na esperança de conseguir o apoio liberal. Por outro lado, sua candidatura recebeu o apoio dos comunistas sem maiores complicações¹³⁶. Os socialistas que haviam conquistado maior espaço no movimento sindical durante a presidência de Duhalde, logrando inclusive a divisão da CTCh, optaram pela adoção da chamada linha de “terceira frente” que se constituiria em uma opção entre a “reação” e o “comunismo”. Sendo assim, lançaram a candidatura do dirigente sindical Bernardo Ibáñez. Já os partidos de direita entraram no pleito divididos, enquanto os conservadores optaram pela candidatura do Dr. Eduardo Cruz-Coke, os liberais optaram pelo nome de Fernando Alessandri¹³⁷.

González Videla sairia vencedor das eleições com 40,23% dos votos, seguido pelo conservador Eduardo Cruz-Coke, com 29,8%, e pelo liberal Fernando Alessandri, com 27,42% dos votos. Os socialistas, por sua vez, não conseguiram reverter sua tendência de baixa eleitoral com seu candidato obtendo uma quantidade ínfima de votos, que representavam apenas 2,54% do eleitorado. Apesar do que ocorrera em 1942, a votação do candidato radical não foi suficiente para se atingir a maioria absoluta dos votos, o que de acordo com a lei

¹³⁶ Carlos Huneeus considera que o imediato apoio comunista à candidatura de Videla em muito se deveu a uma boa relação cultivada entre o candidato e os dirigentes comunistas desde os tempos da *Frente Popular*. Carlos Huneeus, op. cit., p.51. Ainda assim, é importante ressaltar que este apoio foi condicionado ao estabelecimento de um programa que realizasse uma política de unidade nacional e que superasse o “seguidismo”. O peso político adquirido pelos comunistas após a defecção socialista acabou por forçar a elaboração de um programa de corte “desenvolvimentista” em que constavam promessas de nacionalização dos seguros, gás e energia elétrica, além de uma demanda por reforma agrária. Ver. Tomás Moulian, 2006, op. cit., p. 129-129.

¹³⁷ Mesmo diante de uma provável vitória de um candidato das direitas unificadas e dos riscos da vitória de uma aliança política que aparentava representar posições mais esquerdistas que os governos anteriores da *Frente Popular*, as diferenças entre conservadores e liberais não foram sanadas. Além de se constituir em uma real possibilidade de vitória conservadora após muitos anos, a candidatura Cruz-Coke carregava as ideias sociais-cristãs de “humanização do capitalismo” através de uma preocupação com a justiça social e mudanças e reformas que impedissem o avanço comunista através de uma posição defensiva. Este perfil parecia inaceitável para uma visão liberal, anticlerical, anti-intervencionista, tecnocrata e focada na ordem e na eficiência, que além do mais perderia sua condição hegemônica. A candidatura de Fernando Alessandri representava justamente estes ideais “liberais-burgueses” inspirados em organizações empresariais e na iniciativa privada. As divergências entre a ideologia social-cristã, representada na figura de Cruz-Coke e os projetos liberais impediam uma aliança encabeçada pelo primeiro. Tomás Moulian, 2006, p. 132-134.

eleitoral obrigava que seu nome fosse ratificado pelo Congresso Pleno. A candidatura que obtivesse a segunda maioria relativa, no caso o conservador Cruz-Coke, também poderia pleitear sua aprovação¹³⁸. Como se verá, esta condição precária, aliada a alta votação obtida pela direita, será de grande influência nas negociações para a aprovação do nome de Videla no Congresso e na composição de seu gabinete de governo. Da mesma forma, os rumos políticos chilenos também sofreriam a influência do robustecimento do ambiente de bipolaridade, estabelecido em termos globais pelos embates da Guerra Fria¹³⁹.

As repercussões deste clima se somaram às crescentes demandas por participação popular, em um processo de ressignificação de diversos conceitos políticos. Esta exposição inicial, baseada fundamentalmente em uma perspectiva historiográfica, visou apontar para a forma como estas demandas começavam a influenciar no reposicionamento e nos discursos das forças políticas chilenas em um processo gradual em que a participação popular vai se efetivando na política. Esta primeira inserção nos parece de suma importância para o entendimento do processo de ressignificação dos conceitos, a partir de então, sob a influência de uma dupla perspectiva: presença popular e ambiente da Guerra Fria. A ressalva também visou marcar um elemento distintivo entre o ambiente político chileno e o brasileiro, que, de certa forma, teve que se relacionar com estas duas influências ao mesmo tempo. Após este preâmbulo a análise volta a centrar-se efetivamente nas disputas conceituais em torno das ideias de democracia, povo e legalidade, durante o processo de ilegalização do Partido Comunista Chileno entre os anos de 1947 e 1948, tema deste capítulo.

1.2 – A democracia questionada: o governo de Gabriel González Videla e a saída dos comunistas do Gabinete ministerial

Eleito em primeira maioria sob uma base restrita de partidos e sem total coesão no próprio seio radical, González Videla enfrentou uma série de

¹³⁸ De acordo com artigo 64 inciso 1º da Constituição Chilena de 1925, no caso de não haver maioria popular, o Congresso Pleno deveria eleger entre os dois candidatos que obtivessem as duas mais altas votações.

¹³⁹ Este contexto, associado às vicissitudes internas da política chilena influenciará não só na aplicação do programa de governo proposto pela combinação radical-comunista, como na própria composição do governo. Como ressalta Marcelo Casals, aquela que parecia uma época dourada para o Partido Comunista, sofrerá uma violenta mudança com os novos rumos do anticomunismo no país. Op. cit., p.172.

dificuldades para garantir sua eleição no Congresso Pleno. A manutenção da vontade popular foi argumento suficiente para cooptar o apoio de falangistas e socialistas no pleito do Congresso. Entretanto, apesar de reforçar, em um primeiro momento, as promessas de cumprimento integral de seu programa de governo e apelar à mobilização sindical e às massas como garantidores de seus próprios desejos¹⁴⁰, González Videla foi obrigado a negociar politicamente o apoio do Partido Liberal e adotar uma linha mais moderada. Para dar seu voto de confiança ao presidente eleito, os liberais exigiram uma presença em igual número a dos comunistas no gabinete ministerial a se formar, além da suspensão da aplicação de alguns pontos de seu programa de governo, como o referente à sindicalização camponesa.

A presença de partidos com posições tão distintas em um mesmo governo justificou o anúncio de um gabinete de *Unidade Nacional*¹⁴¹. Recuperar a economia chilena e controlar os efeitos da inflação sem abandonar os interesses dos trabalhadores seriam o mote do novo gabinete. Contudo, a situação financeira e econômica não melhorou e no primeiro ano de governo de González Videla, o custo de vida aumentou em mais de 20%. A queda na demanda do cobre e a prescrição dos acordos de guerra com os Estados Unidos levaram à diminuição das reservas chilenas a tal ponto que as novas emissões e o crédito fácil continuaram a alimentar cada vez mais a inflação e os gastos governamentais¹⁴². No interior do próprio gabinete ministerial, o que se viu logo nos primeiros meses de governo não foi unidade, mas sim o aumento das tensões políticas entre os partidos que compunham a base. De certa forma, as disputas refletiam a crescente polarização política e ideológica na cena chilena e mundial dos primeiros momentos da Guerra Fria, mas também se relacionavam a questões programáticas de ambos os partidos. Enquanto liberais resistiam a toda e qualquer política

¹⁴⁰ “A este pueblo triunfante me dirijo ahora para formularle una alerta final: ¡CUIDADO! Ya se conoce la magnitud de nuestro triunfo, ya no se discute que la decisión en las urnas ha de ser la que proclame mi nombre como el vencedor. Vuestro candidato ha vencido de antemano; pero ¡CUIDADO! Que vuestra vigilancia continúe; que no se entibie vuestro fervor, que conservemos nuestra decisión de hacer respetar el veredicto que sabemos nuestro... Es posible que algunos piensen todavía en que el juego republicano puede alterarse... y que la masa ciudadana es capaz de tolerar que se la arrebate su victoria. Para ello, para los que alientan ese propósito de torcida intención política... yo digo en este instante; OÍD AL PUEBLO, OÍDLO JURAR LA BANDERA DE SU CONVICCIÓN... ¿Juráis defender vuestra palabra, con vuestra acción y vuestra sangre el triunfo del pueblo? Pueblo de Santiago: ¡Os conjuro a cumplir vuestra promesa! He dicho”. Gabriel González Videla. Memorias, Tomo 1, p. 479. Apud Carlos Huneeus, op. cit., p. 86-67.

¹⁴¹ Carlos Huneeus, op. cit., 91.

¹⁴² Andrew Barnard, op. cit., p. 118-119.

econômica que implicasse em intervenções estatais na economia, prática comum aos governos radicais desde 1938, os comunistas continuaram a impulsionar a mobilização sindical, em especial, nas zonas rurais. Esta postura contrariava os objetivos do Executivo quando nomeou comunistas para as pastas de agricultura, obras públicas e colonização e para postos-chaves em zonas mineiras e industriais. Ao invés de conter os conflitos e controlar os movimentos sindicais, como queria o governo, os comunistas fomentaram as pressões pelo melhoramento das condições de trabalho¹⁴³.

As tensões foram ganhando cada vez mais corpo com o crescente aumento de movimentos grevistas na cidade e no campo. A direita conservadora insistia em alertar o governo sobre os perigos que significavam a presença comunista no poder e se juntavam a setores liberais para bloquear no Congresso qualquer medida que tivesse sua origem na esquerda. Após as eleições municipais de abril de 1947, em que os comunistas tiveram um desempenho bastante relevante¹⁴⁴, as pressões para a retirada de seus membros do gabinete ministerial e de posições-chave da estrutura do governo de Videla se ampliaram ainda mais, dominando o noticiário e os editoriais dos jornais. O crescimento comunista despertava “adormecidas paixões anticomunistas”¹⁴⁵ e o fato de incentivar a mobilização social enquanto participava do governo foi encarado por diversos setores como uma atitude conspirativa. De acordo com os editoriais de *El Diálogo Ilustrado*, o aumento do contingente eleitoral comunista se deveria a duas posições que os comunistas não queriam abandonar: “la conducta desleal para con su aliado gordo

¹⁴³ Marcelo Casals, op. cit., 178. Além das pastas ministeriais citadas ocupadas pela primeira vez na história por membros do Partido comunista, foram nomeados cinco intendentes comunistas (Tarapacá, Atacama, Malleco, Aysén e Santiago: zonas nas quais os conflitos laborais se mostravam mais evidentes) e dezesseis governadores. Os liberais por sua vez, ficaram com os ministérios da Justiça, Defesa e Saúde, além das intendências de seis províncias (Coquimbo, Aconcagua, Colchagua, Talca, Maule e Valdivia). A escolha de liberais para as principais zonas agrárias chilenas impunha dificuldades ao processo de sindicalização rural impulsionado pelo PC, por meio do Ministério da Agricultura ampliando os conflitos entre os dois partidos. Carlos Huneeus op. cit., 91-93.

¹⁴⁴ Nestas eleições, as primeiras em que o partido se apresentava com seu próprio nome, os comunistas ampliaram em mais de 10% sua votação com relação ao pleito anterior, recebendo 16,5% dos votos contra os 6,4% que lhes foram sufragados em 1944. Desta forma, o número de assentos comunistas nos conselhos municipais aumentou de 65 para 187 e o partido também conseguiu eleger 13 prefeitos com destaque para as capitais de província, Iquique e Antofagasta, e para as comunas mineiras de Machalí, Coronel, Lotta e Curanilahue. Com relação aos outros partidos, os resultados pouco se alteraram, com liberais e conservadores baixando cerca de um ponto percentual (de 14,4% para 13,5% entre os liberais e de 20,9% para 20,1% entre os conservadores), os socialistas mantendo-se estáveis em 8,5%. Já os Radicais baixaram de 24,4% para 20,4% representando a maior queda. Huneeus, op. cit., 109.

¹⁴⁵ Tomás Moulian, 2009, op. cit., p. 95.

y satisfecho del radicalismo y su acción tiranizadora ejercitada desde el gobierno y el impúdico cohecho con prebendas y dinero del Estado” (DI, 13/04/1947, p. 5). Os comunistas teriam se aproveitado traiçoeiramente de sua posição no governo para ampliar suas áreas de influência com ações contrárias ao próprio governo.

No seio do governo, o resultado eleitoral traria efeitos decisivos. Os liberais interpretaram seu resultado como um retrocesso. Entre os radicais, determinados setores atribuíram sua queda de votação a articulações comunistas de carácter eleitoral, pleiteando assim sua saída do gabinete. Sentindo-se prejudicados em sua “essência programática” por uma participação conjunta aos comunistas em um governo, os liberais foram mais longe e formalizaram sua saída do gabinete ministerial. Segundo *El Mercurio*, a colaboração do Partido Liberal havia sido encaminhada “patrioticamente” com o intuito de se fazer um governo de coalizão que evitasse “la perpetuación de una pugna esterilizadora”. Contudo, servira apenas para que os comunistas preparassem uma emboscada para aqueles que lhes foram “aliados de buena fe”¹⁴⁶.

Os partidos de oposição também ampliaram as pressões para que o presidente da república excluísse os comunistas do gabinete ministerial, com ameaças de obstruções que poderiam gerar uma situação de ingovernabilidade. Todo este ambiente foi incensado pela grande imprensa. Contudo, a crise de gabinete não foi interpretada apenas sob o ponto de vista conjuntural. “Las elecciones municipales no han hecho sino acelerar el proceso de una crisis política – el cambio de ministerio será una consecuencia de esta crisis **‘que estaba latente’**... el liberalismo no cambiara de actitud, sino de posición para la lucha anticomunista” (DI, 13/04/1947, p. 1, grifo meu). Na busca de cooptar apoios na sociedade chilena que avalizassem uma decisão que significasse a ruptura da aliança partidária que conduziria González Videla ao poder, mobilizou-se uma gama variada de argumentos. *El Siglo* ainda tentou sustentar a presença dos comunistas no gabinete no atendimento aos desejos daqueles que democraticamente sufragaram o programa proposto pelo governo eleito. Já *El*

¹⁴⁶ “En suma, los que procuran que la colaboración liberal en el Gobierno tenga un término decorosa, es decir, pronto, señalan los siguientes hechos entre otros que sería prolijo desentrañar: 1. Chile ha seguido en política exterior una línea pro soviética que va aislando la nación... 2. Si el veto del proyecto ley sobre la sindicación campesina se produce, no es forzado atribuirlo a la presión comunista... 3. La coalición ministerial existente no ha lograda temperar las luchas parlamentarias... 4. El aprovechamiento de los puestos administrativos en pro de la doctrina que hace el Partido Comunista... conduciría a una situación de imprevisible gravedad. 5. Los partidos Radical y Liberal no pueden seguir soportando tal riesgo”. (EM, 15/04/1947, p. 3)

Diario Ilustrado e *El Mercurio* alertavam para os riscos que corria a economia do país e para os danos que a presença comunista causava à democracia chilena. Em última instância, a crise chilena se inseria em um contexto político mais amplo, continental e mundial. O que estava “latente” era a impossibilidade de convivência em um mesmo governo de duas “filosofias de vida” excludentes que se encontravam em disputa. Não optar pela saída dos comunistas seria fechar os olhos para uma realidade “inquestionável”.

El Diario Ilustrado, antes mesmo do anúncio definitivo da retirada dos liberais, destacou em primeira página que diante da grave crise política que afetava a continuidade do gabinete ministerial, o presidente ainda defendia a permanência do gabinete, mas não desconhecia a “gravedad que significa la presencia de los comunistas en el gobierno” por razões de “orden internacional”. Em seu editorial, alertou que muitos governos americanos estavam reagindo à penetração desta ideologia internacional com ações efetivas, quitando o apoio ou a tolerância aos partidos comunistas. Desta forma, estavam conseguindo romper o cerco que essas agremiações impunham às organizações de trabalhadores (DI, 11/04/1947, p.3). Nos dias posteriores, os editoriais de *El Diario Ilustrado* defenderiam que a crise teve sua origem no erro do governo em convidar o “comunismo internacional” para participar da administração pública¹⁴⁷. Os comunistas eram “agentes de Moscú, enemigos de la civilización y de la patria” que se entrincheiravam rumo a “lucha final por el total predominio del país”. Toda sua ação política não passaria de um meio para se atingir seus objetivos de desintegrar a democracia chilena e, ao fim e ao cabo, toda a civilização ocidental cristã (DI, 11/04/1947, p.3). Desta forma, o movimento em prol da saída dos comunistas do gabinete ministerial não se constituía em uma estratégia partidária ou uma “manobra da direita”.

Se trata de un movimiento nuevo, saturado de patriotismo en que figuran derechistas e izquierdistas, toda esa formidable masa de opinión pública, que anhela un **gobierno progresista y honrado, chileno...** Es un país que grita su fervor por la **Constitución**, la **democracia**, las **instituciones jurídicas**. Hay una porción que proclama su adhesión a la dictadura roja, a la consigna internacional,

¹⁴⁷ “se hace inoperante cualquiera combinación ministerial, en donde tengan voz y voto los representantes del Kremlin em Chile” (DI, 13/04/1947, p. 1).

al imperialismo de Moscú. No hay como confundirse ni perderse (DI 15/04/1947, p.3, grifo meu)¹⁴⁸.

Todo o discurso se ordenava a partir da construção de um cenário, no qual se encontravam em oposição os valores democráticos e as liberdades ocidentais contra a ditadura comunista. Como os primeiros eram entendidos como valores americanos e “chilenos”, também se tratava de um embate entre a pátria e às ameaças internacionais. Este era um confronto vivido não somente no Chile, mas em toda a América, onde a presença de grandes perigos exigia deveres superiores de vigilância. “La democracia no puede prosperar en una atmosfera de inseguridad internacional” (DI, 14/04/1947, p. 1). Ao descrever o cenário mundial do pós-guerra, *El Mercurio* ressaltou o trabalho dos Estados Unidos da América em prol das liberdades humanas. “Su democracia está basada en la menor coerción y abre estímulos a todas las iniciativas del individuo”. Por esta razão, a raça humana encontrara naquele país extraordinário florescimento. Esses ideais democráticos ocidentais de raiz cristã se opunham radicalmente aos “ideales asiáticos de la dominación del hombre por el Estado”. Para o jornal, “la libertad democrática y el comunismo son radicalmente antagónicos... el segundo jamás soportará a la primera, porque sabe que en ella estriba el arma adecuada para destruirlo” (EM, 14/04/1947, p.3). A partir deste argumento, *El Mercurio* corroborou uma interpretação do *Diario Ilustrado*, segundo a qual os comunistas se aproveitavam da democracia para impor a ditadura.

¹⁴⁸ Vale lembrar, conforme aponta o editorial, que o anticomunismo não estava restrito aos partidos de direita. Marcelo Casals reforça que durante os anos 40, alguns setores do Partido Socialista, como aqueles liderados por Bernardo Ibáñez, “foram especialmente explícitos em sua aversão ao comunismo enquanto doutrina e experiência histórica por ter distorcido os princípios humanistas e democratizantes do socialismo”. Em suas diversas correntes, o anticomunismo socialista rechaçava a interpretação soviética do marxismo tanto pelas disputas partidárias internas como pela apropriação local dos principais debates ideológicos em escala global, fundamentando-se na ideia de revolução traída. Marcelo Casals Araya. Op. cit., p. 30-31. Durante os debates para a saída dos comunistas do gabinete, estas disputas continuavam pujantes. *El Siglo* acusou líderes socialistas como Oscar Schnake de atuar contra a democracia chilena e a pátria, em concomitância com interesses estrangeiros. (ES, 15/04/1947, p.3) Da mesma forma, insistiu que setores deste partido boicotavam a nomeação de comunistas a postos administrativos, ferindo os interesses da nação. “Ha correspondido, ... [S. E. / Ministro Radical] al vicepresidente Ejecutivo de la Caja de Crédito Minero, militante del partido comunista, Julio Ascul Latorre, contra quien lanzaron sus fuegos la reacción, las firmas imperialistas y los trotskistas a fin de impedir que llegara a ocupar dicho cargo, pues a esa gente enemiga de la patria más le interesaba que la institución continuara despilfarrando los fondos...[Julio Ascul a había transformado en] herramienta al servicio de la nación y no de unos pocos explotadores como ha ocurrido hasta hace algunas semanas” (ES, 12/04/1947, p. 3)

La revolución realizada en Rusia, hacia unos escasos treinta años amenaza repetir hazañas semejantes en cualquier país que descuidadamente permita un nuevo ensayo... las quintas columnas, que operan haciendo uso discrecional de las libertades que franquean las instituciones democráticas, pero se aprestan en forma inverecunda para eliminarlas cuando llegue a hora de su triunfo (EM, 14/04/1946, p.3)

Em um ambiente em que os países americanos se organizavam para defender seus valores democráticos e deter os avanços comunistas, ficar a margem deste processo, além de significar enormes perigos à “democracia” chilena, conduziria o país ao isolamento político. Entre seus vizinhos, entendia-se que o Chile, pela solidez de suas instituições democráticas, julgava-se imune aos riscos da presença comunista. Entretanto, o editorial ressaltava que justamente em função disto o país deveria se colocar em uma posição de destaque na defesa de seus princípios e valores¹⁴⁹.

A percepção de que o processo de exclusão dos comunistas do governo também se inseria em um cenário de disputa que se reproduzia a nível continental e global, não se restringia aos partidários de sua saída. Os editoriais de *El Siglo* afirmavam que pressões realizadas pela “oligarquía criolla” se davam em “estrecho contubernio con el imperialismo norteamericano”(ES, 11/04/1947, p.3), que empenhava-se em deter “el natural desplazamiento democrático de los pueblos de todo el mundo” (ES, 13/04/1947, p. 3). Este confronto adquiria contornos especialmente dramáticos nos povos da América e Ásia, onde a presença do imperialismo se tornava cada vez mais visível: “el imperialismo maneja en cada país, y en el nuestro también, políticos capaces de aceptar el soborno, campañas de prensa, radio, y toda clase de recursos para interferir en el movimiento político nacional” (ES, 13/04/1947, p. 3)¹⁵⁰. Diante disso, os editoriais de *El Siglo* concluem que ao contrário do que tentavam impor os “elementos da reação”, atribuindo imaginário caráter “extrajerizante al movimiento proletario y democrático”, eram justamente os seus planos

¹⁴⁹ “No se agradecerá ciertamente la fría actitud de un país que llamado por sus tradiciones a tener puesto de honor en las primeras filas de la democracia, desertó de ellas y se pasó con armas y bagajes a los enemigos tradicionales de toda libertad” (EM, 14/04/1947, p.3)

¹⁵⁰ A partir dos trabalhos de Andrew Barnard realizados nos arquivos diplomáticos norte-americanos, já comentados aqui, sabemos que a participação efetiva dos EUA no processo de exclusão dos comunistas foi supervalorizada também pelos próprios comunistas. Entretanto, o reforço deste ponto em *El Siglo*, aponta para o fato de que foi assim que os acontecimentos foram percebidos por boa parte dos atores políticos de esquerda, transformando o argumento em fator primordial na definição e cooptação de apoios políticos no seio da sociedade chilena.

conspirativos que seguiam uma orientação política exterior às fronteiras chilenas (ES, 13/04/1947, p.3).

Em meio à crise de gabinete, os três ministros comunistas puseram seus cargos à disposição para evitar uma renúncia forçada pelo presidente. A aceitação da saída dos ministros pelo presidente foi interpretada pelo *Diario Ilustrado* como uma atitude em conformidade com o desejo da maioria dos chilenos e do concerto das nações ocidentais¹⁵¹. Por outro lado, o jornal apontou para a necessidade de continuação da “limpeza” governamental, pois a infiltração comunista ainda se dava em diversos setores da administração pública. Novamente pregando a união entre todos os anticomunistas e a formação de maiorias parlamentares, propôs a eliminação dos quadros comunistas da gestão pública.

A saída do gabinete, entretanto, ainda não significava a ruptura entre comunistas e o governo¹⁵². Com um novo gabinete “provisório”, formado apenas por radicais, González Videla reiterou seu reconhecimento ao comunismo chileno solicitando a manutenção de seu apoio. Contudo, em meio às articulações para a composição do novo gabinete, se deparou com a exigência conservadora para a retirada de todos os funcionários comunistas e com uma difícil negociação com os liberais¹⁵³. Os comunistas, por sua vez, além de criticar as possíveis “influências externas” incentivavam os trabalhadores a pressionar pela manutenção do programa de reformas e se mobilizar contra os aumentos de preços e as

¹⁵¹ S. E. en el discurso radiodifundido de la noche del 16, recogió con absoluta fidelidad ese sentimiento, el más vivamente sentido por la ciudadanía, el de mantener a todo costa el régimen democrático de Gobierno en cuya continuidad el prestigio de la República ante al concierto de las naciones civilizadas. Ese sentimiento que producto de gloriosas e inalteradas tradiciones... (DI, 19/04/1947, p.3)

¹⁵² “P.C. seguirá apoyando al gobierno en el cumplimiento del programa – Lo manifestarán su desacuerdo por la solución dada a la crisis política – no obstante” (ES, 17/04/1947, p. 1). Todavía, o partido condicionava a manutenção deste apoio à manutenção do programa de governo original, elaborado com a participação comunista, e que incluía temas como congelamento de preços, construção de moradias, desapropriação de fazendas improdutivas e da indústria *Ferrocarril de Concepción*. “El gabinete que ayer ha asumido sus funciones es, según expresión del propio Presidente... de carácter transitorio... [Debe cumplir el programa] Al contrario creemos que... el interés mismo de defender el régimen democrático, que estaría seriamente amenazado... [El gabinete] puede e debe llevar adelante el cumplimiento del programa... en la medida en que se disponga a trabajar y se apoye en el pueblo para vencer la resistencia de la reacción... Como ayer, la unidad de la clase obrera, de la Alianza y de todos los sectores progresistas, sigue siendo fundamental para defender el régimen democrático e impulsar el cumplimiento del programa” (ES, 18/04/1947, p.3).

¹⁵³ Conforme argumenta Marcelo Casals, a renovação ministerial não acalmou os partidos de direita que aos poucos se inclinavam para uma tentativa de excluir legalmente os comunistas. O próprio diretor do Registro Eleitoral, Ramón Zañartu, alertara ao presidente o perigo relacionado ao crescimento eleitoral comunista. Caso o avanço de suas porcentagens eleitorais se repetissem nas eleições parlamentares de 1949, os comunistas se transformariam na primeira força política do país. Ver, Marcelo Casals, op. cit., p. 180 e Carlos Huneeus, op. cit., p. 113.

demissões. No final de maio, durante uma conferência do partido, seu secretário-geral, Ricardo Fonseca, reafirmou estes pontos em um duro discurso, no qual também acusava os Estados Unidos de defenderem regimes reacionários e corruptos por todo o mundo.

No dia 12 de junho, em Santiago, após uma paralisação de motoristas e cobradores de ônibus, que culminou em um confronto entre manifestantes e a polícia, com um saldo de quatro mortos e 20 feridos, a crise entre o Executivo e os comunistas ganhou novos contornos. Em meio aos ataques que dominavam o noticiário, González Videla realizou o seu primeiro pronunciamento público contra os comunistas, responsabilizando-os pelo ocorrido¹⁵⁴. O presidente estabeleceu o estado de zona de emergência na província de Santiago, pelo qual se proibiam todas as manifestações políticas. Respalhada pela oposição, pelo Partido Radical e pela CTCH, então controlada pelos socialistas, a medida que marca o início da “guerra” entre o presidente e os comunistas seria discutida no parlamento¹⁵⁵. Os comunistas se defenderam das acusações de forma moderada, já que, em tese, ainda participavam do governo. Em discurso, além de afirmar que as declarações do presidente violavam um compromisso assumido em campanha, o senador Pablo Neruda lamentou o reforço artificial de um ambiente anticomunista e minimizou a participação comunista nos episódios. Os partidos de direita, por outro lado, exaltaram a ação de González Videla¹⁵⁶.

Seguindo o mesmo caminho, *El Diario Ilustrado* insistiu na necessidade do regime democrático se defender da “influência internacional” do comunismo enquanto seu inimigo “mortal”. Em editorial intitulado “La Diferencia”, comentou a decisão de um tribunal de justiça norte-americano que negou um pedido de proibição de saída do país para o ex-presidente Henry Wallace. O “cripto-comunista” pretendia viajar pelo mundo pregando contra o governo dos EUA. A

¹⁵⁴ Carlos Huneeus sustenta que o episódio fora o pretexto que o governo aguardava para se lançar contra os comunistas em uma saída política que, naquele momento, se mostrava bastante atrativa. Para o autor, o acontecimento em nada se diferenciava de outros conflitos grevistas do período. Em tom irônico, afirma que, naquele dia, os comunistas “surpreendentemente” apareceram ante os olhos do presidente como um partido irresponsável que pretendia danar o sistema democrático. Carlos Huneeus, op. cit., p. 122.

¹⁵⁵ Carlos Huneeus, op. cit., p. 122. O autor ressalta ainda que não havia uma Lei de Faculdades Extraordinárias que autorizasse o estabelecimento da “zona de estado de emergência” tal como determinava o correto procedimento institucional.

¹⁵⁶ O deputado conservador Hector Correa Letelier ressaltou que a “nação” tinha esperanças que o discurso do presidente se refletisse em ações mais efetivas contra os comunistas que eliminassem “El fascismo rojo internacional de la administración pública, y que libere la masa obrera de su implacable tiranía” Apud, Carlos Huneeus, op. cit., p. 123.

decisão baseava-se no princípio básico da garantia das liberdades democráticas, algo que certamente não acontecia na Rússia. Entretanto, o jornal parece relativizar a decisão, dando a entender que o rompimento de certas liberdades talvez fosse útil ao regime democrático. Ou seja, deveria se impor limites à democracia para salvá-la da destruição tramada pelos comunistas.

[Entre EE.UU. y Rusia] hay un mundo de diferencia, tanta, que merece ser meditada por aquellos intelectuales, educadores y periodistas de este país que se presumen de progresistas y libertarios y que, no obstante, ayudan a la gestión agresora del comunismo contra las libertades más esenciales del hombre...Quizá so los rusos nos están dando una lección. Ellos saben defender a su régimen, mientras que las democracias, con excepción del Brasil, de Méjico, de Argentina, marchan a la deriva, entregando sus más caras conquistas en manos del enemigo de le civilización. (DI, 08/07/1947, p.3)

Apontar para a diferença entre o modo de vida e a realidade supostamente enfrentada pelos indivíduos nos Estados Unidos e na União Soviética era recorrente nas reportagens de *El Diario Ilustrado*. O depoimento de testemunhas oculares dos “horrores” vividos nas zonas controladas por Moscou e das restrições ao indivíduo frequentemente ocupavam as primeiras páginas do jornal. No dia 23 de julho, por exemplo, *El Diario Ilustrado* reproduziu em primeira página extensa reportagem da imprensa americana sobre a vida nos dois países:

El nivel de vida en los EE. UU. es mil por ciento más alto que en la Rusia... un estudio muestra que la curva del Standard de vida del soviet ha caído desde que termino de la guerra – El gobierno ruso paga por el promedio de los obreros soviéticos un salario que les permite comprar solamente una décima parte de los alimentos y comodidades que el promedio de los norteamericanos puede comprar con su salario semanal (DI, 23/047/1947, p. 1)

Este tipo de argumentação não se restringia ao jornal e, de certa forma, se manteve presente no ambiente chileno durante diversos anos. Obras de maior fôlego, como o trabalho do senador e ex-candidato à presidência Hector Rodriguez de La Sotta, intitulado “O capitalismo o comunismo. O vivir en Rusia o vivir en Estados Unidos” procuravam expor as vantagens de se viver tal como os norte-americanos e as torpezas que seriam enfrentadas pelos chilenos, caso se aproximassem de Moscou¹⁵⁷.

¹⁵⁷ Na conclusão de seu detalhado trabalho de análise em que procura demonstrar, à sua ótica, os fundamentos básicos de cada modelo econômico, Hector Rodríguez esperava ter demonstrado que no estado em que encontrava a nossa civilização e o progresso do mundo “solo dos regimenes económicos son posibles, uno de libertad, el capitalismo, y el otro de coacción y esclavitud, el

A construção destes cenários certamente contribuiu para o reforço do imaginário anticomunista. Contudo, não se tratava apenas de expor realidades e deixar o julgamento a respeito para o voto cidadão. Como as atitudes “ofensivas” do inimigo das liberdades impediam uma escolha livre e consciente, eram necessárias “medidas preventivas”. No caso chileno, para que o regime democrático do país atingisse o nível encontrado nos EUA, deveria se corrigir os seus defeitos com uma “limpeza”. A democracia chilena não apenas se encontrava em um estado de estagnação, mas corria o risco de destruição¹⁵⁸. Naquele momento, esta “limpeza” ainda se restringia aos cargos na administração pública. Entretanto, vai ganhando corpo o argumento de que era fundamental oferecer à democracia elementos para sua sustentação e sobrevivência, ainda que isto implicasse em uma adequação da ordem legal e mesmo de seus princípios fundamentais, como a garantia de determinados direitos individuais.

Nas páginas do *El Diario Ilustrado*, a defesa da democracia também se sustentava em argumentos “cristãos”. Ligado aos setores mais tradicionalistas do Partido Conservador, o jornal apresentava marxismo e cristianismo como pólos opostos¹⁵⁹. No final de junho, ao comentar a adesão do partido a um manifesto anticomunista multipartidário, *El Diario Ilustrado* assim saldou a atitude de combate ao “totalitarismo vermelho”:

comunismo”. Só havia a possibilidade de definição entre dois caminhos possíveis, “si triunfan Estados Unidos y las Naciones Unidas, el mundo se habrá salvado y la libertad seguirá iluminando y embelleciendo su camino... Pero si triunfa Rusia ¿Qué vendría? ¿Acaso ese edén con que sueñan tantos sociólogos y teólogos ilusos, de un “humanismo económico”, un “socialización electiva” o “mundo comunitario humano”?... No, Rusia no entiende de esas sutilezas comunizantes y sabemos ya muy bien qué comunismo implantaría ella en el mundo después de su triunfo: “su” comunismo, integral y salvaje; el comunismo que ha impuesto a Polonia, a Hungría... O vivir como en Estados Unidos o vivir como en Rusia. O ganar el pan como hombre libre, o ganarlo como simple ruedecilla esclava y sin alma de la inmensa maquina estatal. He aquí que se jugará la humanidad en la próxima guerra mundial”. Héctor Rodríguez de la Sotta. O capitalismo o comunismo. O vivir en Rusia o vivir en Estados Unidos. Editorial Jurídica de Chile. 1952, p. 301-308. A obra do senador também visava questionar a postura “complacente” de grupos católicos ao comunismo, tema que foi especialmente acalorado na cena política chilena durante boa parte de seu período democrático e que começará a ganhar maior impulso logo no ano de 1948.

¹⁵⁸ “Si se quiere salvar al régimen democrático, en cuya orbita creemos posibles todas las soluciones de los mas graves problemas nacionales, tenemos que empezar a limpiarlo de todas las fistulas que lo corrompen” (DI, 23/07/1947, p.3).

¹⁵⁹ No dia 18 de abril, em manchete, o jornal reproduziu o seguinte trecho de um discurso do senador Conservador e candidato à presidência em 1946, Eduardo Cruz-Coke: “El cristianismo aspira dirigir a los hombres desde adentro: El marxismo desde afuera, con la dictadura”. Na continuação do discurso também reproduzido em primeira página o senador acrescentaria: “somos un partido social-cristiano en la expresión más profunda y precisa de la palabra – no existe una democracia que no sea Cristiana” (DI, 18/04/1947, p. 1).

El voto político aprobado en la convención del Partido Conservador que considera a la lucha contra el comunismo el problema fundamental de la civilización cristiana, es la síntesis del pensamiento claro y patriótico de una colectividad que... ve expuestas la existencia de la democracia y de sus instituciones jurídicas... esos acontecimientos obligan a pronunciarse a los grandes conglomerados políticos que pesan ostensiblemente sobre la balanza política de los pueblos... La lucha contra el comunismo no reconoce fronteras (DI, 01/07/1947, p.3)

O reforço de um antagonismo “essencial” e de um ambiente internacional de confronto contribuiu para que setores anticomunistas transformassem uma discussão que, em um primeiro momento, dizia respeito à saída do Partido Comunista do gabinete ministerial, em um debate acerca de medidas mais incisivas contra os comunistas. Entretanto, ao opor democracia ao comunismo – *El Diario Ilustrado* e *El Mercurio* -, ou desenvolvimento democrático aos interesses do imperialismo – *El Siglo* -, atribuiu-se variadas interpretações, associações e significações à ideia de democracia. A compreensão da dimensão da noção de democracia proposta e defendida pelos atores em questão não pode ser dissociada dos distintos entendimentos aplicados à noção de povo e seu “desenvolvimento” político. Diante da crise de gabinete, *El Siglo* defendia uma saída “democrática” para o problema da governabilidade. Esta solução seria aquela que atendesse aos interesses e a vontade do povo (ES 16/04/ 1947, p.3). Como o Partido Comunista fazia parte da coalizão administrativa, estabelecida por um programa de governo eleito pelo povo, era este povo que legitimava a posição do “partido popular” junto ao governo. Sacar os comunistas do gabinete ministerial poderia significar uma concessão àqueles que pretendiam “liquidar el régimen democrático y reconquistar el poder” (ES, 17/04/1947, p.3). Desde o primeiro momento, o objetivo da “reação” era encurralar o presidente, ou mesmo “sacarlo del lugar en que lo coloco el **pueblo**”(ES, 11/04/1947, primeira página, grifo meu). Ao insistir neste ponto, os editoriais de *El Siglo* procuravam estabelecer uma relação direta entre a essência do povo chileno, suas vontades e anseios, com o programa de governo Radical-Comunista “prometido al pueblo y que apunta para liberación económica del país”(ES, 14/04/1947, p. 3). Assim, romper com este programa era se afastar dos interesses do povo e da democracia¹⁶⁰. Prescindir do apoio comunista, partido que permanecia

¹⁶⁰ Talvez também em função da necessidade de que se garantissem os acordos pré-eleitorais, os comunistas defenderiam que o povo elegia um programa e não indivíduos. Neste sentido, o papel

indissociavelmente fiel ao povo e a nação, seria privar o Executivo de “la colaboración directa de la **clase obrera** y del **pueblo**”(ES, 11/04/1947, p. 3) e flertar perigosamente com tortuosos caminhos antidemocráticos.

Para o jornal, o Chile vivia o dilema entre “governo popular” ou “ditadura terrorista”. Em última instância, o que se evidenciava era um confronto entre os interesses da “oligarquia” e os desejos do povo. Em um regime democrático, “no se puede gobernar sin apoyo popular”. Este lema fora ecoado pelas mais de 60 mil pessoas que, segundo *El Siglo*, teriam comparecido a *Plaza de la Constitución*, no centro de Santiago, em grande encontro organizado para “defender la soberanía y desbaratar la maniobra de la reacción”, no qual também se ouvira em unísono: “No hay gobierno progresista sin ministros comunistas” (ES, 16/04/1947, p. 1 e p. 3)¹⁶¹. Ainda antes da definição da saída dos ministros comunistas, *El Siglo* argumentou que o presidente tentava manter a combinação ministerial. Entretanto, tropeçava em uma oposição intransigente, nas manobras de uma reação a serviço do imperialismo internacional e em uma atitude complacente de alguns setores radicais que, em total discrepância com o sentir de seu partido, facilitavam a ação dos inimigos do povo. “No obstante a eso, el Presidente da República tiene un recurso al cual apelar: el apoyo directo del **gran pueblo de Chile**, de **las masas populares** que ayer mismo han tenido oportunidad de expresarle su voluntad” (ES, 16/04/1947, p.3, grifo meu).

Desta citação é possível extrair dois elementos acerca dos entendimentos e usos atribuídos da noção de povo por este jornal. O primeiro se relaciona à valorização política do povo chileno. Ao contrário do que acontecera em outras nações, em que as forças do imperialismo, em consonância com as oligarquias locais, haviam subjugado as forças populares impondo seus interesses, no Chile o povo estava pronto para dar uma resposta à altura. Com grande desenvolvimento político e consciência de suas responsabilidades e destinos, o “invencible y heroico” povo chileno, já havia dado demonstrações de que poderia defender sua soberania e marchar pelo caminho que indicasse a sua vontade (ES, 14/04/1947, p.3). Eram justamente estes fatores incorporados ao povo do Chile que permitiam

do presidente seria cumprir este programa que era a essência de seu compromisso com o eleitorado.

¹⁶¹ Após ter feito sucessivas chamadas para o encontro em edições anteriores, neste dia, *El Siglo* deu ampla cobertura fotográfica ao evento com o objetivo de destacar a participação popular e o apoio das massas à manutenção dos comunistas no gabinete de governo.

“dar solución a los graves problemas que afligen a las masas populares” (ES, 11/04/1947, p.3). O outro ponto diz respeito à relação entre os conceitos de povo e de massa. Diante do propalado grau de desenvolvimento e conscientização popular dos chilenos, o uso destes conceitos, nesta situação específica, parece indissociado. Há uma tentativa de incorporar a totalidade cidadã enquanto massa organizada, incluindo a todos aqueles capazes de atuar em favor do estabelecimento de uma vontade que se procurava afirmar como geral. Somente estavam excluídos desta categoria aqueles que trabalhavam contra esta vontade como os setores “oligarcas”. Estes supostamente eram o não-povo, seu principal opositor.

Logo após a definição da saída dos três ministros comunistas do gabinete ministerial, *El Siglo* publicaria em editorial que um gabinete sem os comunistas representava o triunfo dos “inimigos do povo”. Somente se poderiam eliminar os riscos de uma ditadura reacionária com um gabinete no qual gravitasse o povo. O restabelecimento de um gabinete popular dependia “fundamentalmente de la unidad y movilización de las masas... por sigue y seguirá siendo vital... el afianzamiento de las relaciones entre los dos grandes partidos que tienen la máxima responsabilidad de la conducción del pueblo hacia su libertad social” (ES, 17/04/1947, p.3). Neste sentido, “la unidad de la clase obrera, de la Alianza y de todos los sectores progresistas, sigue siendo fundamental para defender el régimen democrático e impulsar el cumplimiento del programa” (ES, 18/04/1947, p.3). Quanto ao Partido Comunista, “estamos seguros que la clase obrera creará la condiciones necesarias para llevar nuevamente al Gobierno a representantes de su partido, asegurando la marcha ascendente del movimiento democrático” (ES, 17/04/1947, p. 3)¹⁶².

¹⁶² Cabe ressaltar que a ideia de “condução do povo”, para *El Siglo*, remete à concepção marxista de vanguarda. Ou seja, elementos do próprio povo, mais especificamente da classe trabalhadora, assumem a liderança do processo político em virtude da deficiência de alguns de seus setores menos conscientes de seu papel, que serão “educados” pelo processo de atuação. Sendo assim é o povo, através de sua vanguarda, o agente ideológico e dirigente político do processo de transformação nacional. Esta noção não deixa de considerar a existência de uma elite condutora. Entretanto, ela não se estabelece de “fora para dentro” em um processo de alienação e controle, mas sim emerge do seio das classes populares. Com relação a este mesmo ponto, *El Mercurio* apresenta uma visão distinta, que reforça uma posição defendida, pelo candidato liberal à presidência, ainda no pleito de 1938, em que caberia a uma camada selecionada da sociedade a condução da massa inculta. Assim, a própria democracia parece se constituir em um “presente” das classes cultas ao povo. “Las clases cultas de todos os países americanos han sentido como ineludible obligación el imponer el ritmo democrático a sus respectivos pueblos, aun cuando para ello fuera preciso arrostrar los riesgos que acarrea una rectificación demasiado violenta de los usos

Os editoriais de *El Diario Ilustrado* também defendiam que as “democracias verdadeiras” eram aquelas em que se respeitavam as vontades e decisões do povo. (DI, 13/04/1947, p.5). Entretanto formulava uma distinta interpretação quanto à participação popular, sua vontade, e mesmo quanto à própria concepção da ideia de povo. Invertendo a interpretação dada por *El Siglo*, os editoriais de *El Diario Ilustrado* afirmavam que ser povo era muito diferente de ser comunista. Enquanto um trabalhava no sentido de defender os valores patrióticos e a “grandeza de la raza” (DI, 13/04/1947, p.5), o outro visava a destruição da nação e a sua entrega a uma potência estrangeira. Sendo assim, o povo se encontrava em uma posição diametralmente oposta ao “partido internacional”, que ameaçava e atribuía a pecha de “reação” a todos aqueles que se opusessem a seus propósitos. O Partido Comunista em nenhum momento agia de acordo com a vontade das massas, mas sim procurava manobrá-las por meio de propaganda, infiltração e estratégias demagógicas¹⁶³. Seu discurso podia ter atingido a “sectores populares inocentes” que acreditaram que os comunistas resolveriam os problemas de suas vidas. Entretanto, a verdade cada vez mais se impunha à consciência popular ante a eloquência dos números e o fracasso dos comunistas no governo (DI, 16/04/1947, p.3)¹⁶⁴, posição esta partilhada pelos editoriais de *El Mercurio*.

En viajes por diferentes puntos del territorio, los Ministros comunistas prometieron una vez y otra repartir las tierras de los fundos a **las multitudes que bebían sus palabras**. Habían acogido la esperanza demagógica por desapoderada que ella fuese, y con ella componían un estupefaciente adecuado para **adormecer la masa**. (EM, 19/04/1947, p.3, grifo meu)

El Diario Ilustrado insistia que o Partido Comunista deveria se resignar com sua saída do gabinete ministerial e não criar um ambiente de tensão política, transformando organizações de trabalhadores legítimas em elementos de

de la convivencia. Y así en medio de retrocesos y de sobresaltos se ha podido constituir la democracia en pueblos que teóricamente no estaban preparados para recibirla” (EM, 14/04/1947, p. 3).

¹⁶³ “El partido internacional se esfuerza solo por tener dirigentes bien entrenados políticamente para manejar la masa. La masa que ve abrirse una puerta de escape hacia la libertad, abandona presurosa la prisión” (DI, 11/04/147, p.3).

¹⁶⁴ “El pueblo sufre los resultados de una política que carece de medula, de grandes líneas y empieza a distanciarse de la mascarada y de los que la protagonizan con lamentable olvido de sus responsabilidades... La farsa de la “democracia” comunista ha quedado una vez evidenciada ante el país” (DI, 17/04/1947, p. 3).

perturbação¹⁶⁵. Ao exigir a permanência de seus ministros e funcionários por meio de pressões e ações ilícitas, “antichilenas” e covardes, os comunistas revelavam a verdadeira face do modelo “democrático” russo. “Esa es la “democracia” rusa. Esa es la democracia que sojuzga varios pueblos de Europa, esa es la democracia que pretenden implantar en Chile los agentes de Moscú” (DI, 15/04/1947, p.3),

A despeito de não elaborar uma reflexão acerca das distinções entre os conceitos de povo e massa, há uma evidente intencionalidade política em seu uso por parte destes jornais. Ela remete não só ao seu histórico de significados como também ao projeto político que se pretende impor. Tanto *El Diario Ilustrado* quanto *El Mercurio* associavam os comunistas à massa, ou seja, a gama “adormecida”, “despreparada” e inconsciente da população. Uma multidão “alienada”, que mal conduzida pode inclusive ter reações irracionais e violentas¹⁶⁶. Da mesma forma, quando procuram legitimar as ações dos setores com os quais compartilham opinião, fazem referência ao povo. É o povo, e não a massa, que compartilha dos ideais anticomunistas, que vai às ruas para pedir a expulsão dos comunistas do governo. Também será o povo, em “plena consciencia de sus destinos”(DI, 19/04/1947, p.3) que saldará o novo gabinete e se postará junto ao presidente não só em sua decisão, como em todos os seus passos políticos a partir de então¹⁶⁷. Ainda que, por algumas vezes, aparentem utilizar estes conceitos de forma indistinta, sua adoção não se priva de determinados conceitos associados, que delimitam com maior precisão a intencionalidade dos jornais¹⁶⁸. Se as massas sustentam as decisões políticas, são

¹⁶⁵ “En las democracias serias y honradas los partidos que pierden una posición determinada se ubican sencillamente en la oposición, aguardando a que el **pueblo**, las **masas independientes del pensamiento nacional** los llamen nuevamente al ejercicio del poder. El Partido Comunista no” (DI 15/04/1947, p.3, grifo meu).

¹⁶⁶ “No hay democracia cuando las masas se lanzan a hacerse justicia por sí mismas, en una acción desorbitada y que rebasa los límites de las autoridades legítimas... cuando se asaltan los locales de los sindicatos... Esta hay que decirlo una vez más y con seguridad, no es democracia” (EM, 17/04/1947, p.3)

¹⁶⁷ Nos meses seguintes, quando o presidente González Videla iniciou um enfrentamento aberto aos comunistas seria recorrente o reforço de manchetes que tentavam mostrar o apoio popular a suas medidas. Em julho, a chegada do presidente de um giro aos países americanos que haviam realizado ações anticomunistas foi assim descrita por *El mercurio* em ampla cobertura fotográfica de primeira página. “Santiago tributó entusiasta recibimiento a S. E. - Desde Los Cerrillos hasta el Palacio de la Moneda el **pueblo** lo hizo objeto de cariñosas manifestaciones – Los saludos oficiales – Tropas de la guarnición rindieron honores al Primer Mandatario - Colegios y diversas instituciones formaron calle para recibirlo - S. E. hablo al **pueblo** desde los balcones de la Moneda – Recibió al cuerpo diplomático y a los periodistas (EM, 13/07/1947, p. 1, grifo meu).

¹⁶⁸ Para uma exposição mais detida sobre a ideia *kosellequiana* de conceitos associados e referências bibliográficas, Cf, p. 24-25.

as “masas independientes”. Se setores populares estão com os comunistas, são apenas a sua parte inconsciente. O *Diario Ilustrado* também pretendia reforçar o aspecto quantitativo desta divisão e segmentação do povo chileno. Para os editoriais do jornal, os comunistas apresentavam uma visão sectária da noção de povo, já que apenas consideravam como tal aqueles que o apoiavam.

Los comunistas que representan a un 15 por ciento del electorado total del país se creen los dueños absolutos de la voluntad del pueblo. Para ellos todo el conglomerado de partidos de oposición que a su vez representa 65 por ciento de ese electorado, no es pueblo y debe someterse mansamente a sus incontestables designios. (DI, 12/04/1947, p. 3).

O jornal acusava os comunistas de tentarem se apropriar das noções de massa e de povo, com o intuito de ampliar falsamente a sua base de sustentação em termos numéricos. A “mentirosa” cobertura, realizada por *El Siglo*, do comício comunista de 16 de abril, anunciado com enorme propaganda, mas que resultou em uma “concentración destemplada y minúscula”, evidenciava esta intenção.

Pero ¿en nombre de qué masas hablan los dirigentes comunistas?... Ese comicio fue anunciado con un derroche pocas veces visto de propaganda. Se trataba de la defensa del “programa del pueblo” y contra las maniobras de la reacción... dos a tres mil personas escucharon la literatura apocalíptica de los discursos enronquecidos por la pasión y las consignas. Este es un hecho numérico concreto... Dos o tres mil personas, en Santiago, capital de la República, ¿son la traducción de los anhelos de un “pueblo”? (DI, 17/04/1947, p.3)¹⁶⁹

De acordo com os editoriais de *El Mercurio* e de *El Diario Ilustrado*, o estabelecimento e a defesa de uma democracia “verdadeira” não se limitavam ao atendimento da vontade popular. Era necessário se ter em mente que a democracia era regulada por certas normas e princípios estabelecidos pela Constituição Nacional e normatizados pelas diversas instituições democráticas chilenas¹⁷⁰. Defender um regime democrático implicava diretamente na defesa da ordem

¹⁶⁹ A exagerada cobertura do evento pelo “órgano oficial del fascismo rojo” também revelava uma característica intrínseca aos comunistas, a propensão ao engano, à dissimulação e à mentira. Bastava ler sua primeira página da edição daquele dia. “allí se leerá que el “grandioso mitin” congregó a Sesenta mil personas... Así se explica que el redactor de “El Siglo”, alucinado por esta ficción de sus cronistas, haya escrito el editorial de ayer preñado de amenazas y terroríficas advertencias”.

¹⁷⁰ “El presidente de la republica tendrá que convencerse de que si es un Mandatario democrático, de una nación que se precia de ser de las más democráticas del mundo, tiene que gobernar de acuerdo con el criterio claramente manifestado por la mayoría de esa nación y de acuerdo, también con el precepto constitucional que dice que el gobierno de Chile es republicano y democrático representativo” (DI, 13/04/1947, p.5); “Es preciso que los gobernantes vayan encauzando sus actividades e intenciones de un modo que interpreten las ansias nacionales. Primero que todo el limpio mantenimiento de las instituciones jurídicas” (DI, 19/04/1947, p.3)

constitucional e da lei. Caberia a um gabinete de governo fazer uso desse conjunto de normas para sustentar a ordem pública e dar garantias à democracia nacional (EM, 17/04/1947, p.3). Entretanto, o que se viu durante a presença dos comunistas no governo foi uma enorme dificuldade em solucionar as constantes querelas entre as “fuerzas del orden y el comunismo militante” (EM, 18/07/1947, p.3). Por vezes, a atitude de seus ministros demonstrava “una ausencia completa de respeto a las formas de vida democrática. Las soluciones simplistas y menos respetables eran aconsejadas por la prensa demagógica para afrontar problemas serios” (EM, 19/04/1947.p.3). O estímulo às greves e às tentativas de paralisação da produção nacional, além das propostas de acordo que feriam as normas legais, foram a tônica de uma administração que, em sua saída, deixava mais uma vez expostas suas reais intenções¹⁷¹. Esta análise reforçava o argumento de que os comunistas, mesmo presentes no gabinete de governo, insistiam em atuar contra a legalidade constituída, e as normas democráticas da nação. “Que se vayan los comunistas del Gobierno con sus odios, sus deslealtades, sus programas y sus huelgas. Una democracia entera, puesta de pie, anhela redimirse al amparo del orden constitucional” (DI, 13/04/1947, p.3). De acordo com os grupos políticos conservadores articulados em torno do *Diario Ilustrado*, os comunistas desempenhavam um duplo papel¹⁷². Ao mesmo tempo em que faziam parte do governo, utilizavam funcionários e agitadores saídos de suas filas para desestabilizá-lo, agredindo traiçoeiramente a ordem estabelecida com conflitos

¹⁷¹ “Los comunistas se van de la Moneda dando un portazo... La amenaza de las huelgas progresivas cada vez más violentas, cada vez aplicadas a industria más vitales, hasta producir la capitulación de los poderes públicos, se ha formulado una vez y otra... El portazo, las amenazas, el puño el alto, todos los rasgos anti-democráticos, en suma, componen un tratado de experiencias que dejará sin duda una huella muy honda en los corazones de todos los chilenos” (EM, 19/04/1947, p. 3).

¹⁷² Carlos Huneeus entende que a adoção de uma estratégia dual por parte dos comunistas, gerou grande insatisfação na coalizão de governo e no próprio presidente da República. Se por um lado os comunistas faziam uso dos recursos institucionais que controlavam por fazer parte do governo, por outro pressionavam desde a base social com demandas reivindicativas provenientes de sindicatos e organizações sociais, comportando-se tal como se fosse oposição. O autor entende que esta estratégia foi similar a adotada pelos comunistas na França, quando formaram parte do primeiro gabinete de governo após as eleições de 1946. Isto permitiu com que os comunistas franceses consolidassem sua posição no movimento sindical. Entretanto, ainda segundo Huneeus, no caso chileno, esta iniciativa fora um erro, já que permitiu o fortalecimento de uma postura anticomunista entre os radicais e deu liberdade de atuação contrária a permanência do PC aos liberais. Carlos Huneeus. Op. Cit., p. 101. A análise de Huneeus parece abrir espaço para algumas ponderações. Em primeiro lugar, ao trazer o exemplo francês como base para a ação comunista chilena, o autor realça as relações entre o cenário político internacional e o ambiente chileno, fato que não é negado, mas, por vezes, é minimizado pelo autor. Além disto, classificar a ação comunista como um erro é válido somente se o interesse fundamental do partido fosse manter-se no governo, e não atuar conforme determinavam suas bases programáticas e ideológicas.

grevistas ilegais, de caráter político e mesmo revolucionário. Segundo *El Diario Ilustrado*, esta atitude não era novidade, ante “la complicidad suicida de gobiernos que se han llamado populares y progresistas”(DI, 13/04/1947, p. 5) os comunistas já atuavam assim desde os governos de Aguirre Cerda e Juan Antonio Ríos. Colocavam-se politicamente próximos ao Executivo, mas estimulavam suas bases a ir para as ruas protestar contra eles. “Embravecían a los sindicatos contra el orden y los lanzaban a la huelga ilícita y al trastorno revolucionario” (DI, 16/04/1947, p.3).

Ao usar a noção de revolução, ou mais precisamente de “desordem revolucionária”, *El Diario Ilustrado* procura ressaltar a perspectiva violenta, de ruptura e de oposição total à ordem constituída, presentes entre as diversas significações que podem ser atribuídas a este conceito. A elas pode-se incluir ainda uma suposta oposição às “tradições democráticas chilenas”. Impor uma “revolução” seria transformar o país em um simulacro da União Soviética com todas as limitações às liberdades individuais e públicas que o jornal incessantemente associava a este regime. Neste sentido a posição comunista junto ao governo legal poderia ser abandonada a qualquer instante, já que não passava de um artifício para se atingir seus objetivos revolucionários. Sua postura “democrática” era uma farsa que começava a se descortinar com as sucessivas ações contrárias à legalidade, coordenadas pelo Partido Comunista. Este, “no vacila en las amenazas, no se detiene en las facultades constitucionales del presidente de la República para solucionar la crisis política... [Estimula] la revuelta, la indisciplina y la convulsión revolucionaria” (DI, 17/04/1947, p.3). Para evidenciar esta postura, *El Diario Ilustrado* destaca um editorial de *El Siglo*, publicado no dia 11 de abril, intitulado “cuidado, señores de la reacción”. Seus autores alertavam para possíveis contra-ataques populares às sabotagens praticadas pela “oligarquia criolla” aos projetos do governo. Segundo a opinião presente em *El Diario Ilustrado*, o editorial expunha o verdadeiro rosto do comunismo chileno, que, com sua “audácia habitual”, pretendia atribuir aos partidos “democráticos” atividades contrárias à ordem constitucional¹⁷³.

¹⁷³ “Culpa la mayoría derechista que hace una serena y levantada oposición de los tropiezos que el mismo pone al labor gubernamental; y además amenaza con la violencia revolucionaria sino guarda silencio y deja de ejercer sus legítimos derechos de fiscalización como en todo régimen democrático” (DI, 12/04/1947, p. 3). Para *El Diario Ilustrado*, a estratégia comunista também pretendia, em vão, distrair a atenção do povo do fato histórico mais vergonhoso daqueles tempos.

À tentativa de ressaltar o caráter ilegal e “revolucionário” dos movimentos grevistas, somavam-se diversas acusações quanto a ações criminosas praticadas por quadros comunistas inseridos em meio aos trabalhadores. Elas incluíam, além do uso de violência excessiva, a destruição de propriedades e bens públicos e até mesmo assassinatos de opositores. Os comunistas, por sua vez, tentavam mostrar que a possibilidade de reivindicar melhores salários e condições de trabalho por meio de greves era um direito legítimo e democrático dos trabalhadores¹⁷⁴. Além disso, os movimentos grevistas eram ordeiros e pacíficos. De acordo com *El Siglo*, o povo já estava ciente de que a construção de um cenário de caos social não passava de uma ficção elaborada por uma antipatriótica associação entre grupos fascistas, uma “reação ensoberbada” e o “imperialismo norte-americano”, com o objetivo de interromper o desenvolvimento democrático nacional. “El pueblo está advertido de lo que se trama a espaldas suyas. Y una vez más como en tantas otras ocasiones memorables, sabrá darlo todo en defensa de lo que es la legalidad democrática y las conquistas sociales”(ES, 13/04/1947, p.3). Ainda quando ocorriam conflitos, eles não eram iniciados pelos grevistas, mas sim por provocadores fascistas infiltrados no movimento. “Quienes usan de los medios terroristas... son los sirvientes del imperialismo, los que militan en organizaciones clandestinas armadas por los enemigos de la patria para atentar contra el orden constitucional y contra la democracia” (ES, 13/07/1947, p.7)¹⁷⁵.

O argumento de que os comunistas atuavam em desacordo com a legalidade não se restringiu à discussão em torno das greves, outro tema que gerou

O “colossal fracasso das equipes vermelhas” na administração pública. Em vez de acabar com os problemas da população e com a inflação, tal como prometido, a chegada dos comunistas no governo coincidiu com o reinado das filas para se adquirir alimentos, com sérios problemas de distribuição e com “las alzas de la mantequilla, la carne, el arroz, la fruta, el gas, la luz, la movilización, los huevos, etc.” (DI, 16/04/1947, p.3)

¹⁷⁴ Nos meses seguintes, as críticas aos movimentos grevistas se intensificaram, passando a ser reverberadas inclusive por ministros de estado. Contudo, *El Siglo* seguiria com a defesa dos movimentos reivindicativos enquanto preceito democrático característico da sociedade chilena. “Algunos ministros han... formulado diversas declaraciones respecto a los movimientos reivindicativos... involucra un doble desconocimiento que está en franca pugna con el carácter democrático de nuestra estructura institucional: desconocimiento de hecho – no decimos de palabra - a las razones de suprema necesidad que mueven a los empleados a reclamar un reajuste de sus rentas, y desconocimiento al legítimo derecho de éstos a plantear y defender sus reivindicaciones” (ES, 23/07/1947, p.3)

¹⁷⁵ A participação comunista em supostas “greves políticas” e “sem reais motivações econômicas” também foi alvo de duras críticas de *El Mercurio*. As greves ilegais paralisavam atividades fundamentais ao desenvolvimento da nação e deveriam ser tratadas com os rigores de lei, cujo texto era constantemente recuperado por seus editoriais para comentar cenários e justificar posições que, por vezes, incluíam sanções aos grevistas.

tensões estava relacionado à garantia da propriedade. Um dos pontos cruciais no programa de governo de González Videla, elaborado com a contribuição dos comunistas, além de versar sobre a sindicalização camponesa, considerava um impulso a uma reforma agrária que contemplasse “la subdivisión y distribución de los grandes latifundios y tierras baldías, entre los inquilinos, medieros y trabajadores agrícolas”¹⁷⁶. Entretanto, a resistência de amplos setores liberais, conservadores e de parte do Partido Radical, dificultavam qualquer avanço neste sentido. No Congresso, a situação foi ainda mais delicada em função das inúmeras ameaças do Partido Liberal de retirar-se da base do governo, ampliadas com a presença de um ministro comunista na pasta de Agricultura, visto como um perigo aos interesses dos proprietários de terras¹⁷⁷. Durante os primeiros meses de 1947, o aumento dos conflitos entre trabalhadores rurais e proprietários de terra foi amplamente noticiado. Enquanto *El Siglo* ressaltava que os “latifundistas” e “terratenientes” promoviam demissões em massa e faziam uso de excessiva violência para reprimir “campesinos”, “obreros del campo” e a instalação de “sindicatos agrícolas”, *El Diario Ilustrado* destacava a criação de um clima artificial de confronto entre “agricultores” e trabalhadores rurais, promovido por “agitadores comunistas” que estimulavam greves ilegais e sabotagens com o intuito de impedir as colheitas, em mais uma atitude prejudicial ao governo a que eles mesmos pertenciam. Novamente revelando o caráter traiçoeiro, falso e dissimulado, intrínseco aos comunistas.

O tema era amplo e envolvia diversos interesses e questões legais. Enquanto as discussões quanto à sindicalização do trabalhador rural agitavam o Congresso, a reforma agrária não passava de um projeto inacabado e enfrentava

¹⁷⁶ “El Programa que dará la Victoria”, *El Siglo*. 22 de julho de 1946, p. 3 e 4. Apud. Carlos Huneeus. Op. Cit., p. 74.

¹⁷⁷ Durante os meses em que o PC esteve no gabinete, o engenheiro agrônomo comunista Miguel Concha ocupou a pasta de Agricultura. Neste período, o PC estimulou a mobilização política no campo. O suporte da estrutura e dos recursos institucionais do Ministério da Agricultura acelerou o processo e aumentou a tensão com setores proprietários, outros partidos da base de governo e com o próprio presidente. Este, a despeito de seu programa de governo, pretendia que os comunistas atuassem como um freio às iniciativas e demandas sociais rurais, e não como seu agente impulsionador. Em verdade, esquecida pelos governos da *Frente Popular*, a situação social no campo chileno era grave. A concentração de propriedades e poder permitia ao “patrón” exercer grande influência sobre uma gama de trabalhadores muito mal pagos e em péssimas condições de vida. Os índices de analfabetismo eram muito altos e a prática do suborno e controle de votos era muito comum. Foi neste ambiente que os comunistas estimularam a organização e mobilização dos trabalhadores, alcançando um incremento em mais de 30% nos pedidos de abertura de sindicatos rurais entre os anos de 1945 e 1947. Carlos Huneeus, op. cit., p. 102 – 103.

um debate jurídico constitucional que ressaltava aspectos relativos à desapropriação e indenização¹⁷⁸.

Situada em termos jurídicos, a defesa da propriedade se dava a partir da evocação de uma legalidade constitucional, que protegeria os proprietários das violações e atropelos legais cometidos pelo Executivo, nas ações do Ministério da Agricultura¹⁷⁹. Os debates em torno da questão da propriedade não se restringiam ao campo. Ao discutir uma decisão judicial que determinava o uso da força pública para garantir o despejo de inquilinos inadimplentes, na cidade de Santiago, não cumprida pelo intendente René Frías, *El Mercurio* novamente se utilizou do argumento da legalidade constitucional para proteger os proprietários. Além disso, apresentou mais um alto funcionário comunista como alguém descompromissado com os preceitos legais e com a ordem jurídica estabelecida¹⁸⁰. A manutenção do debate estritamente no campo da legalidade constitucional não considerava os efeitos devastadores da crescente alta no custo de vida e da inflação nas previsões financeiras dos inquilinos, o que muitas vezes implicava no aumento da inadimplência. Embora não desconhecêssem este

¹⁷⁸ *El Mercurio*, em editorial publicado em 13 de abril de 1947, intitulado “La propiedad defendida por la justicia” comentou uma decisão da Corte Suprema chilena, que versava sobre a garantia total à propriedade ou o direito a indenização prévia no caso de desapropriação para fins de utilidade pública. “Esta garantía constitucional a la cual nos hemos referido en oportunidades anteriores al darle el carácter de uno de los preceptos más importantes del régimen jurídico existente, estaba en peligro de ser desconocida... Sería ciertamente doloroso [expropiación de una área productiva] para el orden público que las autoridades prevalidas de un texto legal sin duda incompatible con las disposiciones constitucionales, abatieran el campo productor... mientras no se hubiese ajustado una indemnización legítima” (EM, 13/04/1947, p. 3).

¹⁷⁹ É interessante notar que esta defesa intransigente de preceitos constitucionais não se aplicava para a questão da sindicalização camponesa. Este era um direito legal, reconhecido aos trabalhadores rurais pelo Código do Trabalho de 1931, mas que na prática era rechaçado por agricultores e pelos partidos de direita. Em 1938, diante da efervescência provocada no campo pela vitória da *Frente Popular*, o aumento das pressões dos proprietários de terra levou o novo governo a deter a sindicalização por meio de uma resolução do Ministério do Trabalho, baixada em 28 de março de 1939. Embora contradísse não só os direitos estabelecidos pelo Código, mas também acordos internacionais ratificados pelo Chile, a norma prevaleceu durante os governos de Aguirre Cerda e Juan Antonio Ríos. Em 1947, frente à mobilização em torno do estabelecimento de sindicatos rurais, os liberais buscavam elaborar uma lei que inviabilizasse a organização rural. Em abril, isto se materializou em um projeto de lei aprovado no Congresso, que impunha diversas restrições à liberdade de associação sindical. Para maiores detalhes sobre o conteúdo da lei e a crítica de juristas chilenos ao seu formato, ver, Carlos Huneeus. Op. cit., 89-90 e 107-108.

¹⁸⁰ “Es indispensable restablecer la disciplina constitucional y legal en las relaciones entre los representantes de los Poderes Públicos... No es excusable, en forma alguna, que un funcionario administrativo se permita desafiar las atribuciones que otorga la Carta Fundamental a la Corte Suprema... Tanto menos explicable es esta actitud de rebeldía condicional en que se colocó el Intendente Comunista (EM, 16/04/47, p.3). Em meio à discussão, o Intendente publicara uma nota na qual “se reservaba la calificación de los fallos judiciales, antes de darles cumplimiento, porque necesitaba imponerse de los antecedentes y examinar si esas “orientaciones sociales del Gobierno” le autorizaban o no para cumplir el deber de acatar inmediata y lealmente lo resuelto”. Apud. EM, 16/04/1947, p.3

problema, os editoriais de *El Mercurio* insistiam que a manutenção da lei tal como estabelecida pela Constituição era o único caminho viável a ser seguido para se evitar a desordem total¹⁸¹.

As discussões acerca da legalidade das ações do Partido Comunista e de seus representantes ganharam mais espaço nos titulares e editoriais da imprensa após os confrontos violentos ocorridos durante a greve dos funcionários de empresas de transporte em junho. Tanto *El Mercurio* quanto *El Diario Ilustrado* adotaram uma retórica mais violenta, a qual se agregava argumentos estratégicos e mesmo morais. Os comunistas, por sua vez, em nenhum momento se entenderam como em uma posição contrária à legalidade. Ainda quando esta se afastava dos “legítimos interesses do povo”, o partido insistia na busca de sua alteração através dos canais democráticos. Ou seja, por meio de proposição de projetos de lei e legítima pressão popular. O PCCh afirmava que seus métodos eram claros e democráticos, seus funcionários mantinham-se em consonância com suas atribuições legais e suas posições junto às instâncias de governo lhe haviam sido garantidas pelo voto popular. Já seus opositores, somente se mostravam fieis à legalidade quando esta servia a seus interesses¹⁸². Sem ter a legalidade como seu elemento motivador, as ações contra os comunistas se constituíam apenas em mais uma expressão da “ofensiva reaccionaria en contra el pueblo”.

Neste contexto, *El Siglo* insistiu na construção da oposição entre “povo” e “elementos da reação”, ou entre “cidadania” e “especuladores”, como no caso contra o Intendente Frías. Para o jornal, todo este conjunto de ações visava apenas

¹⁸¹ “Nadie duda de que haya muchos arrendatarios de buena fe, a quienes alguna desgracia ha impedido cumplir. Pero el peligro estriba en que estas actitudes sentimentales de la autoridad alienen a los malos para hacerse pasar entre los buenos... poniendo en jaque el derecho de los propietarios a disponer de sus bienes” (EM, 18/04/1947, p. 3). Diante das atitudes “contrárias a legalidade constitucional”, apresentou-se, junto a Corte de Apelações, um pedido de exoneração do Intendente Frías, posteriormente acolhido e aprovado pela Comissão de Legislação do Senado. Em editorial intitulado “Si trata de una cuestión social, profundamente social”, *El Siglo* assim reagiu ao processo contra o Intendente “Sin vulnerar la ley, sin dejar de cumplir diligentemente todos los deberes inherentes a su cargo, sin desobedecer las decisiones del Poder Judicial, actuando exclusivamente dentro de su esfera de atribuciones, Frías ha evitado el lanzamiento de 15 mil personas, magnífica labor que toda la **ciudadanía valoriza y aplaude**... En realidad, la presentación de la querrela en contra del intendente de Santiago, la acogida favorable que le brindó la Comisión de Legislación y la actitud que seguramente tomará hoy la mayoría de los senadores, no tiene nada que hacer con la Constitución o con la ley, por cuanto **ningún principio constitucional o legal ha sido quebrantado por ese funcionario**”(ES, 02/07/1947, grifo meu).

¹⁸² Os grupos “fascistas”, conspiradores e sediciosos que se associavam aos “más retrógrados sectores reaccionarios”, somente “aparentan estar con los gobiernos legales cuando éstos se separan de las fuerzas populares y se colocan en una actitud de oposición a las legítimas demandas económicas de los obreros y empleados” (ES, 01/07/1947, p.3).

amedrontar aqueles que estavam dispostos a trabalhar “en defensa de las massas populares” e impedir o fiel cumprimento de um programa de governo que atendia aos interesses do povo. *El Diario Ilustrado*, por sua vez, contra-argumentava que o discurso comunista nada mais era do que uma estratégia demagógica que expunha, efetivamente, sua “baixeza moral”.

¿Cómo ocultan los comunistas la crudeza repulsiva de sus inhumanos principios? La táctica de “las verdades a medias” es puesta al descubierto – Los rojos son verdaderos maestros en el arte de exhibir, exagerar y atacar injusticias sociales innegables, para luego tratar de imponer en el mundo la mayor y la más espantosa de todas las injusticias; el yugo cruel de la esclavitud soviética. (DI, 08/07/1947, p. 1).

Aceitar a manutenção desta postura demagógica poderia gerar efeitos desagregadores na ordem social que só poderiam ser detidos “mediante una enérgica y clara declaración oficial en la cual se dejen establecidos los puntos que más interesan a la conservación de la paz.”(EM, 08/07/1947, p.3).

Ao longo dos meses seguintes, este discurso se tornou mais contundente, com a incessante associação dos crescentes movimentos grevistas a atitudes danosas ao regime democrático. Por parte do Poder Executivo, o discurso anticomunista se converteu em ações efetivas, promovidas com o recurso a mecanismos legais estabelecidos na Constituição, ainda que sua aplicabilidade e destinação possibilitassem questionamentos. Ao mesmo tempo, a legitimidade das ações passou a ser cada vez mais associada a situações de perigo iminente e a valores morais e tradicionais. Como se verá, quando as proposições do governo foram insistentemente questionadas em sua constitucionalidade, estes argumentos operaram em conjunto para se respaldar “legalmente” e “legitimamente” as medidas anticomunistas.

1.3 – A polarização dos discursos e a perseguição aos comunistas

A partir de meados de julho, após o retorno do presidente de um giro por países latino-americanos, que incluiu uma passagem pelo Rio de Janeiro¹⁸³, o Executivo efetivamente iniciaria uma ofensiva contra o Partido Comunista.

¹⁸³ Nesta cidade, às vésperas de uma conferência da Organização dos Estados Americanos (OEA), o presidente González Videla, endossara os planos de cooperação militar entre os EUA e a América Latina. Andrew Barnard. Op. Cit., p. 135.

Naquele momento, o país enfrentava uma difícil situação econômica com a inflação atingindo níveis muito elevados e com as altas de preço afetando produtos básicos da cesta dos chilenos. No campo político, o governo tinha muitos problemas para a conformação de um novo gabinete de “unidade”, que substituísse aquele “provisório”, composto apenas por radicais. Qualquer retorno comunista ao governo fora totalmente descartado com a aprovação de uma resolução do Partido Radical que impedia sua convivência com partidos de doutrinas “contrárias” em um mesmo governo. Por outro lado, liberais e conservadores faziam exigências exageradas para participar do gabinete ministerial, o que também contrariava as bases radicais. Para completar o quadro, o governo ainda convivia com um crescente mal-estar nas Forças Armadas, gerado pela crise econômica, baixos salários e falta de equipamentos.

No dia 1 de agosto, após tentar a formação de um gabinete composto apenas por militares, González Videla organizou um gabinete ministerial de caráter civil-militar, em uma aparente tentativa de acalmar as críticas no seio das Forças Armadas e cooptar o apoio da direita no Congresso. O novo gabinete anunciou um programa de estabilização que incluía cortes em gastos públicos, uma nova política de preços e medidas contra as chamadas greves “ilegais”. Ao alertar para o caráter “antidemocrático” destas medidas, o Partido Comunista ressaltou que os trabalhadores estavam fazendo greves por razões de suprema necessidade, e não por estratégias políticas. Contudo, diante das ameaças de coerção, a única saída que cabia aos trabalhadores era manter a mobilização em busca de soluções “populares” para a situação do país.

Em meio à polêmica iniciaram-se diversas greves¹⁸⁴. Interpretando-as como ações a serviço do PCCh para paralisar a economia e desestabilizar a nação, o presidente decretou que a área carbonífera passaria a se constituir em Zona de Emergência. Assim, impôs o controle militar às comunas de Lota e Coronel e suspendeu temporariamente as liberdades de expressão, reunião e de imprensa. Além disto, determinou a exclusão de todos os funcionários comunistas do

¹⁸⁴ Nas regiões carboníferas de Lota e Coronel, os sindicatos de trabalhadores se mobilizaram contra a aprovação de um aumento no preço do pão, a qual se somou outras reivindicações trabalhistas. Posteriormente, a eles uniram-se os mineiros do cobre da região de El Teniente e o sindicato dos ferroviários, todos com grande presença comunista.

Estado, incluindo governadores e intendentes¹⁸⁵. Estas ações, associadas a uma retórica de defesa da tranquilidade da nação, foram acompanhadas da aprovação no Congresso de um projeto de lei para uso de Faculdades Extraordinárias por seis meses, período muito maior do que o necessário para solucionar os problemas conjunturais de convulsão social nas zonas mineiras¹⁸⁶. Qualificado como antidemocrático pelas lideranças comunistas, o projeto também encontrou resistências entre socialistas, falangistas e mesmo entre alguns setores radicais. Enquanto uns afirmavam que a greve tinha motivações econômicas, outros insistiam que a lei existente já garantia recursos suficientes para a solução do problema. Ainda assim, o projeto foi aprovado sem maiores dificuldades pela Câmara dos Deputados por 81 votos contra 29. Em outubro, após uma nova greve em Lota e Coronel, ainda sob o estado de Zona de Emergência, o presidente da República anunciou um estado de “Guerra” contra o “comunismo internacional”, e iniciou uma série de medidas contra o Partido Comunista que incluíram a imposição de censura prévia ao diário *El Siglo* e culminaram em diversas prisões de líderes comunistas¹⁸⁷. Utilizado para justificar legalmente diversas medidas que feriam liberdades e princípios democráticos fundamentais, o “Estado de Guerra” apoiava no perigo da ação “internacional” e “antinacional” dos comunistas. Apoiada por conservadores e liberais, a ação do governo sinalizava para a adoção de medidas “enérgicas”. Naquele momento, o discurso contra os comunistas ganhou novos contornos. Enquanto em abril, se defendia que os comunistas conseguiam apoio nas classes trabalhadores por meio da manipulação ideológica, a partir de então, a argumentação oficial acrescentaria que o Partido Comunista

¹⁸⁵ Em discurso oficial, proferido em 22 de agosto, responsabilizou diretamente o Partido Comunista por colocar em prática, através de uma ação grevista “revolucionária”, um plano visando impedir que o governo resolvesse o problema do desabastecimento. Carlos Huneeus, op. cit., p. 136.

¹⁸⁶ Em verdade, todo o processo legal foi desmedido, para decretar a Zona de Emergência o governo se apoiou na Lei de Segurança do Estado, elaborada para ser utilizada em situação de risco eminente para Nação, em estado de guerra. Já as Faculdades Extraordinárias também deveriam restringir-se a situações pontuais e não perdurar por largos períodos tal como foi aprovada.

¹⁸⁷ A região carbonífera foi ocupada militarmente em uma operação sem precedentes, e os mineiros foram forçados a retornar ao trabalho. Cerca de quatro mil soldados fortemente armados realizaram detenções em massa, remoções e convocações de reservistas para substituir os mineiros que se negavam a retornar ao trabalho. Carlos Huneeus op. cit., 142-144. Ofertas de substituições partiam de sindicatos controlados por socialistas anticomunistas, e alguns trabalhadores foram deportados da região. Ainda assim, a greve não foi controlada de imediato com os militares chegando ao ponto de confiscar estoques de alimentos e proibir a pesca. Os trabalhadores só começariam a reassumir suas funções em 21 de outubro, duas semanas após o início da mobilização. Andrew Barnard, op. cit., 135.

também usava a violência para obrigar os trabalhadores a atender a seu comando. Tudo isto sob o amparo de leis sociais que atribuíam excessivo poder aos sindicatos¹⁸⁸.

Sufocada a greve, o combate aos comunistas se manteve. Durante os meses seguintes, todo o discurso oficial, reverberado pelo *Diario Ilustrado* e por *El Mercurio*, parece se orientar sob três premissas básicas: a “ilegalidade” dos atos grevistas, os danos que estes causavam à economia nacional e seu controle através de maquinações do comunismo internacional. Neste cenário, alcança maior repercussão a ideia de que a “democracia chilena” deveria se preparar para um confronto inescapável, sob a proteção de novos atributos legais. Durante este período, as discussões acerca da constitucionalidade da *Ley de Facultades Extraordinarias*, de seu caráter democrático e dos direitos individuais dos trabalhadores afetados pela ação do Executivo, passaram ao largo dos editoriais destes jornais. Não custa lembrar que, durante a mobilização grevista, não houve qualquer tentativa prévia de negociação, ou contato com os sindicatos, e o poder de recrutar novos empregados fora, peremptoriamente, promulgado. Mesmo as discussões em torno dos desejos do povo chileno foram inseridas no contexto da defesa da soberania nacional contra a penetração de “interesses externos” em um momento de conflito. Foi justamente sob a acusação de colaboração com ações subversivas de comunistas chilenos que o presidente González Videla expulsou do país funcionários tchecos, iugoslavos e soviéticos para, em seguida, romper

¹⁸⁸ El Presidente de la República adoptará todas las medidas encaminadas a conjurar el peligro de esta acción revolucionaria que obedece a un plan premeditado, e igualmente está dispuesto a poner término definitivo al control que **por medio de la violencia mantiene el Partido Comunista** sobre las masas asalariadas de la zona carbonífera, control que se ejercita **al amparo de nuestras leyes sociales**, que no se han dictado para servir intereses políticos, ni menos aquellos que en las actuales circunstancias proceden **por inspiración de potencias extranjeras**, traicionando así los altos intereses nacionales. *La Hora*, 6/10/1947, p. 11. Apud. Carlos Huneeus, op. cit., pp. 144-145. O argumento de que os comunistas usavam de violência para controlar os trabalhadores foi amplamente adotado pelos militares nas zonas de emergência, que classificavam sua presença no local como uma resposta a um ataque às liberdades e não como um ato que as suprimia. No dia 16 de outubro, após reunir os trabalhadores que se negavam a trabalhar no pátio de uma escola pública de Lota, o general Danús lhes disse: “Los que se nieguen a volver a sus faenas, con los aumentos de salarios que ya todos conocen, tendrán una pena de 3 años y un día de prisión inmutable. Los que decidan volver a los piques gozarán de todas las garantías. Las Fuerzas Armadas ya no se moverán de estos sitios. Defenderán sus vidas, y la dictadura comunista ha terminado en este pedazo de Chile. Los individuos que los aterrorizaban... ya no volverán más. Mañana saldrán relegados a diversos sitios del país”. Apud. Luis Hernández Parker. *La Guerra Fría en Chile: el gobierno rompe huelga del carbón*. 17/10/1947. In: Pamela Hernández y Silvia Hernández (selection). *Señores Auditores: muy buenas tardes*. Santiago: Lom ediciones, 2010, p. 31. Da declaração do general extrai-se um detalhe no mínimo curioso, quem não quisesse ser salvo poderia ser preso.

relações diplomáticas com todos os países comunistas¹⁸⁹. Sob o Estado de Emergência, a desmedida perseguição aos comunistas foi intensificada com a prisão e, posterior, remoção de inúmeros relegados políticos para centros de reclusão como o de Piságua, então comandado pelo capitão Augusto Pinochet¹⁹⁰. Diante da imposição da censura, os comunistas tinham poucos canais de argumentação. Em novembro, o senador comunista Pablo Neruda, então poeta já amplamente reconhecido internacionalmente, publicou na imprensa venezuelana um artigo crítico ao governo intitulado “La crisis democrática de Chile es una advertencia dramática para nuestro continente”. Nele afirmou que a tradição democrática chilena e as liberdades individuais estavam sendo esmagadas, de forma conjunta, pela pressão estrangeira e pela traição de um presidente eleito pelo povo¹⁹¹.

¹⁸⁹ Sofía Correa, op. cit., p.149 e Andrew Barnard, op. cit., p. 137.

¹⁹⁰ Piságua foi o local que concentrou a maior quantidade de presos políticos. Nos momentos de maior pressão contra os sindicatos do cobre e do salitre, a localidade chegou a contar com mais de 700 trabalhadores relegados, oriundos de diversas localidades. Carlos Huneeus, op. cit., p. 171-177. Segundo o autor, esta experiência de atuação no controle da vida política, que ia da administração das zonas de emergência até a participação no gabinete ministerial, em primeiro lugar, desmente os argumentos de que o período dos governos radicais foi marcado pelo afastamento dos militares da política sob alegações de obrigação constitucional. Em segundo lugar, teve fortes consequências no interior da jovem oficialidade das Forças Armadas que, anos mais tarde, participaria de um golpe contra o sistema democrático, como no caso do próprio Pinochet. O legado anticomunista e a construção da imagem de um inimigo irreconciliável, “una bestia negra”, permaneceram vivos na memória de boa parte destes oficiais ao longo de toda sua vida. Andrew Barnard entende que, naquele momento, ainda que muitos oficiais ainda se assumissem enquanto constitucionalistas, começava a se delinear um perfil mais anticomunista, também em função da relação com oficiais norte-americanos. Op. cit., p. 130. O convite à ação, certamente, contribuiu para aguçar e reforçar ainda mais este perfil.

¹⁹¹ Envolvido pelo imperialismo norte-americano e pela velha “oligarquia feudal” chilena, o presidente abandonara seu programa de governo e conduziu o país a uma grave crise econômica. Após descrever a condição inumana em que viviam e trabalhavam os mineiros de Lota e Coronel, o senador destacou que o governo usara de extrema violência para reprimir uma greve legal, inteiramente ajustada às normas do Código Nacional do Trabalhador, aprovada por ampla maioria sindical. Denunciando a existência de campos de concentração e trabalho forçado, o senador chegou a afirmar que o presidente tentava impor um Estado Policial no país em total desrespeito ao regime democrático. “O povo de minha pátria não pode mostrar em parte alguma o desprezo que lhe merecem estas atitudes e estas traições. O terror, a intimidação, a censura da imprensa e do rádio, a delação instigada pelo governo reinam neste momento. Não há garantias individuais, nenhuma liberdade é respeitada pelo Estado Policial de González Videla. Os domicílios são invadidos à noite e os moradores são atirados à prisão ou levados para zonas inclementes, sem serem interrogados e sem sequer lhes serem feitas quaisquer acusações”. Pablo Neruda. A crise democrática do Chile é uma advertência dramática para nosso continente. In: Para nascer nasci. São Paulo: Difel, 1980, p. 271. Artigo foi publicado pela primeira vez no jornal *El Nacional* de Caracas no dia 27 de novembro de 1947 e reproduzido em compilação organizada por Matilde Neruda, em 1977, intitulada, “Para nacer he nacido”. Aqui utilizo sua versão em português traduzida por Rolando Roque da Silva. O artigo provocou a indignação do presidente que iniciou um processo contra Neruda para retirar sua imunidade e condená-lo por “ultraje à nação e injúrias contra o presidente”. Logo após perder o foro privilegiado em 05 de janeiro 1948, e seguir para a vida na clandestinidade por mais de um ano até fugir por uma passagem na cordilheira para a

Ao invés de repercutir os exageros contras as liberdades civis, *El Diario Ilustrado* e *El Mercurio*, mantiveram o foco na penetração comunista internacional, na ilegalidade das ações grevistas e em seu prejuízo à economia¹⁹². Seus editoriais tentavam demonstrar que o governo agia em conformidade com a lei e que visava apenas reintegrar as organizações de trabalhadores ao canal que lhes abriram “las leyes dictadas en los países democráticos”. Em meio ao processo reivindicativo dos meses anteriores, a lei fora “burlada por agitadores profesionales y los obreros chilenos indignamente engañados” (DI, 11/12/1947, p.3). Somente sob a proteção desta lei é que poderiam ser reconhecidas as conquistas dos trabalhadores. As ações repressivas de autoridades militares, as demissões e os cancelamentos de contratos também foram justificados em prerrogativas estritamente legais. Em editorial, intitulado “Siempre dentro de la ley”, *El Mercurio*, assim descreveu as ações do governo contra uma greve de ferroviários.

Dentro de las facultades que, en conformidad a disposiciones legales vigentes, tiene la superioridad militar en los ferrocarriles... a cancelar los contratos de los elementos que por su probada actuación disociadora, han demostrado que obedecen más a las consignas de los jefes comunistas que a las ordenes de las autoridades del servicio... Procediendo siempre de acuerdo con la ley, los obreros despedidos de los servicios ferroviarios guardan todos los derechos que legítimamente les corresponden... No ha habido persecución alguna, sino que simplemente la autoridad, ante un estado de hecho y de consecuencia muy graves como es de los ferrocarriles en huelga, ha procedido a reorganizar el personal... solamente se han adoptado medidas de orden y de previsión en beneficio de los obreros amenazados por la incontrolada prepotencia de las directivas comunistas (EM, 13/12/1947, p. 3)¹⁹³

Argentina, Neruda ainda pronunciaria um último discurso no senado, intitulado *Yo Acuso*. Nele, reiterou de forma mais dura as críticas e acusações anteriores.

¹⁹² “Nosotros también sufrimos pérdidas considerables por las huelgas... es indispensable conocer cuanto costo la reciente paralización de servicios en los ferrocarriles y que disminución se produjo en los ingresos diarios de la empresa... es preciso que nadie ignore lo que ha costado en pérdidas de dinero, en menor producción, la serie de paros y de trastornos provocados en Chile por El Partido Comunista... se medite en las cifras del costo de estas huelgas, que esperamos habrán de entregarse a la publicidad, como una de las formas de agregar nuevas pruebas de convicción de la falacia y la traición comunistas” (DI, 12/12/1947, p.3) Ainda que censurado, *El Siglo*, por sua vez, procurava mostrar que as greves eram provocadas pela situação econômica e não eram fatores geradores da crise. A inflação, principal problema para economia do país, não advinha da pressão dos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho, mas sim da especulação e do favorecimento aos interesses externos.

¹⁹³ Nesta ocasião, o governo despediu mais de 600 funcionários da *Cia. de Ferrocarriles del Estado*. A dureza das medidas criou um estado de insegurança e mal-estar entre o conjunto dos trabalhadores que levaria a novas tensões nos meses seguintes. Independentemente de qualquer ação comunista, o ambiente criado conduziu a diversas ações de sindicatos que se sentiram ameaçados em seus direitos. Carlos Huneeus, op. cit., p. 214.

Se o governo agia de acordo com a lei, os comunistas, por outro lado, eram interpretados como essencialmente contrários às leis vigentes e aos preceitos constitucionais¹⁹⁴. Além disto, como se constituíam em meros instrumentos do totalitarismo soviético, atuavam permanentemente contra os interesses nacionais e os valores tradicionais “chilenos”. De acordo com o *Diario Ilustrado*, o controle político dos sindicatos pelos comunistas se tornara um problema em todo o mundo ocidental. Contudo, em uma ação para devolver a liberdade aos trabalhadores controlados por implacáveis ditaduras sindicais, o Chile, afortunadamente, reagira antes que muitos povos (DI, 11/12/1947, p. 3). A partir desta interpretação, percebe-se que o debate passava a se distanciar de uma disputa entre uma variada gama partidária para resumir-se no embate entre dois grandes grupos de interesses: nacionais e estrangeiros. Nestes dois polos, os anticomunistas estavam junto aos anseios da nação e os comunistas ligados a lemas estrangeiros. Para estes jornais, era desta forma que a sociedade chilena compreendia a agitação social e grevista¹⁹⁵. Este cenário não somente se aplicava ao problema das greves como a toda confrontação política que se dava no país. Em seu famoso programa radiofônico, Luis Hernández Parker, assim resumiu o ambiente político de então. A citação é longa, porém relevante.

Las fuerzas en Chile, como en Francia, como en muchos otros países, se polarizan abruptamente. Sólo se perfilan dos fisionomías con cuerpo y alma propios: el anti-comunismo y el comunismo. Y los anticomunistas se quieren ser dinámicos deben dejar de jugar al avestruz y mirar el comunismo de frente, en todo su poder que emana no sólo de las energías que forma en cada nación, sino de las energías que le facilita el empuje mundial que representa Rusia Soviética y su papel en la sociedad humana moderna

Con todo, señores auditores, el dilema en Chile, anti-comunismo o comunismo, se ha inclinado en forma notoria a favor del primero, del anti-comunismo. De ahí proviene hoy la suma de poder que rodea al presidente

¹⁹⁴ “Nuestra Constitución establece que Chile es “republicano y democrático representativo”. El comunismo quiere una dictadura omnímoda... Contradice nuestra base orgánica. La contradice cuando proclama la autocracia o soberanía del Estado, pues nuestra constitución declara que “La soberanía reside esencialmente en la Nación, la cual delega su ejercicio en las autoridades que la constitución establece... Dice la Constitución: “La Fuerza pública es esencialmente obediente”; el comunismo predica la desobediencia... La propaganda comunista no hace sino lo que esta ley juzga delito: la violencia, la imposición de condiciones a empresas y gobierno, sob pena de huelga y paralización del trabajo y la producción” (Manuel Francisco Mesa Seco, Apud, DI, 14/12/1947, p. 4)

¹⁹⁵ “La opinión publica chilena, la auténtica opinión nacional del país, que no está subordinada a consignas extranjeras, se ha formado ya sobre los sucesos de los ferrocarriles un claro concepto. Lo Gobierno, en uso de facultades legales y en cumplimiento del deber primordial que tiene de mantener el orden público, ha procedido a instaurar sin debilidades el principio de la autoridad en los ferrocarriles” (EM, 13/12/1947, p. 3).

González Videla... en este momento de cruce de la política chilena están con el Primer Anti-Comunista de América los siguientes núcleos de solidez:

Primero: las Fuerzas Armadas, que desempeñan el rol más destacado en la actual etapa y cuya función dinámica ya no se aparta de la colaboración permanente hacia el gabrielismo y del gabrielismo hacia las Fuerzas Armadas.

Segundo: todos los partidos de la Derecha (conservadores y liberales).

Tercero: los partidos de centro (Agrario-laborista y Radical Democrático)

Cuarto: los partidos de Izquierda (radicales cenistas, socialistas y democráticos)

Quinto: los ingredientes químicamente anti-comunistas (achistas, nacionalistas)

Permanecen al margen, escindidos en su biología (aunque unidos en su cuerpo) los falangistas y parte de los radicales y tal vez de los socialistas unificados.

Están en la oposición total los comunistas, algunos assembleístas radicales y los falangistas que siguen al diputado Bernardo Leighton¹⁹⁶.

O analista, embora tivesse o cuidado de mostrar a divisão e o posicionamento dos partidos, organizações fundamentais na concentração e aglutinação de forças na sociedade chilena de então, sinalizou para uma abrangência ainda maior do cenário de disputas, incluindo entre os grupos que davam suporte às ações do Executivo, os “ingredientes químicamente anticomunistas”, como os “achistas” e os “nacionalistas”. Estas organizações anticomunistas de caráter civil, ora atuando junto ao sistema de partidos, ora de maneira independente, colaboraram de forma relevante para a criação de um ambiente propício a proscrição do Partido Comunista.

Os grupos nacionalistas de extrema direita, em sua vertente civilista e doutrinária, estavam organizados em torno da revista *Estanquero*. Em seu discurso, as orientações fascistas eram matizadas pelo hispanismo e por um catolicismo corporativista, nos quais as tendências mais radicais não se faziam tão visíveis. Entendendo que se vivia uma conjuntura de grande perigo para a nação e para a religião, defendiam um modelo de democracia em que a participação dos partidos fosse reduzida e os poderes do presidente ampliados e estendidos. Praga que ameaçava o corpo social chileno, o comunismo deveria ser exterminado com todas as medidas repressivas necessárias. Para este grupo, o crescimento desta ideologia não era fruto das condições da massa de trabalhadores, mas sim de uma crise moral que desintegrava o país devido a um modelo democrático liberal

¹⁹⁶ Luis Hernández Parker. La Guerra Fria en Chile. Posiciones sobre el Partido Comunista. Op. Cit., p. 24. Sobre este jornalista, que, sem dúvida, se constituía em um dos mais destacados comentaristas políticos chilenos de então, cabe ressaltar sua biografia de dirigente juvenil comunista, ainda nos anos 30. Embora mantivesse uma postura moderada, não há como deixar de considerar seu ressentimento com um partido que o havia expulsado de modo ignominioso.

permissivo ao suborno, à compra de votos e à troca de favores entre os partidos políticos. Daí as propostas de construção de um regime corporativista, ou uma “democracia orgânica”. Por ocasião da saída dos comunistas do gabinete ministerial e das greves do carvão, *Estanquero* defendeu que se tratava de um plano do comunismo nacional e internacional para assumir o controle econômico e político do país pela força. Interpretação que, embora relativizada, foi assumida pelo Executivo e por amplos setores da sociedade, como legitimadora das ações repressivas do governo. Quando o governo obteve a primeira Lei de Faculdades Extraordinárias, os setores que se agrupavam ao redor de *Estanquero* já pretendiam que se fosse mais além, propondo a exclusão dos comunistas da esfera legal¹⁹⁷.

Em sua coluna, por outro lado, Hernández Parker, também faz referência aos falangistas como um partido à margem da disputa, ou mesmo defensor dos comunistas. Especialmente reverberado por *El Diario Ilustrado*, o posicionamento da Falange Nacional, partido pequeno, intelectualizado e com pouco eco e representatividade popular, extrapolava os limites dos interesses político-partidários¹⁹⁸. Para o jornal, ao tomar esta atitude, os falangistas iam de encontro

¹⁹⁷ Esta conjuntura de “confronto” permitiu inclusive a criação de uma organização civil armada que se propunha a enfrentar fisicamente os comunistas, o que reforça a relevância e a penetração destes argumentos. Dirigida por dirigentes políticos de partidos de direita, ex-militares e profissionais liberais, a Acción Chilena Anticomunista (ACHA) divulgou seu primeiro manifesto após os resultados das eleições municipais de 1947. O grupo, que se entendia como a vanguarda consciente de uma sociedade que não reconhecia os perigos que enfrentava, ganhou popularidade recrutando estudantes, jovens empregados particulares, dirigentes políticos e parlamentares conservadores, liberais e mesmo socialistas como Óscar Schnake. Para além da luta político-partidária, o grupo se propunha a defender a nação de uma força perversa internacional em expansão, que pretendia sufocar as liberdades soberanas dos povos. Suas ações incluíam a denúncia, a propaganda, a violência política, enfrentamentos de rua e mesmo atentados a dirigentes e militantes comunistas, cuja autoria frequentemente era encoberta pela imprensa. “AChA es una institución cuya finalidad es luchar en contra de la influencia comunista en Chile. Por consiguiente no dispone de armas, ni las necesita – está al margen de la influencia e de los intereses de los partidos políticos – declaración de la directiva de dicha institución” (DI, 16/07/1947, p. 1). Apenas *El Siglo* denunciou a presença de militantes achistas em mobilizações de trabalhadores com o intuito de fomentar embates violentos, além de uma série de ações ilegais promovidas por sua diretiva. “Ha quedado también demostrado, esperamos que sea para siempre, que es lo que inspira y adónde conduce el anticomunismo: a las más bayetas traiciones a los intereses nacionales...forma parte del ACHA... pertenece al Estado Mayor del anticomunismo... Por mandato de todos estos, de esta santa alianza contra Chile, Schnake ha ido a Buenos Aires a pedir el apoyo de Perón para derribar al Gobierno del Sr. González Videla” (ES, 15/04/1947, p. 3). “El “ACHA” quiere introducir armas” (ES, 17/04/1947, p. 1). “Descubrieron un complot para derribar la Republica Francesa: organizado por el movimiento anticomunista, como el que incita en Chile la ACHA y “El Mercurio”” (ES, 01/07/1947, p. 1). Para maiores detalhes sobre a atuação *achista* e seu conteúdo ideológico, ver, Marcelo Casals, op. cit., p. 182-192.

¹⁹⁸ Luz Maria Días Valdes, op. cit., p. 57. Como aponta Sofía Correa, a força eleitoral deste partido era mínima já que nunca superara os 4%. Op. Cit., p. 134.

aos fundamentos da Igreja Católica, à qual se diziam fiéis seguidores. “¿Puede un partido político que se proclama católico y defensor de la doctrina social aliarse al comunismo en su acción pública?” (DI, 12/12/1947, p.3). Para avaliar seus argumentos, *El Diario Ilustrado* se utilizava de declarações de autoridades da Igreja Católica chilena como o Cardeal Arcebispo de Santiago, José Maria Caro Rodríguez, e do Monsenhor Augusto Salinas que sustentavam que não era lícito a um partido católico aliar-se ao comunismo “que es enemigo de la verdad. Y esto en todos los ordenes de la vida, sea moral, social, económico, político, etc”. Ao fazer este alerta, a autoridade eclesiástica não estava se imiscuindo em questões políticas, mas sim cumprindo com o seu dever de alertar aos católicos de que os atos da Falange não se harmonizavam com a doutrina que professavam seus membros. Estes, por sua vez, deviam submissão total e absoluta a esta mesma hierarquia¹⁹⁹.

As duras críticas de *El Diario Ilustrado* ao posicionamento da Falange Nacional se inserem em um discurso dual e polarizado. De um lado, amalgamados, se perfilavam os valores tradicionais do povo chileno, a lei constitucional, a democracia e os princípios cristãos fundamentais. De outro, em posição diametralmente oposta a todos estes valores, estava o comunismo local e internacional²⁰⁰. O discurso da Falange Nacional, por sua vez, não negava a oposição entre comunismo e cristianismo e nem a necessidade de combatê-lo. Entretanto, divergia com relação aos meios propostos para este enfrentamento. Em uma posição compartilhada com setores social-cristãos do Partido Conservador, os falangistas entendiam que o comunismo era uma realidade política produzida e estimulada pelas condições de pobreza em que vivia boa parte dos chilenos. Neste sentido, não se deveria combatê-lo com repressão, mas com a solução de suas causas originais ligadas ao subdesenvolvimento e a pobreza. Propondo um “catolicismo de avanzada” e compreendendo-se como um movimento, a Falange se considerava em uma posição para além de esquerdas e

¹⁹⁹ “Es obligación de la jerarquía eclesiástica enseñar la verdad, condenar los errores y dirigir las conciencias de los católicos” (DI, 14/12/1947, p.3). Para uma análise detalhada dos conflitos entre a hierarquia da igreja católica e a Falange Nacional e sua repercussão entre a juventude, Ver, Carlos Huneeus, op. cit., p. 292-305 e Luz Maria Diaz Valdes, op. cit., 59-61.

²⁰⁰ “En el fondo están en juego la concepción cristiana y democrática de la vida y el bárbaro ajuste ateo y colectivista. Los países en cuya órbita vive Chile pertenecen al grupo cristiano y democrático”. EM, Junho de 1947. Apud. Sofía Correa, op. cit., p. 149.

direitas²⁰¹. Embora tivesse uma postura político-partidária variável, desde meados dos anos 1940, a Falange já estreitara sua aliança com os partidos de esquerda. Sua intenção de formar sindicatos essencialmente católicos há muito já havia sido abandonada em prol do ingresso efetivo na CTCh²⁰². Durante o governo de González Videla, o partido se posicionou de forma contrária ao rompimento das relações com a URSS e ao projeto de Lei das Faculdades Extraordinárias. Segundo as lideranças do partido, o governo subestimava a força dos recursos legais e administrativos existentes para a solução do conflito. Em vez de tentar solucioná-lo, declarava sentir-se ameaçado por ele, criando um alarme público sem motivos suficientes. A defesa da liberdade sindical acabou por colocar o partido em rota de colisão com o governo. Na ocasião da greve dos mineiros, o deputado falangista Bernardo Leighton, declarou que as ações repressivas do governo agravaram um conflito que não fora provocado pelos comunistas, mas sim como “resultado de las condiciones económicas y sociales em que viven y sufren los trabajadores de las minas y de su legítima aspiración de defender los sindicatos, donde está su salvaguardia, con sus inalienables prerrogativas”²⁰³.

1.4 - A Lei de Defesa Permanente da Democracia e a justificação da restrição às liberdades democráticas

²⁰¹ Em 1940 o Partido divulgara um texto programático, no qual em breves pontos procurava expor seus fundamentos doutrinários, suas posições políticas e meios de ação. No ponto II, intitulado “Tarea Nacional”, afirmava-se que: “Esta empresa nacional está más allá de derechas y de izquierdas. Nos hemos propuesto romper las divisiones artificiales que destruyen la patria. Rechazamos las restauraciones imposibles y las revoluciones destructoras. Actuamos dentro del marco de las leyes y condenamos la violencia como medio de acción política”. Já no ponto IV, intitulado “Marxismo y Fascismo” dizia-se: “Rechazamos el marxismo, concepción materialista y antirracional de la vida, que fomenta la lucha de clases, conduce a la tiranía y ha fracasado en sus experiencias...”. Texto Programático de Falange Nacional. In: Sofía Correa et alli. *Documentos del Siglo XX Chileno*. Santiago: editorial sudamericano, 2001, p. 178.

²⁰² “Defendemos la organización de los trabajadores sobre bases sindicales. Los sindicatos deben tener fines culturales, morales, sociales y económicos. La intervención de la política partidista destruye la misión de los sindicatos. Los sindicatos del trabajo y del capital integran las corporaciones. En su seno son posibles las soluciones de justicia en los conflictos sociales.” Idem. P. 179.

²⁰³ “Ciertamente nuestra democracia política y nuestra democracia sindical no son todavía perfectas... Con todo, no se corrigen estos defectos suplantando la libertad por la clausura, las directivas legítimas por el personal de las FF. AA. Y la intervención de funcionarios civiles por el toque de cornetas y de bandas militares. Así, tales defectos se agravan y, sin duda, se contribuye a prestigiar precisamente las ideas políticas que se desea combatir”. B. Leighton. Conflito del Carbon. In: Política y Espíritu, N.26, septiembre-octubre de 1947, p. 78-80. Apud. Carlos Huneeus, op. cit., p. 147-148.

A despeito destas resistências, foram as iniciativas achistas e os projetos dos grupos tradicionalistas do Partido Conservador, Liberais e setores anticomunistas do Partido Radical que, estimuladas pelo aumento das tensões internacionais entre EUA e URSS, que ganharam maior repercussão no seio do governo. Em 6 de janeiro de 1948, o governo solicitou uma segunda Lei de Faculdades Especiais para dar continuidade à política anticomunista. Como os seis meses de validade da lei anterior haviam expirado, solicitou-se sua renovação com base em fatores externos, atropelando, mais uma vez, as bases constitucionais que delimitavam sua vigência. A tomada do poder pelos comunistas na Tchecoslováquia foi o mote para se afirmar que havia uma conjuntura internacional contra o Chile, e que o Partido Comunista chileno atuava como um braço da URSS para promover um estalo revolucionário no continente sul-americano. A despeito de não ter apresentado nenhuma prova de qualquer plano subversivo dos comunistas chilenos e da resistência de comunistas, falangistas e socialistas, a lei foi aprovada com facilidade pelo parlamento em apenas dez dias²⁰⁴. Em paralelo, o governo preparava um projeto de lei permanente que visava eliminar o comunismo pela raiz. As leis de Faculdades Extraordinárias, excepcionais e transitórias, não eram suficientes para um desafio que ameaçava permanentemente a estabilidade política do país, pois não propiciavam os recursos para se eliminar as bases comunistas entre o eleitorado e nos sindicatos.

Elaborado sob a supervisão do Diretor de Registros Eleitorais, Ramón Zañartu, o projeto de lei propunha o banimento dos comunistas dos registros de votação, a expulsão de seus militantes de cargos da administração pública e da direção de organizações sindicais, além do cancelamento do direito a voto de membros e simpatizantes do PCCh. O projeto, posteriormente denominado *Ley de Defensa Permanente de la Democracia*, apresentava pontos bastante controversos, tendo em vista que, ao cancelar o livre exercício da cidadania política de um conjunto de cidadãos chilenos, atentava contra direitos fundamentais estabelecidos pela Constituição. Neste sentido, seus opositores sustentaram que para aprová-lo, era preciso reformar a Constituição. Além disto, pela primeira vez na história, se propunha uma lei que visava combater uma ideia e não uma ação,

²⁰⁴ Na Câmara dos Deputados, a lei recebeu 84 votos a favor e 26 contra. Já no Senado, o projeto foi aprovado por 28 votas a favor, 8 contra e 2 abstenções oferecidas pelos senadores radicais Rudecindo Ortega y Gustavo Jirón. Carlos Huneeus, op. cit., p 177-183.

ferindo assim o princípio da liberdade de pensamento, também estabelecido pela Constituição. Dever-se-ia considerar ainda o fato de que o projeto de lei era um “excesso jurídico”, pois já existia uma *Ley de Seguridad Interior del Estado* que definia os delitos e as penas para quem atentasse contra a Constituição e a Democracia. De fato, ao restringir todo este conjunto de liberdades, o projeto foi um passo extremado, que gerou intensa polêmica em praticamente todos os partidos. Enquanto alguns entendiam que diante da ameaça subversiva comunista se deveria deixar de lado certos “formalismos”, outros acreditavam que o projeto atentava contra fundamentos do sistema democrático.

O Partido Conservador talvez tenha sido a agremiação na qual o projeto gerou maiores divisões. Embora concordassem com a necessidade de se combater o comunismo, os setores social-cristão e tradicionalista discordavam quanto aos métodos que deveriam ser utilizados. Durante o encontro do Diretório Geral do partido, ocorrido em março de 1948, o comunismo se constituiu no principal foco de debate. Ao analisar o projeto alinhavado pelo governo, o senador Horacio Walker, presidente e um dos principais nomes da ala social-cristã do partido, defendeu sua inconstitucionalidade. Os tradicionalistas, que tinham no senador Hector Rodriguez de la Sotta um de seus principais expoentes, por sua vez, entendiam que o comunismo era um inimigo exterior que pretendia destruir a sociedade ocidental. Como o Chile se tornara uma de suas áreas preferenciais de atuação no continente americano, era fundamental que seu enfrentamento se baseasse em medidas repressivas. Da mesma forma, defendiam que os crimes de “lesa-democracia” e “lesa-pátria” deveriam ser castigados, mesmo quando simples preparação ou tentativa²⁰⁵. Ao final dos debates, prevaleceu a majoritária opinião tradicionalista, mas ressaltou-se, conforme alertara o senador Walker, a necessidade de reformar a Constituição no caso de se privar os comunistas do direito a voto²⁰⁶. Contudo, ao apresentar seu projeto de lei ao Congresso, o governo não considerou a ressalva conservadora²⁰⁷.

²⁰⁵ O senador Rodríguez acrescentava ainda que durante a vigência da Constituição de 1833 já se abria um precedente para se estabelecer inabilidades não contempladas em seu texto, o que contradizia o argumento jurídico do presidente conservador. Teresa Pereira. *El Partido Conservador en Chile*. Santiago: editorial universitaria, 1994, p. 226.

²⁰⁶ Carlos Huneeus, Op. Cit., p. 212.

²⁰⁷ Diante do apoio de liberais e de grande parte da bancada conservadora, o senador Eduardo Cruz-Coke alertou para os grandes riscos que corria a nação: “este proyecto se aleja de lo acordado pela junta ejecutora conservadora. Es inconstitucional, ya que deja fuera de los registros electorales, por una simple ley, a un partido político, Por lo tanto es necesario proceder a una

A posição contrária ao projeto da *Lei de Defesa Permanente da Democracia*, defendida pelo setor social-cristão conservador, ainda que não fosse majoritária nem mesmo em seu próprio partido, exerceu influência no rumo dos debates e nos usos e significados atribuídos aos conceitos aqui pesquisados. Frente à censura prévia, *El Siglo* fez do debate conservador o mote para combater a tramitação da lei. Em editorial intitulado “En favor o en contra la constitución”, fundamentou a rejeição ao projeto de lei no argumento da legalidade constitucional, cuja defesa era algo “inerente ao povo chileno”. Por esta razão, mesmo alguém que sempre se mostrou contrário aos comunistas, como o senador Walker, não poderia aceitar tal atropelo da ordem constitucional.

[El debate] va más allá del “problema” del comunismo. Se trata de mantener o liquidar los fundamentos básicos de la Constitución Política del Estado, Y en este terreno, por encima de las banderas políticas, asumen una actitud constitucionalista y democrática... Nuestra Carta fundamental establece la “igualdad ante la Ley”. No hace distinciones políticas de ninguna especie. Aceptar distinciones significa destrozar la constitución y lanzar al país por la pendiente del fascismo, hacia la liquidación del régimen democrático y la supresión de todos los partidos... Aquí no se trata, frente al proyecto de Zañartu, de defender o atacar a los comunistas. Se trata – insistimos – de defender o liquidar la Constitución Política del Estado (ES, 12/03/1948, p.3)

De acordo com o jornal, o regime democrático chileno só se manteria se houvesse total respeito à Carta Constitucional. Ao comentar a reunião do Diretório Geral Conservador, afirmou que duas tendências se encontravam em disputa. A primeira, representada pelos setores social-cristãos, entendia que era “fundamental la defensa de la Constitución y de la Ley para asegurar el normal desarrollo del proceso político y evitar al país las aventuras antidemocráticas”. Para estes setores, o comunismo deveria ser combatido somente no terreno das ideias. A segunda, adotada pelos tradicionalistas, se colocava ao lado do projeto de Ramón Zañartu, ainda que este fosse contra a Constituição. As palavras do deputado conservador tradicionalista Luis Arturo Gardeweg resumiam bem as ideias de um grupo que colocava os interesses de classe por cima do interesse nacional e da conservação do regime democrático. “Debemos dejar a un lado los

reforma de la constitución. Además lo considera un arma peligrosa para todas las libertades públicas. Se ha creído que por medio de una ley de represión generalizada, se podría aniquilar a un adversario tan sutil como el comunismo. Sin embargo, este proyecto no es anticomunista, sino ocasionalmente. Mañana con cambiarle una palabra a este artículo, no sería difícil hacer de este proyecto de ley, un proyecto anticatólico, antimason, anti cualquier cosa”. Apud. Teresa Pereira, op. Cit., p. 228.

perjuicios y escrúpulos constitucionalistas y legalistas”. Esta posição certamente encontraria resistência no seio do sentimento nacional²⁰⁸.

Diante do exposto, nota-se a tentativa de *El Siglo* de trazer o argumento da legalidade constitucional “para o lado” daqueles que se opunham ao projeto da Lei de Defesa Permanente da Democracia, contrariando as justificativas apresentadas por aqueles que propunham o crescente alijamento dos comunistas da política chilena. Especialmente entre seus opositores, o tema da legalidade continuaria ocupando uma posição central ao longo de todo o processo de tramitação do projeto de lei no Congresso. Apresentado no dia 21 de abril pelo governo, o projeto foi aprovado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça e as discussões plenárias se iniciaram em 11 de maio. Os partidários do projeto defenderam sua constitucionalidade afirmando que as leis deveriam se adaptar as necessidades de momento. Isto não significava ir contra a Constituição, pois caso contrário, os textos constitucionais teriam que ser alterados com frequência desmedida. A Falange Nacional considerou o projeto “un paso desgraciado para el porvenir de la Democracia y la Libertad en Chile”, ressaltando que o país deveria adotar posturas semelhantes às democracias ocidentais que se opunham ao comunismo em um regime de liberdades estendidas, e não adotando modelos repressivos próprios de ditaduras²⁰⁹. Após quatro dias de discussão, a Câmara aprovou o projeto por ampla maioria, com 93 votos a favor, 20 contra e uma abstenção²¹⁰.

²⁰⁸ “Los socialcristianos y constitucionalistas sacan bien las cuentas. Saben que nuestro país es de sentimientos profundamente democráticos y que rechaza toda la política reaccionaria y regresiva... Cuando a un país se le saca de los cauces constitucionales, ningún partido queda libre de la agresión. Ni siquiera el conservador... Si los directores generales ven el verdadero peligro y no se dejan arrastrar por la psicosis anticomunista, deberán demostrar... su doctrina socialcristiana, su adhesión a la democracia y la Constitución, es algo más que un recurso demagógico: una realidad” (ES, 13/03/1948, p. 3).

²⁰⁹ Marcelo Casals, op. cit., 204-205. Em seu pronunciamento contrário a lei, o deputado falangista Radomiro Tomic acrescentaria que a medida, além de tudo, seria ineficaz, pois ao invés de eliminar o Partido Comunista, o deixaria mais forte. Para isto, tomava como exemplo os comunistas brasileiros, que proibidos durante a ditadura de Getúlio Vargas, retornaram a cena eleitoral com mais de um milhão de votantes, logo após a sua caída. Conseguindo assim eleger inúmeros parlamentares. Apud. Carlos Huneeus, op. cit., p. 222.

²¹⁰ Nas discussões no Senado ocorreram algumas divisões entre radicais e socialistas e a querela conservadora novamente se expôs. Ao final, se apresentaram dois informes, um a favor, da maioria, e outro contra. O informe minoritário, assinado por senadores comunistas, alegava a inconstitucionalidade e o caráter antidemocrático de uma “monstruosidade jurídica” sem qualquer precedente legislativo em nenhum outro país, que transformava automaticamente em delinquentes, milhares de cidadãos apenas por suas ideias. A despeito da longa discussão, o projeto foi aprovado com boa margem, em 22 de junho. 29 senadores votaram a favor do projeto e somente 8 votaram contra. Entre os conservadores, apenas Cruz-Coke votou contra. Horacia Walker se posicionou a

Enquanto o projeto voltava ao Executivo para inclusão de novas indicações, o governo se propôs a ampliação de sua base de apoio com a composição de um novo gabinete de “concentração nacional” com a presença de liberais e conservadores. A Junta Executiva conservadora se negou a dar o passe aos dois conservadores tradicionalistas que fariam parte do novo gabinete. A atitude reacendeu a polêmica conservadora que novamente ganhou destaque nas páginas de *El Diario Ilustrado*²¹¹.

A despeito do debate no seio dos conservadores, *El Diario Ilustrado* e *El Mercurio*, procuraram se afastar da polêmica com relação à constitucionalidade legal da medida, que, ao que parece, teve maior repercussão nas discussões do Congresso. Para *El Mercurio*, comunistas e “escépticos” usavam o argumento da inconstitucionalidade de forma demagógica e politqueira. Segundo o jornal, a nova lei era a continuação e o aprimoramento da *Ley de Seguridad Interior del Estado*, promulgada em 1937, mas “esquecida” pelos governos da *Frente Popular*. Neste sentido, apenas se introduziam algumas modificações cuja são e correta aplicação devolveria a tranquilidade interior à nação e “permitirá pues, normalizar las organizaciones del trabajo y encauzar la producción nacional de la acción comunista y comunizante en sus directivas de trabajo lento y de sabotaje, que han dañado no solo a la economía nacional sino hasta creado descrédito de nuestra país ante el extranjero” (EM, 18/04/1948, p.3)²¹². A aprovação da lei não feria a organização legal, mas sim corrigia distorções que impediam a proteção da coletividade²¹³. No caso dos sindicatos, por exemplo, uma lei social que atribuía

favor na votação geral, se mostrando contrário apenas a alguns pontos nas votações dos dispositivos particulares. Carlos Huneeus, op. cit, p.241.

²¹¹ A notícia do veto deu início a uma longa troca de cartas abertas entre o senador Horacio Walker e a direção de *El Diario Ilustrado*, que derivou para acusações de motivação política e não doutrinária para o veto e, até mesmo, para ataques pessoais. Definitivamente negado o passe, os senadores Guillermo Varas Contreras e Luis Felipe Letelier, assim mesmo aceitaram os convites para as pastas de Saúde e Justiça e assumiram seus cargos em 7 de julho. A atitude, motivo de censura pública pela Junta Executiva, determinou uma divisão de fato no seio do partido.

²¹² Dentre as modificações previstas para a lei, o jornal destacou: “No podrán ser... ni asumir cargo alguno de representación de patrones, empleados o obreros... las personas que ejecuten actos prohibidos por la ley de Seguridad... y las que declarada o encubiertamente pertenezcan o hayan pertenecido a los organismos, asociaciones, entidades o partidos prohibidos por el artículo 3º de dicha ley o a otros que se identifiquen con ellos... En orden político se introducen algunas modificaciones a las leyes electorales, que privan del derecho de sufragio a personas afiliadas en partidos [Prohibidos]... impedir la propaganda prestigiada y al margen da ley de Partido Comunista desde la tribuna del Congreso Nacional y bajo el amparo del fuero parlamentario”(EM, 18/04/1948, p.3)

²¹³ “Las instituciones jurídicas, aún las más perfectas, pueden ser tergiversadas por la malicia humana, que siempre está despierta para burlar las leyes o para hacerlas rendir en beneficio personal” (EM, 09/07/1948, p.3)

liberdade de ação às organizações de trabalhadores, permitiu o seu controle por comunistas que as utilizaram para atos de terror frio, sabotagem e provocação²¹⁴. Em uma análise que, ao fim e ao cabo, reforçava o argumento de que a defesa da nação contra um inimigo estrangeiro era mais importante do que o debate sobre a constitucionalidade, ou não, da lei, o jornal insistiu na necessidade da Lei de Defesa Permanente da Democracia para a consolidação e o saneamento da ordem pública e sindical. Segundo *El Mercurio*, a onda de violência, impulsionada pela ação comunista, gerara um perigoso ambiente de alarme nacional. O problema era de tal forma grave, que enquanto não se concluísse a tramitação da lei caberia às Forças Armadas o cumprimento imediato desta tarefa²¹⁵.

Além de também apontar para os atos de violência atribuídos aos comunistas²¹⁶, *El Diario Ilustrado* argumentava sobre a necessidade de adaptação a um ambiente de enfrentamento que se fazia mundial. Com relação à polêmica sobre a constitucionalidade, ainda que pontualmente, chegou a evocar outro tipo de legalidade para justificar a ação contra os comunistas. Em uma série de colunas, divididas em várias partes e assinadas por Agustín Zequera Baeza, percebe-se a construção de um cenário mundial de luta entre os países de civilização cristã “sean o no democracias propriamente tales” e a “barbárie del

²¹⁴ “El espíritu de la legislación social en esta materia ha sido considerar a los obreros como seres esencialmente débiles en la lucha por la vida, en superar esta debilidad por medio de la unión en sindicatos, y en dotar finalmente a estos organismos de la facultad de producir la huelga como arma de suprema defensa de aquellos contra el capital... Lo que olvidó el legislador de aquellas disposiciones muy generosas para el sindicato, es que en las disputas sindicales suele estar comprometida una tercera entidad que es inocente en ellas y que no tiene en realidad razón alguna para preferir el triunfo del trabajo organizado sobre el capital, o viceversa. Y so olvidó también que esa tercera entidad vale más que las organizaciones que disputan, tiene una existencia de suprema importancia en la vida de los pueblos y debe ser protegida diligentemente contra cualquier peligro que amenace su ordenado desarrollo... La tercera entidad a que hacemos referencia es la nación jurídicamente considerada, esto es, el conjunto indisoluble que forman, el pueblo, el Estado político, el territorio y todas las instituciones de orden cultural y moral que en ese territorio y con ese pueblo se han configurado con el paso de los años. (EM, 09/07/1948, p.3).

²¹⁵ Neste cenário, valorizou a intervenção militar em empresas e chegou ao ponto de classificar como oportuna uma circular do ministro da Defesa, na qual instruía as Forças Armadas “en el sentido de que deben los soldados, marinos o aviadores emplear sus armas frente a cualquier acto revolucionario y sin la menor vacilación hacer fuego si fuesen atacados de hecho... La multiplicidad de toda clase de atentados habidos en los últimos meses... justifica plenamente la actitud” (EM, 20/04/1948, p. 3).

²¹⁶ “Nuevos atentados perpetrados por los comunistas se han registrado en diversas localidades del País: Lanzaron piedras en contra del tren explorador que precedía al presidencial en que viajaba el presidente del banco internacional de reconstrucción, John Mc Cloy – en poder del secretario del partido comunista de San Fernando fue encontrado abundante armamento y documentos relacionados con las actividades delictuosas de los comunistas – detenidos por el incendio de la cooperativa ferroviaria de Valdivia, siniestro que se estima fue intencional y ocasionado por e ocasionados por elementos del fascismo rojo” (DI, 20/01/48, p. 1). “Graves incidentes promovieron comunistas después de la sesión de la federación de Estudiantes” (DI, 21/01/1948, p. 1).

totalitarismo rojo”. Em um combate entre o “Vaticano e Moscou”, os católicos deveriam se recordar das leis de Deus, evocando assim uma legalidade natural, anterior a qualquer preceito estabelecido pelo homem e acima de qualquer fundamento legal, para justificar a proscricção dos comunistas.

El error que podríamos llamar primario, no es otro que la negación de que el poder, la autoridad, viene de Dios y no del pueblo: desde arriba hacia abajo y no de abajo hacia arriba... Supuesto que Dios ha hecho al hombre para vivir en sociedad, ha querido todo lo necesario para que este fuera posible: por donde se ve que la **existencia de un poder publico es de derecho natural**, y que lo es también la sumisión a sus mandatos... El derecho de soberanía... no está necesariamente vinculado a tal o cual forma de gobierno; puédesse escoger y tomar legítimamente una o otra forma política... Muchos modernos, siguiendo las pisadas de aquellos que en el siglo anterior si dieron el nombre de filósofos, dicen que toda potestad viene del pueblo, por lo cual, los que ejercen la civil, no la ejercen como suya, sino como mandato o encargo del pueblo; de modo que es ley entre esos modernos que la misma voluntad del pueblo que lego la potestad, puede revocar se acuerdo cuando le pluguiere. Muy otro es en este punto la creencia de los hombres católicos, que el derecho de mandar lo toman de Dios, como de principio natural y necesario... pueden en algunos casos ser elegidos pela voluntad y juicio de la multitud, sin que si oponga ni lo repugne la doctrina católica... no se prohíbe a los pueblos que se adopten aquel sistema de gobierno que sea mas apto y conveniente a su natural o a los instintos y costumbres de sus antepasados... Pero por lo que respecta al imperio o mando político, la iglesia enseña rectamente que este viene de Dios (DI, 18/04/1948)

Naquele momento, a construção de um ambiente internacional de confronto se constituiu na justificativa principal para o combate aos comunistas chilenos, nos editoriais *El Diario Ilustrado* e *El Mercurio*²¹⁷. Ao longo de todo o período de tramitação e aprovação da *Lei Maldita*, um noticiário internacional que realçava as disputas da Guerra Fria, dominou amplamente as páginas principais de ambos os jornais. A vitória dos partidos democráticos nas eleições italianas, a “rebelião terrorista” comunista ocorrida na Colômbia, a Conferência Interamericana de Bogotá e suas resoluções contra o comunismo, as ações efetivas dos países vizinhos, a infiltração comunista em sindicatos por todas as partes do

²¹⁷ Nas discussões da lei no Congresso, este ambiente também teve grande presença. Inúmeros foram os apartes referentes aos abusos cometidos por comunistas na Europa e a um movimento internacional que atuava de forma coordenada contra as democracias e a favor do totalitarismo soviético. A ideia de ameaça permanente foi de tal forma difundida que, em junho, o governo propôs uma terceira Lei de Faculdades Extraordinárias, o que contrariava as bases da própria Lei de Defesa Permanente da Democracia, já aprovada pelo Congresso e em fase final de regulamentação. Para aprová-la, o governo mais uma vez denunciou, ainda que sem comprovação, outro plano subversivo do comunismo internacional. Posteriormente, o uso das faculdades extraordinárias, ao atropelo de lei, se constituiu em uma política continuada do governo de González Videla. Após esta terceira Lei de Faculdades Extraordinárias, ainda seriam publicadas outras duas, uma em outubro de 1948 e outra em agosto de 1949, em ambas o ambiente internacional também foi usado como mote. Carlos Huneeus, 177 – 194.

mundo e o violento bloqueio soviético a Berlim deram o tom das reportagens de primeira página nestes dois jornais²¹⁸. Os acontecimentos internacionais eram interpretados como exemplos a seguir ou como alertas do que poderia ter acontecido ao Chile caso o país “no hubiera sido defendido a tiempo por la resolución heroica y democrática del presidente de la República”. Episódios sangrentos, como os atentados ocorridos na Colômbia, serviam para trazer à realidade “ciertos “estúpidos burgueses” y a los mentecatos, que su conducta de displicentes está aproximando los días de sangre y luto que amenazan a la república si ellos no se suman a la acción sagrada e imperativa de la defensa de la ley, de la libertad y la civilización” (DI, 18/04/1948, p.3). Nesta disputa entre democracia e comunismo, novamente se reforçou pares conceituais opostos como nacional e estrangeiro, chileno e anti-chileno, liberdade e ditadura, democracia e totalitarismo, patriótico e subversivo, civilização e barbárie, para cooptar o apoio da sociedade chilena para a *Ley de Defensa Permanente de la Democracia*. O texto da lei colocava a margem da convivência legal toda entidade que “obedecesse” a uma potência estrangeira. Estar com os comunistas, ainda que de forma inconsciente, se constituía em um ato de traição à democracia e à pátria²¹⁹. A declaração oficial do presidente da República, no ato da organização do gabinete de “concentração nacional” em julho, corroborava o cenário construído e reverberado na imprensa ao destacar que:

En esta hora de vive el mundo, lo substancial es organizar un frente anticomunista para defender los principios fundamentales del sistema

²¹⁸ “Líderes comunistas colombianos serán interrogados en relación con la revuelta ocurrida en Bogotá”, “Se espera que la Conferencia de Bogotá apruebe en esta semana una vigorosa resolución condenando al comunismo internacional / Los primeros resultados extraoficiales señalan una clara ventaja de las fuerza anticomunistas en las elecciones generales celebradas en Italia”, “EE. UU., Brasil, Perú y Chile presentaron en Bogotá una resolución conjunta en la que condenan los métodos empleados por el comunismo internacional”. *El Mercurio*, p. 1, días 18, 20, 22, 23 de abril de 1948, respectivamente. “Voz de Chile prevalece contra la calumnia soviética en el consejo”, “Italia es campo de una acción decisiva de la guerra presente guerra: Democracia contra comunismo”, “El primer testigo presencial de los sangramientos sucesos de Bogotá llevo ayer a Santiago: El asesinato de Gaitán fue un acto premeditado y los jefes del motín fueron comunistas” “Confirmada la derrota comunista en Italia: El pueblo italiano no podía olvidar en las elecciones, su tradición, su cultura y su amor a las democracias”, “La ponencia de Chile sobre la defensa de la democracia fue una da las de mayor trascendencia en Bogotá”. *El Diario Ilustrado*, p. 1, días 01, 18, 19, 21, 22 de abril e dia 06 de maio respectivamente.

²¹⁹ “No hay espacio para manifestaciones de indiferencia, de esceptismo o simplemente de tibieza. Afortunadamente el Gobierno... ha entendido que el principal objetivo de su labor ha de ser la defensa de la colectividad nacional y de nuestro régimen democrático ante el peligro del totalitarismo rojo... Se trata de salvar el país de la mayor de las amenazas por que ha atravesado en su historia. Constituye, pues, una traición a la patria no aunar todos los esfuerzos para cooperar con los propósitos gubernativos” (EM, 23/04/1948, p.3)

democrático...y los hombres, por encima de sus diferencias espirituales, deben aunar sus esfuerzos e sus sacrificios por conservar y mantener este régimen, el único posible a las naciones de cultura occidental y cristiana²²⁰

Como se pode notar, o conceito de democracia foi apresentado de forma indissociável a este cenário polarizado. Ameaçado, o regime democrático deveria se prevenir. Assim, a garantia a determinadas liberdades atuava contra sua própria existência, já que elementos “pseudo-nacionais” faziam uso das prerrogativas estabelecidas pelo sistema democrático chileno para tentar destruí-lo. Neste contexto, a mobilização reivindicativa popular, que incorporava demandas muito mais amplas do que os objetivos político-ideológicos do Partido Comunista Chileno, se viu reduzida a uma associação simplificadora que não considerava as inúmeras limitações do modelo político democrático chileno. A cada momento de tensão - crise política, greves e mobilizações rurais e urbanas – se propunha um passo a mais em um conjunto de medidas restritivas que, aos poucos, limitaram uma série de direitos democráticos. A *Ley de Defensa Permanente de la Democracia* e sua posterior aplicação, foi a mais dura etapa deste processo. As resistências partidárias, políticas e individuais foram sendo quebradas aos poucos. No meio do debate, cada vez se propunham passos mais ousados. A insistência, o reforço e a repercussão constante deste conjunto de ideias na grande imprensa contribuíram decisivamente para a aceitação destas medidas.

Sob censura desde outubro de 1947, *El Siglo* seguiu a procura de brechas para expor estes “atropelos à democracia”. Além de usar a voz dos conservadores social-cristãos, o jornal também recorria ao cenário internacional para evidenciar os exageros cometidos no Chile. Mesmo países como Estados Unidos, França, Itália e Inglaterra, cujos governos também declararam guerra ao comunismo, não patrocinaram projetos que afetavam de tal forma a democracia e os princípios constitucionais²²¹. Ainda assim, o último alento de resistência à aprovação da uma nova lei que se anunciava em defesa da democracia e da nação foi a criação da chamada *Frente Nacional Democrática*. Constituída por uma “combinación

²²⁰ Gabriel González Videla, 07/07/1948. Apud *El Diario Ilustrado*, 08/07/1948, p. 1.

²²¹ Recordando exemplos de Alemanha e Espanha, *El Siglo* procurava mostrar que a proscrição dos comunistas da cena política foi o primeiro passo para o fascismo (ES, 12/03/1948, p.3). Ao comentar os debates e resoluções da Conferência de Bogotá, destacou os depoimentos do chanceler mexicano. Segundo o diplomata, era preciso se compreender as causas das ideias comunistas e sinalizar para o aperfeiçoamento da democracia “El mejor método para luchar contra el comunismo es organizar la democracia sobre la base de una política de justicia social... la democracia debe defenderse dentro de la democracia y sin salir de ella” (ES, 23/04/1948. p. 1).

política electoral independiente, a base de los partidos Comunista, Socialista Unificado, Movimiento Social Laborista y personalidades democráticas”²²², a Frente acordava, dentre outras premissas fundamentais, “impugnar todas las iniciativas destinadas a colocar a grupos, sectores, partidos o personas al margen de la vida ciudadana y legal o a restringir los derechos cívicos” (ES, 21/04/1948, p. 4)²²³.

Com o objetivo de tentar arregimentar apoio entre distintos setores da sociedade, *El Siglo* destacou que a *Frente Nacional Democrática* mostrava sua firme decisão de lutar em defesa da soberania nacional, conclamando todos os trabalhadores e forças democráticas a unirem-se em prol de uma paz justa e permanente entre as nações²²⁴. Praticamente ignorada por *El Mercurio*, a Frente foi minimizada por *El Diario Ilustrado*, que a classificava como a união entre os comunistas e duas pessoas²²⁵. Em verdade, os socialistas enfrentaram uma difícil disputa interna com relação ao projeto da Lei Maldita. O grupo da “terceira frente”, ligado a Bernardo Ibáñez, apoiava a medida do governo por considerar que o Partido Comunista atentava contra a institucionalidade democrática chilena, a liberdade de expressão e de greve no mundo sindical. Já os senadores Salvador Allende, Marmaduke Grove e Carlos Alberto Martínez, entendiam que a despeito das inúmeras diferenças doutrinárias e práticas entre socialistas e comunistas, todos aqueles que se postavam em defesa da democracia não poderiam jamais apoiar a limitação de suas liberdades. Assim como fizeram os falangistas, argumentaram que o comunismo deveria ser combatido dentro do regime democrático, com medidas em prol do desenvolvimento social e em defesa dos trabalhadores²²⁶.

²²² No Comitê Central da Frente estavam: o senador socialista, Marmaduke Grove, como presidente, e o senador e secretário-geral do Partido Comunista, Elias Laferte, como vice-presidente.

²²³ Em seu juramento de adesão, seus membros prometeram: “por vuestra patria y por vuestro honor de chileno defender las leyes fundamentales de la República; ser leal con nuestro régimen democrático, luchando por superar sus defectos, por enaltecer la libertad como fuerza creadora de progreso, por perfeccionar una justicia social que sirva eficazmente al pueblo, y por afianzar la unidad de las fuerzas progresistas chilenas a través de su más legítima y positiva herramienta de lucha: El Frente Nacional Democrático” (ES, 22/04/1948, p. 3).

²²⁴ “No hay duda que en objetivos como este, el Frente Nacional Democrático, coincidirá con lo opinión y los esfuerzos de otros sectores patrióticos con los cuales habrá de mantener relaciones fraternales de colaboración y entendimiento” (ES, 23/04/1948, p.3).

²²⁵ Eram eles o senador Marmaduke Grove e o ex-deputado Armando Rodríguez Quesada.

²²⁶ A divergência entre estes setores conduziu a divisão do partido, com a ala minoritária anticomunista abandonando a agremiação, mas conservando seu nome. O grupo majoritário,

As resistências apresentadas ao projeto da Lei de Defesa Permanente da Democracia, em especial a rejeição de setores social-cristãos do Partido Conservador, também contribuíram para uma reorientação dos debates a respeito da ideia de “povo chileno” e suas “vontades” e “desejos”, possibilitando interpretações com matizes distintos das apresentadas no ano anterior, no ambiente discursivo em torno do afastamento dos comunistas do governo. Ainda que nos espaços possíveis, *El Siglo* tentou alinhar as ideias do partido ao povo, tal como exposto no discurso de fundação da *Frente Nacional Democrática*. Entretanto, *El Diario Ilustrado* e *El Mercurio*, não buscaram trazer o “povo” para o lado de sua causa. Tampouco insistiram na oposição entre povo e massa, presente no momento da saída dos comunistas do gabinete ministerial²²⁷, nem na valorização do “verdadeiro povo”, ou mesmo de seus reais anseios. Em verdade, a própria palavra “povo” pouco aparece nos debates, sendo substituída frequentemente pela noção de opinião pública²²⁸. Não havia como classificar de não-povo, ou de massa ignorante, aqueles que por ventura seguissem a opinião de respeitados congressistas e membros do Partido Conservador. Estes eram chamados de ingênuos, “descontentes”²²⁹, “céticos” ou até mesmo suicidas²³⁰, pois não acreditavam nos perigos oferecidos pela presença comunista e nem nos riscos que o país corria.

contrário à proscrição dos comunistas adotou o nome de Partido Socialista Popular. Marcelo Casals, op. cit., p. 206.

²²⁷ A noção de massa é utilizada apenas pontualmente nos debates sobre a liberdade sindical, vinculando-se à maioria inconsciente de suas filas, a “massa assalariada” que sofrera o peso da influência comunista. (DI, 20/04/1948, p.3)

²²⁸ “La opinión nacional y el país esperan que los partidos políticos que habrán de prestar su más eficaz colaboración al estudio y más rápida aprobación de esta nueva ley de “Defensa de la Democracia”. (EM 18/04/1948, p. 3)

²²⁹ “Aquí como en otros países hay dos corrientes de opinión o interés en lucha regular y una tercera que en ocasiones se llama quinta columna...Las dos primeras... son los polos sobre los cuales gira en gobierno de las naciones democráticas...Entre esas dos corrientes encontradas, hay una tercera la de los eternos descontentos... Pero aquí ay un grupo de descontentos... en una engañosa bandera, la de independencia. No somos comunistas, gritan, pero tampoco de los derechistas. Aspiramos algo mejor... ¿A que? Nadie lo ha expresado en concreto ni nadie dice como se logra ese “mejor” indefinido y vago... esa supuesta independencia respecto de los partidos organizados es simplemente una deserción de las filas, en plena batalla... Es una ayuda al enemigo... Son sus aliados secretos, la quinta columna emboscada. Su papel es debilitar le defensa. Y lo consiguen” (DI, 09/07/1948, p.3)

²³⁰ “Todo aquel que no se une, que siegue fomentando divisiones, que se empeña en inútiles luchas... que no escucha el llamado... a la deposición de las armas partidistas... **ya no es un inconsciente ni un ciego es un suicida egoísta**, que no solo quiere sucumbir el, sino que pretende arrastrar familias, instituciones, ciudades y al país entero en la miseria, a la ruina y a la muerte”. (DI, 20/04/1948, p. 3, grifo meu).

Nuestros incrédulos criollos... No se dan cuenta pero son pro-comunistas... son simples estúpidos como los calificara el razonable juicio de Lenin y Dimitrov... nuestros pro-comunistas sin saberlo, los incrédulos y “escépticos” los piensan que los informes de nuestras Fuerzas Armadas, de Carabineros y Policía son “copuchas” siguen en su tarea de inadvertir la amenaza... el putsch que se prepara contra el orden social (DI, 18/04/1948, p.3)

Já os comunistas eram compreendidos como não-chilenos ou antichilenos, em virtude de sua alegada submissão total a desígnios estrangeiros²³¹. De acordo com ambos os jornais, a “opinião publica nacional” avalizava as atitudes e proposições do Executivo. Neste sentido, os partidos políticos, expressão democrática e real desta opinião, deveriam acatá-la rapidamente, unindo-se em prol da aprovação da lei e de sua aplicabilidade.

La actitud... del presidente de la República ante el Partido Comunista... he tenido la virtud de interpretar el sentir de la inmensa mayoría de esa **opinión pública del país** que no se encuentra subordinada a las directivas de partidos políticos... Dentro de la capital, en cambio, es preciso reconocer que... no faltan **escépticos** que hacen gala de incredulidad respecto de las proyecciones del peligro comunista, ni **descontentos** que, bajo un manto de piedad para los delincuentes del comunismo, protestan de las medidas legales que la autoridad ha aplicado y aplica para defender la colectividad... no hay espacio para manifestaciones de **indiferencia**, de **esceptismo** o simplemente de **tibieza**... Se trata de salvar el país de la mayor de las amenazas por que ha atravesado en su historia... Por eso asombra la **suicida** tranquilidad con que algunos elementos... pretenden capitalizar clientela electoral mostrándose recogidos, reservados y optimistas para juzgar el peligro en que la secta soviética mantiene todavía la tranquilidad del país. (EM, 23/04/1948, p. 3, grifo meu)²³²

Embora se afastassem da polêmica em torno das interpretações do “povo chileno” e seu sentir, estes jornais continuavam a assinalar que a infiltração comunista era mais frutífera nas camadas menos esclarecidas e ignorantes da

²³¹ “El proyecto de ley que se ha dicho de “represión contra el comunismo”... en cuanto obedece a la finalidad de perseguir y sancionar a acción nefasta del comunismo internacional organizado **en un partido político que se dice chileno**, sin duda es un paso más que confirma y afianza la resolución inquebrantable de S. E, el Presidente de la República, de defender nuestra organización democrática amenazada por una colectividad política que obedece a inspiraciones de país extranjero” (EM, 18/04/1948, p. 3, grifo meu).

²³² “Y en Chile, país esencialmente democrático, la **opinión nacional** está encauzada... a través de los partidos políticos. Por consiguiente están más obligados a interpretar la conciencia pública que ya se ha formado en orden a que deben extinguirse todas las diferentes... y salvar la democracia, la libertad y la república... Los partidos políticos deben responder a las exigencias de una época... La gente de la calle habla de unidad... porque ve el inmenso peligro ante el cual nos encontramos... están dando un espectáculo deplorable que ha defraudado a todos los sectores conscientes de la **opinión nacional**... Si realmente los partidos tienen amor por la democracia, por las instituciones y por el régimen de libertad en que vivimos, debieron ser los primeros en cumplir con el deber de unirse, porque ellos han sido y deben seguir siendo los grandes sostenedores de nuestros principios republicanos” (DI, 23/04/2948, p.3).

população chilena²³³. Sua estratégia de manipulação ideológica estendera seus braços às escolas, plantando perigosas sementes. Assim, era de fundamental importância a exclusão dos professores que incentivavam a rebeldia e a subversão entre os jovens, por meio de leituras políticas. Na educação para adultos analfabetos, a situação era ainda mais grave.

La ignorancia es, en buen cuentas, incompatible con la democracia. Pero no se debió permitir jamás el acceso de los elementos comunizantes a la enseñanza de adultos... El provecho que esperan obtener, puede calcularse, considerando que en nuestro país existen 600.000 analfabetos entre los 16 y los 45 años, cifra que llega al millón si se toman en cuenta los analfabetos de más de 45 años de edad... Hay antecedentes de que cuando los analfabetos saben firmarse se les inscribe en los registros del partido y en los padrones electorales, pasando de este modo, a engrosar las filas de las huestes antichilenas... la propaganda comunista aparta a los adultos de toda actividad creadora y los adiestra como nuevos militantes de la resistencia y activos difusores de la subversión obrera (EM, 12/12/1947, p. 3)²³⁴

Em outro editorial, o jornal novamente se referiu ao problema do analfabetismo como um incômodo à “tradição democrática chilena”. A quinta parte de toda a população, “nuestros compatriotas... no puede considerarse ciudadanos, carece de derechos políticos y no dispone de opciones a colaborar en las actividades de la vida pública ni a prestar ningún concurso apreciable ni inteligente al desarrollo de empresas industriales o técnicas”. É interessante notar que o argumento reforça a tese de incapacidade política da população analfabeta, naquele tempo sem direito a voto, expondo um viés nitidamente elitista²³⁵. Em

²³³ *El Diario Ilustrado* ao comentar a penetração das ideias e atividades comunistas no seio das universidades chilenas atentava para este ponto. “El hecho de que una doctrina bárbara y retrograda, por donde se la examine **haya ganado adeptos entre as clases más ignorantes e insatisfechas de la sociedad se explica fácilmente**... Pero que el comunismo haya brotado en los círculos de nuestros universitarios resulta francamente incomprensible... Los estudiantes... tienen la obligación de saber que el gobierno de Moscu es la mas brutal dictadura que hayan conocidos los siglos... que los derechos individuales, las garantías legales y las libertades públicas y privadas no existen... resulta incomprensible... qua hayan estudiantes enrolados en la secta retrograda, y que, además, se presten para al juego antidemocrático y liberticida de los quinta-columnas traidores (DI, 20/04/1948, p.3)

²³⁴ O editorial destaca ainda que a boa educação, aquela que era desejada pelos pais de família, deveria formar cidadãos chilenos e não súditos de Moscou. “Este sentimiento implica el deseo de transformación en los programas escolares, implantando en ellos un acento patriótico, respetuoso de las tradiciones y saturado de esa inspiración religiosa y moral, paulatinamente desplazada por los nuevos métodos en vista, sin duda, de que donde el sentimiento moral y religioso vive y prospera, disminuye el odio de clases y mueren las malas costumbres”. Para uma análise das perseguições vivenciadas pelos professores comunistas atuantes ou “simpatizantes”. Valentina Orellana, op. cit.

²³⁵ Do editorial ainda podemos extrair um posição xenófoba e racista, quando se destaca que “esta situación es suficiente para sonrojarnos, especialmente cuando no se trata de grupos humanos de diferente color ni de origen opuesto, circunstancia que habría más o menos problemática su

editoriais de *El Diario Ilustrado*, ainda que pontualmente, esta incapacidade de atuação política chega a ser atribuída às camadas populares como um todo, e não apenas aos analfabetos.

Interesa más, sin duda, a las **clases pobres** estar bien gobernadas y disfrutar así del mayor bienestar posible, que hacer un papel desmedrado desempeñando funciones electorales para las que por lo general; no están capacitadas. La verdadera igualdad democrática lo es de posibilidades, según los meritos de cada uno. La igualdad de realizaciones es absurda, por ser prácticamente imposible. Dada la desigualdad entre los hombres entre si (DI, 18/04/1948, p.3).

Após a aprovação da “Lei Maldita”, *El Siglo* ainda circulou por alguns dias com edições muito reduzidas e sem página editorial. Limitando-se a reportagens de capa, o jornal teve a circulação suspensa no dia 14 de julho de 1948²³⁶. Após sofrer alterações pontuais, a Lei nº 8.987 foi publicada em 3 de setembro de 1948. Com ela: proibiu-se a divulgação de qualquer ideia comunista, limitou-se o direito de greve e proibiu-se a presença comunista nos sindicatos, impossibilitando a atuação de qualquer um dos milhares de cidadãos que tiveram seus registros cassados. Em última instância, impediu-se a cidadania política a estes mesmos chilenos, limitando suas liberdades²³⁷.

Em editorial, *El Diario Ilustrado* ofereceu um comentário, do qual se pode extrair a relevância dos conceitos aqui analisados no processo de justificação e cooptação de apoios para o combate anticomunista que culminou com esta lei. A forma como os conceitos são utilizados também aponta para transformações em seus usos ao longo deste processo.

Estas disposiciones legales son perfectamente conformes con la naturaleza del derecho de asociación que no es otro que la facultad de reunirse con un fin lícito perseguido por medios lícitos. En consecuencia, la ilicitud del objeto o de

incorporación a nuestro ritmo cívico, tal como ocurre en otros países. El millón de analfabetos chilenos está constituido por gente que en nada si diferencia de la otra” (EM, 23/04/1948, p.3).

²³⁶ O jornal se manteve fechado durante o período de aplicação mais sistemática da lei, com seus colaboradores perseguidos e arquivos destruídos, só voltando a circular em 25 de outubro de 1952.

²³⁷ Em seu artigo terceiro, a lei estabeleceu que: “Se prohíbe la existencia, organización, acción y propaganda de palabra, por escrito, o por cualquier otro medio, del Partido Comunista y, en general, de toda asociación, entidad, partido, facción o movimiento, que persiga la implantación en la República de un régimen opuesto a la democracia o que atente contra la soberanía del país. Sólo se tendrán como regímenes opuestos a la democracia los que, por doctrina o de hecho, aspiren a implantar un Gobierno totalitario o de tiranía, que suprima las libertades y derechos inalienables de las minorías, y en general de la persona humana. Las asociaciones ilícitas a que se refieren los incisos anteriores importan un delito que existe por solo hecho de organizarse. Las personas, asociadas o no, que infrinjan cualquier de las prohibiciones establecidas en este artículo, serán sancionadas con las penas señaladas en el artículo 1º de la presente ley”. Ley N. 8.987. Diario Oficial de la República de Chile. 03 de setembro de 1948, n. 21.144, ano LXXI, p. 2.

los medios hace desaparecer el derecho mismo. La **opinión pública** ha adquirido conciencia de la ilicitud de los fines del Partido Comunista, que en sus programas y en sus aplicaciones prácticas **ha arrasado la organización democrática** (DI, 07/07/1948, p.3, grifo meu)

Sob influência das inúmeras resistências aos exageros cometidos nos editoriais de *El Mercurio* e *El Diario Ilustrado*, a noção de “povo” antes empregada para corroborar as medidas anticomunistas do governo foi sendo gradualmente substituída pela vaga noção de opinião pública. Da mesma forma, a uma defesa da legalidade estritamente fundamentada em aspectos constitucionais, também foram sendo incorporados entendimentos que associavam a legalidade a valores tradicionais, “nacionais” e “naturais”, reforçando uma ideia de defesa “essencial”. O argumento “defensivo” ainda foi utilizado para se justificar um regime democrático que impunha limites para salvar-se de uma ameaça mortal estrangeira, a partir do reforço de um cenário de confrontação mundial entre as nações democráticas e o “totalitarismo vermelho”. Procurando se colocar ao lado dos anseios e das vontades do povo e da massa trabalhadora, *El Siglo*, por sua vez, também se utilizou deste cenário para tentar mostrar os atropelos que a “oligarquia criolla”, em concomitância com o imperialismo internacional, cometia contra as liberdades individuais, as normas legais constitucionais e o regime democrático.

A chamada *Ley de Defensa Permanente de la Democracia* causou inúmeros danos ao regime democrático chileno e a seu sistema de partidos. Sua aplicação requereu uma grande estrutura de organização. Embora o Diretor de Registros eleitorais tenha cancelado a inscrição dos partidos Comunista e Progressista Nacional no dia seguinte à publicação da lei, não foi simples a tarefa de identificação, perseguição e exclusão de todos os supostos comunistas. Junto a eles, foram incluídos muitos opositores não comunistas ao governo, locados nos diversos órgãos de administração pública, mesmo nas municipalidades. Neste processo, por vezes, prevaleceram interesses locais, ou mesmo pessoais, prejudicando milhares de famílias.